



Relatório de Gestão Exercício 2014

Teresina - PI / 2015

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

José Elias Tajra

Diretoria Executiva do SEBRAE

Mário José Lacerda de Melo | **Superintendente**

Delano Rodrigues Rocha | **Diretor-Técnico**

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes | **Diretor Administrativo-Financeiro**

Coordenação e Elaboração

Unidade de Gestão Estratégica
Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e da DN TCU nº 134/2013.

Teresina-PI / 2014

SUMÁRIO

1. Identificação e Atributos.....	11
1.1. Identificação.....	11
1.2. Introdução.....	12
1.3. Cenário de Atuação.....	13
1.4. Organograma.....	17
2. Planejamento e Resultados Alcançados.....	24
2.1. Estratégia de Atuação.....	24
2.2. Objetivos Estratégicos.....	25
2.3. Prioridades Locais.....	28
2.4. Medidas de Gestão do Plano.....	30
2.5. Metas.....	31
2.5.1. Indicadores Institucionais.....	31
2.5.2. Metas Mobilizadoras.....	32
2.5.3. Metas de Atendimento.....	33
2.6. Programas Nacionais.....	34
2.7. Carteiras de Projetos.....	39
2.7.1. Projetos de Atendimento.....	39
2.7.1.1. Agronegócio.....	40
2.7.1.2. Comércio e Serviços.....	51
2.7.1.3. Indústria.....	57
2.7.1.4. Territorial.....	64
2.7.2. Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços.....	76
2.7.3. Projetos de Articulação Institucional.....	77
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	81
3.1. Estrutura de Governança.....	81
3.2. Atuação da Auditoria.....	81
3.3. Sistemas de Correição.....	82
3.4. Avaliação dos Controles Internos.....	83
3.5. Dirigentes e Membros do Conselho.....	86
3.6. Remuneração a Dirigentes.....	87
4. Programação e Execução Contábil e Financeira.....	89
4.1. Programação Orçamentária das Receitas e Despesas.....	89
4.1.1. Balanço Orçamentário.....	89
4.2. Execução Orçamentária das Receitas e Despesas.....	91
4.2.1. Origem das Despesas.....	91
4.2.2. Aplicação de Recursos por Natureza de Despesas.....	92
4.2.3. Aplicação dos Recursos por Tipologia.....	93
4.2.4. Execução das Despesas por Modalidade de Licitação.....	95
4.2.5. Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial.....	97
4.2.6. Indicadores de Desempenho Financeiro..	98
4.2.7. Indicadores de Desempenho Orçamentário.....	99
4.3. Maiores Contratos e Favorecidos.....	100

4.4.	Maiores Contratos para Obras de Engenharia.....	103
4.5.	Informações sobre Transferências.....	104
4.5.1.	Convênios.....	104
4.5.2.	Outras Transferências.....	104
5.	Gestão Administrativa.....	107
5.1.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	107
5.1.1.	Estrutura de Pessoal.....	107
5.1.2.	Mão de Obra Terceirizada e Estagiários.....	109
5.1.3.	Desoneração da Folha de Pagamento.....	112
5.2.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	113
5.2.1.	Veículos Próprios ou Locados de Terceiros.....	113
5.2.2.	Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locado de Terceiros.....	114
5.3.	Gestão da Tecnologia da Informação.....	116
5.4.	Outros Assuntos Administrativos	118
6.	Sustentabilidade.....	121
6.1.	Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Materiais de TI e na Contratação de Serviços ou Obras.....	121
6.2.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	121
7.	Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle.....	123
7.1.	Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	123
7.2.	Tratamento das recomendações feitas pela CGU.....	124
7.3.	Medidas Administrativas para apuração de danos ao Erário.....	125
8.	Informações Contábeis.....	127
8.1.	Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores.....	127
9.	Resultados e Conclusões.....	129
10.	Relacionamento com a Sociedade.....	131
11.	Outras Informações Sobre a Gestão.....	133
12.	Anexos.....	135

Lista de Figuras, Quadros, Gráficos e Tabelas

Figura	Nome	Página
01	Organograma do Sebrae Piauí	18
02	Mapa Estratégico do Sebrae Piauí	26
03	Macroprocessos Sebrae Piauí	31

Quadro	Nome	Página
01	Identificação do Sebrae Piauí – Relatório de Gestão Individual	11
02	Metas Feira do Empreendedor 2014	67
03	Repasses Metodológicos Soluções SEBRAE	77

Gráfico	Nome	Página
01	Transferência e Execução de CSN dos Programas Nacionais	34
02	Participação Carteiras (%)	39

Tabela	Nome	Página
1	Vinculações Estratégicas	25
2	Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos	27
3	Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI	29
4	Medidas de Gestão do Plano	30
5	Indicadores Institucionais	32
6	Metas Mobilizadoras	32
7	Grupos de Clientes	33
8	Instrumentos de Atendimento	33
9	Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas	35
10	Aplicações de Recursos por Carteira de Projetos	39
11	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio	41
12	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio	42
13	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços	52
14	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira Comércio e Serviços	52
15	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria	58
16	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria	59
17	Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial	65
18	Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial	66
19	Número de Empresas Registradas no Piauí / Contribuição do SEBRAE	71
20	Estrutura de Controles Internos da UJ	83
21	Dirigentes e Membros de Conselho	86
22	Remuneração a Dirigentes	87
23	Balanço Orçamentário	90
24	Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI	91
25	Composição da Aplicação de Recursos – SEBRAE/PI	92

26	Aplicação de Recursos por Tipologia	94
27	Total Despesas Pagas por Modalidade de Licitação	95
28	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial	97
29	Índices de Liquidez	98
30	Limites Orçamentários	99
31	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2014	104
32	Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional)	107
33	Perfil de Escolaridade por Faixa	107
34	Perfil de Idade	108
35	Custos de Recursos Humanos	108
36	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	109
37	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	110
38	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	111
39	Estagiários por Escolaridade	112
40	Desoneração da Folha	112
41	Veículos Próprios	113
42	Despesas com Veículos Próprios e Locados	113
43	Veículos Locados de Terceiros	114
44	Imobiliário Próprio	114
45	Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros	115
46	Patrimônio Imobiliário Cedido em Regime de Comodato	116
47	Avaliação da Estrutura e Gestão da TI	117
48	Deliberações do TCU Atendidas	123
48.1	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento	123
49	Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas	124
49.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Pendentes de Atendimento	124

Sigla	Nome
ACIP	Associação da Indústria e Comércio de Piripiri
ACT	Associação Comercial de Teresina
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AIP	Associação Industrial do Piauí
ALI	Agentes Locais de Inovação
AOE	Agentes de Orientação Empresarial
APAD	Associação Piauiense de Atacadistas e Distribuidores
APISUI	Associação Piauiense de Suinocultura
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPA	Boas Práticas Agropecuárias
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Casa APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODERVAP	Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Vale do Rio Piracuruca
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COMAPI	Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes
COOABEL	Cooperativa Apícola Batalha Esperantina
COOPARN	Cooperativa Apícola da Macrorregião de São Raimundo Nonato
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CSN	Contribuição Social Nacional
CSO	Contribuição Social Ordinária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIREX	Diretoria Executiva
DITALPI	Distrito de Irrigação de Tabuleiros Litorâneos do Piauí
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FAEPI	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí
FEPEME	Feira da Micro e Pequena Empresa
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
FUNDECI	Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGM	Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFPI	Instituto Federal do Piauí
NCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Instituto Delta	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Empreendedorismo em Tecnologia da Informação
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUCEPI	Junta Comercial do Estado do Piauí
LEED	Leadership in Energy and Environmental Design
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPPE	Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas
PAS	Programa de Alimento Seguro
PBQP-H	Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEI	SEBRAE Empreendedor Individual
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP/PI	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí
SESI	Serviço Social da Indústria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIACWEB	Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAF	Unidade de Administração e Finanças
UAI	Unidade de Atendimento Individual
UASJUR	Unidade de Assessoria Jurídica
UAUD	Unidade de Auditoria
UCE	Unidade de Capacitação Empresarial
UCI	Unidade de Controle Interno
UCS	Universidade Corporativa SEBRAE
UCT	Unidade de Conhecimento e Tecnologia
UDT	Unidade de Desenvolvimento Territorial
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UGE	Unidade de Gestão Estratégica
UGOC	Unidade de Gestão Orçamentária e Contabilidade
UGP	Unidade de Gestão de Pessoas
UJ	Unidade Jurídica
UMC	Unidade de Marketing e Comunicação
UPP	Unidade de Políticas Públicas
UTIC	Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação



1. Identificação e Atributos

1. Identificação e Atributos

1.1. Identificação

Quadro 1 – Identificação do Sebrae Piauí – Relatório de Gestão Individual

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
<p>Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí Denominação abreviada: SEBRAE/PI Vinculação Ministerial: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior CNPJ: 06.665.129/0001-03 Situação: ativa Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo. Código CNAE: 7020-4/00 Telefones/Fax de contato: (86) 3216-1300 / (86) 3223-0200 - 3216-3753 - 3216-1349 Endereço Eletrônico: Página na Internet: www.sebrae.com.br/uf/pi Endereço Postal:</p>
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA
<ul style="list-style-type: none">- Estatuto Social- Plano Plurianual- Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE- Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/99- Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90- Estrutura: Conselho Deliberativo Estadual, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal- Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas- Regulamento do Sistema de Gestão de Credenciados (Aprovado 11/09/2014 – Resolução 1.471/2014)

1.2. Introdução

Este relatório apresenta as principais ações e resultados do SEBRAE no Piauí junto aos pequenos negócios e empreendedores no decurso do ano 2014. A execução ocorreu em conformidade com a proposta aprovada pelo CDE no Plano de Trabalho para o período 2014-2017.

A indústria tem ampliado sua participação na economia piauiense como reflexos da política de atração de investimentos através da isenção do recolhimento do ICMS. Diversas indústrias nacionais e estrangeiras, em vários setores se instalaram na capital e interior. Indústrias de transformação, têxteis, bebidas, cimento, açúcar e álcool, beneficiamento de soja, e de extração vegetal. De acordo com o último resultado divulgado pelo IBGE relativo a 2011, o setor industrial responde por 20,7% do PIB do Piauí, comércio e serviço representam 78,9% e agropecuária 0,4%. Destacamos ainda que a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) evidenciaram para esses setores crescimento de 2,8% e 0,7% respectivamente.

A evolução do mercado de trabalho mostra no Estado do Piauí saldo positivo em 2014. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, foram gerados 11.001 empregos celetistas no Piauí. Tal comportamento foi proveniente do desempenho positivo principalmente dos setores de Serviços (+9.319 postos) e do Comércio (+1.678 postos). Apesar da queda, em dezembro, de 0,74% no nível de emprego ou -2.156 postos de trabalho, a geração de empregos no Estado teve um crescimento anual de 3,89%. O declínio é atribuído a razões sazonais que marcam a série do Caged no último mês do ano (entressafra agrícola, férias escolares, período de chuvas, término das festas no fim do ano), que permeiam quase todos os setores/subsetores e o resultado decorre da queda em quase todos os setores.

O atendimento às empresas e empreendedores estiveram no foco das ações do SEBRAE/PI. Foram realizados 93.490 atendimentos através dos programas e projetos, sendo atendidas 21.623 empresas, o que representa 25,9% do universo de MPE do Estado do Piauí, atingindo 172 municípios. Com a ampliação da faixa de empresas classificadas como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI), segmentação do público alvo do SEBRAE, o total de optantes pelo Simples saiu de cerca de 71,7 mil em 2013, para 83,5 mil em 2014, um crescimento de 16,5%. Dessa forma, foram atendidos 12.918 microempreendedores individuais, que responderam por 60% de todos os empreendimentos atendidos, seguido das microempresas, com 35% dos registros. As empresas de pequeno porte responderam por 5% do total.

A aplicação dos recursos apresentou um crescimento de 10,2% no total executado dos objetivos estratégicos em relação a 2013, com destaque para os temas relacionados a excelência no atendimento, políticas públicas e empreendedorismo.

Em relação as metas mobilizadoras apenas a meta relacionada ao atendimento a microempresas não foi atingida, sendo que o SEBRAE/PI em 2015 intensificará ações nesse sentido para garantir o alcance pleno dessas metas. Em todas as demais metas, o nível de realização superou o que havia sido inicialmente proposto, com percentuais de execução de 102% a 125%. Os resultados ocorreram também em função da estratégia de atendimento segmentada por clientes intensificada através das ações dos Programas Nacionais. Os recursos transferidos de CSN do SEBRAE Nacional para o SEBRAE/PI para a execução dos programas totalizaram R\$ 7,6 milhões, um aumento de 46,1% em relação ao ano anterior.

Os investimentos planejados com recursos do SEBRAE/PI para as carteiras de projetos de atendimento foram da ordem de R\$ 29,2 milhões, com realização de R\$ 25,8 milhões (88,1%). A carteira de projetos territoriais é a que responde pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 14,4 milhões, com realização de 86,9%). Houve uma variação positiva da ordem de 12,7% no repasse da contribuição social ordinária - CSO relativa ao exercício (R\$ 35,4 milhões) em comparação ao exercício de 2013 (R\$ 31,4 milhões), ocasionada pelo aumento da arrecadação em 2014 e da incorporação do Saldo de CSO de Exercícios Anteriores.

Por outro lado, o balanço orçamentário do SEBRAE/PI apresenta uma variação de 17,1% na execução das despesas correntes em 2014, comparando-se com 2013 (passou de R\$ 46,9 milhões em 2013 para R\$ 54,9 milhões em 2014). Houve um aumento do superávit de 64% em 2014, se comparado ao ano 2013, decorrente principalmente pelo saldo de exercícios anteriores.

1.3. Cenário de Atuação

1.3.1. O Ambiente Econômico

As proposições apresentadas foram estabelecidas a partir das perspectivas dos cenários a seguir.

Cenário Brasil:

No cenário brasileiro foram consideradas as seguintes perspectivas:

- O crescimento da economia brasileira ainda muito atrelado ao dinamismo do mercado interno, tendo em vista a estagnação da economia americana, desaceleração da economia chinesa e perspectivas de estabilização da crise na Zona do Euro;
- Os aumentos reais da renda do trabalhador, incluindo o salário mínimo, aliados ao crescimento do mercado de trabalho, com perspectivas de continuar a dar sustentação à elevação do PIB, pela ótica da demanda agregada, contando também com uma contribuição maior dos investimentos;
- Em relação ao consumo embora alguns setores, como o varejo, tenham tido desaceleração, o mercado continuará crescendo. Muitas empresas vão manter o ritmo de investimento ou mesmo adotar estratégia e planejamento mais agressivos;
- Embora o grau de endividamento da classe C ou “nova classe média” tenha aumentado em 2013, esse extrato social continuaria sendo promissor para muitas categorias de produtos e serviços;
- A Região Nordeste continuaria uma das mais pujantes, sendo que o perfil socioeconômico da região atrai investimentos e a atenção de multinacionais;
- A Copa 2014 como um ambiente favorável para a movimentação do mercado já no início do ano, diferentemente da Copa das Confederações, quando as empresas deixaram suas marcas para perto do início da competição. Os especialistas afirmavam que mesmo com todas as preocupações financeiras, haveria um clima de otimismo no período pré e durante a Copa. Era muito assertivo as empresas planejarem ações que intensificassem esse sentimento, já que significava uma oportunidade de consumo para os alimentos.

Oportunidades para as MPE

Ainda foi considerado os impactos dos grandes eventos esportivos. Nesse contexto, pode-se destacar a Copa do Mundo de 2014 e Paraolimpíadas como alavancadores de investimentos em todo o país.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas - FGV em parceria com o SEBRAE apontou a Copa 2014 como evento gerador de oportunidades de negócios para micro e pequenas empresas. Mais especificamente, o estudo apontou nove setores como de maior potencial para os próximos anos, por conta dos investimentos antes, durante e depois do evento. São eles: Construção Civil; Tecnologia da Informação; Turismo; Produção associada ao Turismo; Comércio Varejista; Serviços; Vestuário; Madeira e Móveis e Agronegócio.

Cenário Estadual:

As perspectivas consideradas no cenário piauiense no Plano Plurianual para 2014 foram:

- Investimentos privados incentivados pelo governo de R\$ 8 bilhões, projetados para os próximos cinco anos somados a investimentos públicos superiores a R\$ 5 bilhões, quase metade acontecendo entre o início de 2013 e primeiro semestre de 2014;
- Crescimento da presença de redes de franquia no estado;
- Crescimento das oportunidades em setores de destaque da economia local como o turismo, saúde, educação e de tecnologia da informação;
- Segundo estudo da Consultoria McKinsey , publicado pela Revista Exame , o Piauí é apontado como um dos seis estados brasileiros com maior potencial de crescimento até 2020;
- Crescimento contínuo da **construção civil** impulsionado tanto por investimentos privados como governamentais, gerando emprego e renda além de movimentar a economia;
- Continuidade do período de estiagem;
- Realização de eleição presidencial e no âmbito governamental.

1.3.2. O Ambiente Legal e Institucional das MPE

De acordo com o seu estatuto, o SEBRAE/PI, no âmbito territorial de atuação, tem como finalidade fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, mediante a execução de ações condizentes com os seguintes instrumentos:

I - Com as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, atos, resoluções, programas e projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional e Estadual do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

II – Com as resoluções editadas pela Diretoria Executiva do SEBRAE, e;

III – Com a legislação pertinente, aplicável ao Sistema SEBRAE.

O universo dos potenciais clientes (público-alvo) do SEBRAE/PI é extremamente heterogêneo. Além da dimensão geográfica e diversidade sócio-econômica do estado, os pequenos negócios possuem características bastante distintas entre si. Diante disso, a instituição tem

buscado, cada vez mais, segmentar seu público, de forma a atendê-lo de maneira mais adequada e personalizada.

A partir da subdivisão do universo em segmentos mais homogêneos, é possível elaborar/direcionar produtos e estratégias mais eficazes para cada um desses públicos, de acordo com suas características e interesses. Trabalhando separadamente para cada segmento é possível ainda estabelecer um modelo de atendimento levando em conta as heterogeneidades desse universo. São consideradas empresas os negócios (urbanos ou rurais) que estejam devidamente regularizados perante o poder público, ou seja, que estejam juridicamente aptos a produzir e comercializar seus produtos e serviços. Por conseguinte, aqueles que porventura exerçam uma atividade econômica ainda sem a devida regularização não são considerados como empresas, e sim como potenciais empresários.

Em seguida, apresenta-se a definição de cada um dos segmentos para fins de atendimento da instituição:

- **Microempreendedor Individual** - é o empresário que fatura anualmente até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e é optante pelo Simples Nacional;
- **Microempresa** - São empresas de origem brasileira, que possuam natureza jurídica compatível com as atividades mercantis, que faturem anualmente valor menor ou igual a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- **Empresa de Pequeno Porte** - São empresas de origem brasileira, que possuam natureza jurídica compatível com as atividades mercantis, que faturem anualmente mais de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e não mais de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- **Produtor Rural** - Para fins de atendimento do SEBRAE, são considerados produtores rurais as pessoas físicas que explorem atividades agrícolas e/ou pecuárias, nas quais não sejam alteradas a composição e as características do produto “in natura”, que faturem até R\$ 3,6 milhões por ano e que possuam inscrição estadual de produtor, declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), Nire ou CNPJ;
- **Potencial Empresário** - São considerados potenciais empresários os indivíduos adultos (com mais de 18 anos), que possuem negócio próprio, mas sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou inscrição estadual (no caso do produtor rural); e os indivíduos adultos que ainda não possuem negócio próprio, mas que estão ativamente envolvidos na sua estruturação e indivíduos que busquem atendimento para uma demanda pessoal no processo de formalização ou abertura da empresa;
- **Potencial Empreendedor** - O SEBRAE também desenvolve, em consonância com a sua missão, atividades de fomento ao empreendedorismo, nas quais pode capacitar, orientar ou levar informações a pessoas que ainda não estejam ativamente envolvidas na estruturação de um negócio (potenciais empreendedores), visando despertá-las para o empreendedorismo e desenvolver suas capacidades empreendedoras.

Os setores de maior representatividade na economia do Estado do Piauí são o comércio e serviços, embora a indústria e a agricultura tenham apresentado crescimento significativo nos últimos anos.

Apesar de se encontrar na 23ª colocação no ranking dos números dos PIBs estaduais, na última década o cenário econômico local está se transformando e o quadro evolutivo já é perceptível pelo crescimento do PIB. Em relação ao ano de 2010 a 2011, o PIB do Piauí teve crescimento de 6,1%, ou seja, 2,5 vezes maior que o crescimento do nacional, que foi de 2,17%.

Quanto à renda per capita, o estado está colado com o Maranhão, tendo R\$7.835,75 e R\$7.852,77, respectivamente.

Os segmentos do comércio varejista e de prestação de serviços que ainda contribuem de forma significativa para a economia do Piauí, são as atividades no segmento do varejo do vestuário, minimercados e mercearias, farmácias e perfumarias, comércio de autopeças, varejo de materiais de construção, varejo de tecidos e artigos de armarinho, alojamento e alimentação, serviços de saúde, educação, serviços de natureza pessoal, serviços de informática, dentre outros.

O setor industrial se caracteriza pela presença de estabelecimentos da construção civil, produtos químicos, têxtil, gêneros alimentícios e bebidas, edição e gráfica, produtos de minerais não-metálicos, fabricação de produtos de metais, que são as mais encontradas no estado.

Apesar da forte estiagem, o aumento da área plantada no Piauí resultou no crescimento expressivo da produção agrícola em 2014, quando comparado ao ano anterior. A informação é da Fundação Cepro. O destaque maior da produção ficou com os cereais e as leguminosas, que obtiveram crescimento de 100,97%. A produção agrícola de 2014 alcançou 2.755.879 toneladas, representando 76,49% de crescimento em relação à safra anterior. A área plantada atingiu 639.514ha, com incremento de 17,47%.

O Piauí também registrou, em 2014, o segundo maior crescimento percentual de exportações do Brasil, de acordo com levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Na comparação do valor exportado entre janeiro e novembro, os maiores crescimentos percentuais, em relação ao mesmo período de 2013, ocorreram em Roraima (148,39%), no Piauí (60,60%), no Distrito Federal (26,83%) e no Tocantins (23,39%).

A despeito de possuir o 23º PIB do país e o último da região Nordeste, a economia do estado vem crescendo nos últimos dez anos acima da média nacional, acumulando, entre 2002 e 2010, um crescimento de 52,5%, segundo dados do IBGE. Este desempenho resulta, sobretudo, dos investimentos recebidos pelo estado e do dinamismo das regiões com maior potencial de desenvolvimento, a exemplo da Região Metropolitana de Teresina, da cidade de Parnaíba e da região do cerrado, com grande potencial agricultor.

Teresina foi a capital brasileira que mais avançou no Índice de Competitividade do Turismo Nacional 2014, pesquisa que mede o estágio de desenvolvimento de 65 municípios turísticos do país. A cidade registrou evolução geral de 3,8 pontos neste ano, em comparação com 2013. No ranking nacional, a capital do Piauí ficou na 34ª posição, com 58,8 pontos.

Neste contexto, o turismo é importante para a economia do Piauí principalmente na região do litoral. Parques, inclusive no sul do estado, atraem turistas, ainda que em menor número.

O Piauí atingiu, em 2014, a marca de 11.001 empregos, o número corresponde a 3,89% de aumento, o que colocou o estado em terceiro lugar no Nordeste e quinto no ranking nacional. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontaram que apesar da queda no número de empregos gerados no setor da construção civil, um aumento no setor de serviços e comércio foi definitivo para o avanço na geração de emprego no estado.

Em 2014, foram realizadas 128.457 contratações e demitidas 117.456 pessoas. O saldo positivo foi menor apenas que nos estados do Ceará e Paraíba, com 3,98% e 4,12%, respectivamente. Já no Brasil, além dos dois estados nordestinos, só Roraima e o Tocantins

ultrapassaram percentualmente, a diferença entre contratações e demissões, com 4,15% e 4,45%, respectivamente.

Os pequenos negócios em 2014 responderam por 100% do saldo líquido de empregos gerados no Piauí, sendo responsáveis pela criação de 9.439 novos postos de trabalho. Como normalmente acontece nos meses de dezembro, as empresas brasileiras, tanto as médias e grandes (MGE) quanto as micro e pequenas (MPE), mais demitiram do que contrataram, o que resultou em um saldo líquido negativo de 2.156 empregos no estado no último mês de 2014.

O PPA 2014-2017 seguiu com a estratégia de apoiar segmentos/projetos alinhados a política de apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Governo do Estado, priorizando atividades produtivas cuja produção de bens e serviços estivessem conectadas à vocação, potencialidades e habilidades humanas locais, com ênfase na geração de emprego e renda da população, destacando-se principalmente os setores de Artesanato, Turismo, Fruticultura Irrigada, Piscicultura, Apicultura.

No tocante aos avanços no ambiente legal para os pequenos negócios do estado, destacamos a regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em 107 municípios piauienses, sendo que em 85 municípios a lei está implementada. Ressaltamos que existem 32 municípios em processo de regulamentação. Além disso, várias iniciativas continuaram a ser implementadas, como a parceria com o Tribunal de Contas do Estado além da realização dos eventos do FOMENTA Piauí, com o objetivo de discutir alternativas para garantir e/ou ampliar a participação dos pequenos negócios nas compras públicas.

Em relação a esse tema podemos ainda destacar duas linhas de ação em 2014:

- O aumento do sublimite para enquadramento no simples estadual - estratégia usada pelos governos estaduais para atrair, manter e estimular micro e pequenas empresas, principalmente por causa da geração de empregos. No Piauí o sublimite foi ampliado de R\$ 1,8 milhão para R\$ 2,52 milhões;
- Implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios - Redesim no estado. Esse sistema tem como objetivo simplificar, facilitar e reduzir o tempo de abertura de empresas no Piauí.

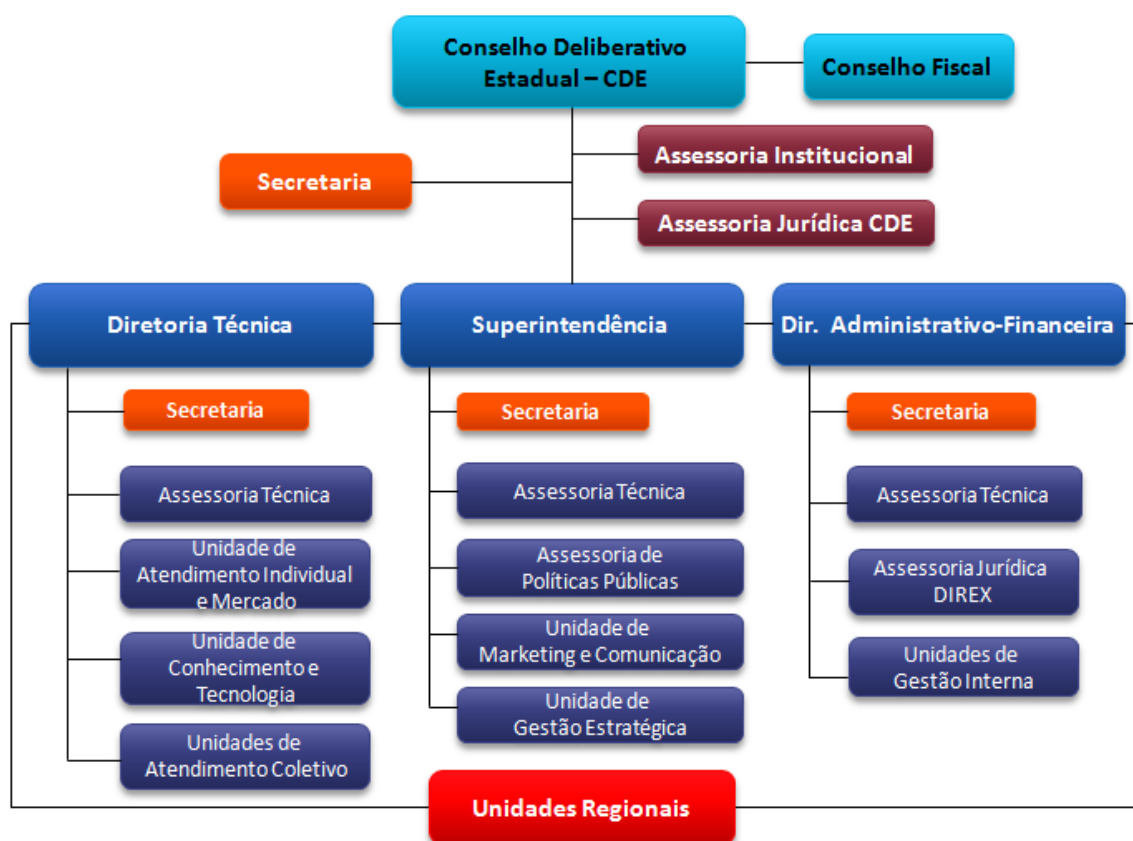
1.4. Organograma

A estrutura básica de gestão da entidade é formada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo, órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade, compõe-se de 15 (quinze) representantes de entidades vinculadas a pesquisa, desenvolvimento, associações comerciais, agricultura, comércio, indústria, instituições financeiras e o governo. O Conselho Fiscal, órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual, para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, composto de três membros efetivos e três suplentes. Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, responsável pela gestão administrativa e técnica, composta por três Diretores: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A estrutura operacional atual é composta por Assessorias, Unidades de Atendimento Coletivo, Individual e Territorial, Unidade de Conhecimento e Tecnologia, Unidade de Marketing e Comunicação, Unidades de Gestão Interna e Unidades Regionais.

Figura 01 – Organograma do Sebrae Piauí



- **Unidades de Atendimento Coletivo:** Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócio, Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria, Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio e Serviços
- **Unidades de Gestão Interna:** Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade de Gestão Administrativa, Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, Unidade de Orçamento e Contabilidade e Unidade de Controle Interno.
- **Unidades Regionais:** Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos e São Raimundo Nonato

As áreas estratégicas do SEBRAE/PI estão agrupadas em Unidades de Negócio e de Gestão, conforme destacadas a seguir:

Unidade de Negócio Finalísticas:

Unidade de Atendimento Individual e Mercado:

Competências: Apoiar, capacitar, aconselhar e orientar empreendedores e potenciais empreendedores, por meio da oferta intensa e consistente de soluções empresariais de ponta, e inseri-los no mercado nacional e internacional.

Titular: Francisco das Chagas da Costa Holanda

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Conhecimento e Tecnologia:

Competências: Identificar, formular, adequar, desenvolver e/ou disponibilizar produtos e soluções com respectivas metodologias e estratégias educacionais e tecnológicas, para atender as necessidades identificadas pelas demais unidades;

Titular: Érika Freitas Rocha Lopes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

Unidades de Atendimento Coletivo da Indústria:

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas do segmento Indústria, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Mirna Vaz da Rocha

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio e Serviços:

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas dos segmentos Comércio e Serviços, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Raimundo Gilson Vasconcelos

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócios:

Competências: Organizar as micro e pequenas empresas do segmento Agronegócios, em consórcios, cooperativas, associações, núcleos setoriais e arranjos produtivos locais, atingindo um número maior de empreendedores e gerando resultados em cadeia.

Titular: Geórgia Alcântara Costa de Pádua

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2013

Unidade de Desenvolvimento Territorial:

Competências: Potencializar a assistência técnica do Sebrae/PI, a partir da difusão da abordagem territorial, contribuindo para o dinamismo econômico e do ambiente de negócios, no Estado do Piauí.

Titular: Ana Lúcia Pereira Oliveira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde abril/2014

Unidade Regional de Picos:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Ana Mary Leal Dias Bezerra

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Floriano:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Mary Correia Moreira Kalume

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Piripiri

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Helder de Freitas Costa

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde dezembro/2012

Unidade Regional de Parnaíba:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Élcio de Lima Nunes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde fevereiro/2006

Unidade Regional de São Raimundo Nonato:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Felipe de Sousa Vieira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2013

Unidade de Gestão:**Assessoria de Políticas Públicas**

Competências: Criar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas em larga escala e com forte impacto nos resultados institucionais.

Titular: Solange Lopes Azevêdo

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

Unidade de Gestão Estratégica

Competências: Articular, promover e catalisar a atuação estratégica do SEBRAE/PI, com foco em resultados, para assegurar o cumprimento da missão e do Plano Plurianual da instituição;

Titular: Carlos Jorge Silva Gomes

Cargo: Analista Técnico – Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil:

Competências: Promover a integração dos dados contábeis e financeiros, visando a elaboração de fluxo de informações de caixa do SEBRAE/PI e subsidiar a Direx e as demais unidades, de informações estratégicas sobre o desempenho orçamentário do SEBRAE/PI.

Titular: Marilda Maria Portela Santos Moita

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Marketing e Comunicação:

Competências: Fortalecer a imagem institucional e o nível de relacionamento e comunicação com as micro e pequenas empresas, entidades associadas, governamentais e privadas, parceiros e profissionais internos e externos, promovendo os produtos e serviços do SEBRAE/PI;

Titular: Maria das Graças de Sousa Batista

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade de Gestão de Pessoas:

Competências: Assegurar a captação, manutenção e desenvolvimento de talentos profissionais de acordo com o perfil e competências que forem exigidas no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, necessários ao cumprimento da missão do SEBRAE/PI.

Titular: Valéria Moraes de Sousa Ribeiro

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Gestão Administrativa:

Competências: Prover o SEBRAE/PI de infra-estruturas física e administrativa e realizar o controle e a gestão patrimonial da entidade.

Titular: Antonio de Pádua Evelin Rodrigues

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2013

Unidade de Gestão Financeira:

Competências: Gerir com alta estratégia tática e operacional as finanças e recursos materiais buscando a otimização dos seus rendimentos, assim como a aplicação adequada dos investimentos e custeios do SEBRAE/PI;

Titular: Joaquim Antonio da Cruz Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação:

Competências: Disponibilizar soluções informatizadas adequadas às necessidades do SEBRAE/PI, planejando, orientando, coordenando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento das ações voltadas para a informática e para a comunicação de dados.

Titular: Juliana Lira da Fonsêca

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Controle Interno:

Competências: Assistir ao Conselho Deliberativo Estadual, Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às Unidades Operacionais e de Gestão, em matéria relacionada à orientação, acompanhamento e controle dos atos de gestão do SEBRAE/PI;

Titular: José Fernandes Almeida Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2011



2. Planejamento e Resultados Alcançados

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1. Estratégia de Atuação

O processo de elaboração da estratégia de atuação do Sebrae no Piauí para o PPA 2014-2017 foi estruturado por meio de reuniões técnicas através da participação efetiva de Analistas, Gestores, Gerentes e Diretoria, além de entrevistas e consultas junto aos Conselheiros realizadas nos meses de junho e julho de 2014. A análise, discussão e definições das propostas (projetos e atividades) contidas no Plano Plurianual consideraram como premissas a coerência e a continuidade da atuação orientada para resultados, a alocação de recursos a partir de estratégias de atuação explícitas, oportunidades existentes no cenário de atuação local e sintonia com as necessidades dos pequenos negócios atendidos pelo SEBRAE/PI.

- a) Período de abrangência do Plano Estratégico: 2014-2017
- b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da entidade com suas competências institucionais, legais ou normativas:

A missão do SEBRAE/PI é a de **“Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional”** estando em consonância com o que rege seu estatuto.

- c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da entidade com o Plano Plurianual (PPA), identificando os Programas, Objetivos e Iniciativas relacionadas no Plano Plurianual vigente que vincule a atuação da entidade;

Através da visualização do mapa estratégico (Figura 2) pode-se constatar, de forma clara e transparente, o foco da estratégia elaborada e a maneira como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e recursos estabelecidas no PPA. O mapa estratégico tem por objetivo apresentar de forma lógica e estruturada os objetivos estratégicos balanceados sobre várias perspectivas (Cumprimento da Missão, Partes Interessadas, Processos e Pessoas, Organização e Tecnologia), mantendo uma relação de causa e efeito entre si, representando o foco e os pontos relevantes da estratégia no contexto do negócio. Dessa forma, estabelece-se uma sintonia no cumprimento da missão institucional.

- d) Se a entidade estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (da unidade de âmbito nacional, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula.

A partir da definição dos desafios do SEBRAE/PI, desenvolveu-se um trabalho de priorização dos objetivos estratégicos para alinhar as proposições ao contexto do Planejamento Estratégico do SEBRAE Nacional. Esses objetivos demonstram as escolhas adotadas pela organização para promover maiores conquistas e resultados em prol das MPE no horizonte do Direcionamento Estratégico 2013/2022.

Tabela 01 – Vinculações Estratégicas

Objetivo Estratégico do Sistema Sebrae	Objetivo Estratégico Local	Prioridade Estratégica Local
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Ampliar e aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e c
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Aumentar a eficiência produtiva dos pequenos negócios dos segmentos da indústria da Construção Civil e Tecnologia da Informação no Território de Teresina com foco na inovação, mercado e sustentabilidade.
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	Promover a competitividade dos pequenos negócios de comércio e serviços dos segmentos do turismo, saúde e artesanato dos Territórios de Teresina, Litoral Piauiense com foco em inovação, certificação e mercado.
	P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí
	P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.	Promover a melhoria contínua dos processos e o aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para o atendimento e o alcance dos resultados
	R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	Promover o Desenvolvimento Territorial em regiões de baixa densidade empresarial, com ênfase na implementação da Lei Geral , fomento ao empreendedorismo, na geração de oportunidades de negócios sustentáveis, contribuindo para a melhoria do ambiente
	R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	

2.2. Objetivos Estratégicos

A leitura do Mapa Estratégico segue uma lógica vertical de vinculação entre os objetivos e temas estratégicos, demonstrando uma relação de causa e efeito entre eles, conforme o impacto e a

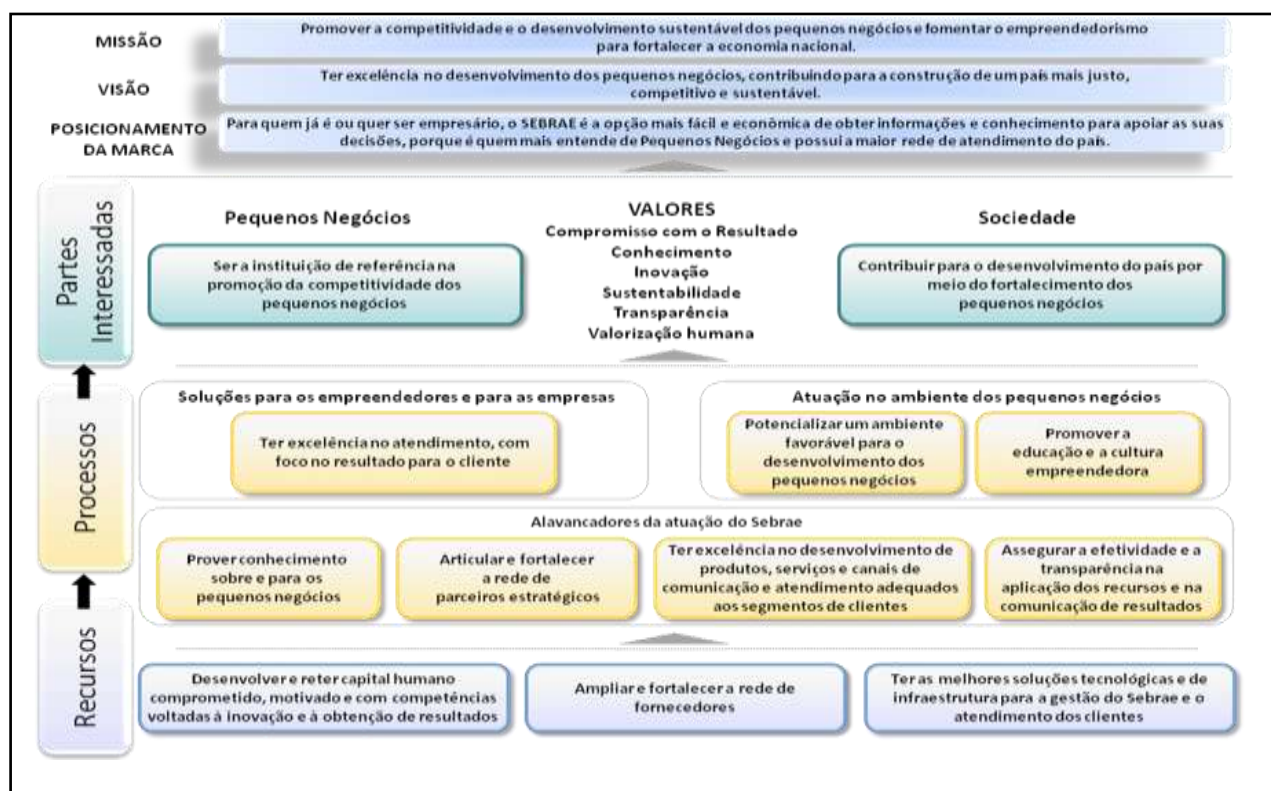
forma de contribuição entre os desafios retratados na forma de objetivos. Ressalte-se que em 2014, o SEBRAE/PI adotou o Mapa vigente de 2014, onde foi delimitado um conjunto de dez objetivos a partir do Mapa Estratégico do Sistema SEBRAE, conforme demonstrado na figura a seguir.

Na perspectiva **Partes Interessadas**, encontra-se o público interessado no negócio do SEBRAE/PI - Pequenos Negócios e a Sociedade. Os objetivos desta perspectiva tratam as questões centrais do foco das atividades da organização, junto a seus clientes, motivo da sua existência.

A perspectiva de **Processos** (sete objetivos) reúne os desafios relacionados aos procedimentos internos, que a instituição precisa aprimorar de forma a alcançar os objetivos propostos juntos às partes interessadas, visando o alcance de nossa visão de futuro.

A perspectiva **Recursos** (três objetivos) traz os objetivos estratégicos motivadores para o desenvolvimento do capital humano, tecnologias e infraestrutura – necessários para viabilizar a execução dos objetivos estratégicos da perspectiva Processos e, conseqüentemente, também da perspectiva de Partes Interessadas.

Figura 02 – Mapa Estratégico



A Tabela nº 02 apresenta a execução orçamentária prevista e realizada por objetivos estratégicos, que traduzem às escolhas adotadas pelo SEBRAE/PI para promover maiores conquistas e resultados para as MPE no horizonte do PPA 2014/2017.

Tabela 02 – Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos em Mil

Objetivos Estratégicos Orçamento 2014	Previsto Original Ano	Valor Previsto Ajustado (2014)	Valor Realizado (2014)	% de Execução (2014)	% Participação
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	29.042	31.785	27.375	86,13%	87,77%
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	1.294	1.898	1.173	61,80%	3,76%
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	691	691	473	68,45%	1,51 %
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	454	643	233	36,24%	0,75%
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	410	445	385	86,52%	1,24%
P7 - Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.	157	207	188	90,82%	0,60%
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	944	1.356	1.309	96,53%	4,20%
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	45	66	53	80,30%	0,17%
Total vinculado a Objetivos Estratégicos	33.037	37.091	31.189	84,09%	100,00%
Gestão Administrativa	370	370	331	89,46%	1,39%
Gestão de Pessoas	16.123	16.587	16.183	97,56%	68,18%
Gestão de Processos	198	198	198	100,00%	0,83%
Gestão de TIC	735	735	712	96,87%	3,00%
Governança	600	600	560	93,33%	2,36%
Marketing e Comunicação	750	1.600	1.591	99,44%	6,70%
Orçamento e Controle	3.712	4.771	4.162	87,24%	17,54%
Total não vinculado a Objetivos Estratégicos	22.488	24.861	23.737	95,48%	100,00%
Total Geral	55.525	61.952	54.926	88,66%	100,00%

Fonte: SME

Conforme demonstrado na tabela acima, observa-se variações significativas na execução de quatro objetivos:

- a) P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios (61,80%): Decorreu basicamente pela não execução das ações no âmbito do Projeto **Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais** uma vez em 2014 não houve um avanço significativo no processo de Regulação de Compras do Governo, fato que contribuiu para o atraso na sua implementação. A expectativa é de retomada e avanços com atual gestão estadual.
- b) P3 - Promover a Educação e a Cultura Empreendedora (68,45%): A execução deste objetivo está relacionada às ações do projeto **Atendimento a Educação Empreendedora no Estado do Piauí** relacionadas à implementação do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP cuja execução em 2014 somente se intensificaram após o processo de negociação de parcerias com as escolas da rede pública estadual e municipal. Por outro lado ocorreram problemas na confecção do material didático a ser utilizado pelas escolas implicando no atraso do início das ações (desistência da empresa licitada para produção dos livros dos alunos, já na ocasião para entrega da 1ª etapa solicitada, fato que impossibilitou o atendimento de muitas escolas que já haviam sido capacitadas para aplicação do JEPP e DESPERTAR. Além disso, foram cancelados os monitoramentos previstos para essas escolas.
- c) P4 - Prover Conhecimento sobre e para os Pequenos Negócios (36,24%): a baixa execução foi ocasionada pela não execução das ações previstas no âmbito do **Projeto Aquinordeste – Estado Piauí** dada a especificidade das ações a serem executadas, a definição do executor e sua contratação.
- d) R2 - Ampliar e Fortalecer a Rede de Fornecedores (80,30%): O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Piauí teve atraso no processo de adesão das empresas implicando no andamento da execução das ações.

2.3. Prioridades Locais

As prioridades locais servem de referência para a identificação das iniciativas estratégicas que podem incluir programas, projetos e planos de ação. Explicitam segmentos de clientes a serem trabalhados e possibilitam o alinhamento dos projetos e seus resultados.

Os critérios utilizados para a escolha das prioridades estratégicas locais estão alinhados às perspectivas do ambiente organizacional em três dimensões: O ambiente do cliente (potencial empreendedor ou empresa) estão representadas no quadro abaixo pelas estratégias de atuação de nº 1, 2, 3, 4 e 7; O ambiente externo, está relacionado à criação da estratégia nº 5 que trata da viabilização do desenvolvimento de Empreendedores e; o ambiente interno é abordado pela estratégia de nº 6, cujo objetivo é a transformação da organização por meio da capacitação das pessoas, aprimoramento dos processos e tecnologias, visando oferecer um atendimento de qualidade ao cliente.

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária prevista e realizada por prioridade local. As variações mais significativas ocorreram na execução das prioridades 1 e 5, cujas justificativas são relatadas a seguir.

Tabela 03 – Demonstrativo da Execução Orçamentária das Prioridades Estratégicas do SEBRAE/PI em R\$ Mil

Estratégia Atuação	Previsto Original Ano	Valor Previsto Ajustado (2014)	Valor Realizado (2014)	% de Execução (2014)	% Participação
P1- Ampliar e aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.	13.619	14.053	11.368	80,89%	43,21%
P2 - Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e c	4.433	4.763	4.260	89,44%	16,19%
P3 - Aumentar a eficiência produtiva dos pequenos negócios dos segmentos da indústria da Construção Civil e Tecnologia da Informação no Território de Teresina com foco na inovação, mercado e sustentabilidade.	2.931	3.601	3.361	93,34%	12,78%
P4 - Promover a competitividade dos pequenos negócios de comercio e serviços dos segmentos do turismo, saúde e artesanato dos Territórios de Teresina, Litoral Piauiense com foco em inovação, certificação e mercado.	3.776	4.619	4.386	94,96%	16,67%
P5 - Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí	691	691	473	68,45%	1,80%
P6 - Promover a melhoria contínua dos processos e o aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para o atendimento e o alcance dos resultados	944	1.356	1.309	96,53%	4,98%
P7 - Promover o Desenvolvimento Territorial em regiões de baixa densidade empresarial, com ênfase na implementação da Lei Geral , fomento ao empreendedorismo, na geração de oportunidades de negócios sustentáveis, contribuindo para a melhoria do ambiente	1.294	1.331	1.152	86,55%	4,38%

Fonte: SME

- a) Variação Prioridade Local 1 (80,89%): Decorreu em razão dos índices de execução dos Projetos Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos (recursos não executados relativos a realização da Fepeme de Picos), Desenvolvimento Empresarial da Região de São Raimundo Nonato (baixa execução do Programa Negócio a Negócio face a falta de Agentes de Orientação credenciados na região e não execução recursos do SEBRAEtec) e Inteligência de Mercado (interrupção das ações relativas ao Programa de Internacionalização SEBRAE/SBDC).
- b) Variação Prioridade Local 5 (68,45%): Conforme destacado nas explicações relativas as variações dos objetivos enumerados na Tabela 2, relativas ao Objetivo Estratégico **Promover a Educação e a Cultura Empreendedora**.

2.4. Medidas de Gestão do Plano

As medidas adotadas pelo SEBRAE/PI para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, consistiram nas seguintes estratégias:

Tabela 04 - Medidas de Gestão do Plano

Temas Mais Relevantes	Medidas Adotadas / Situação	
Ampliação e Modernização da Rede de Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Núcleo de Educação em Teresina; • Implantação da Unidade Regional de Bom Jesus; • Implantação do novo modelo de atendimento integrado e continuado com foco no relacionamento com o cliente; • Qualificação dos Agentes de Desenvolvimento Municipal; • Revisão da estratégia de atuação e do atendimento por Regiões do SEBRAE/PI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciada a construção. • Prevista para inaugurar em março/2015 • Implantado • Agentes capacitados • Em andamento
Atendimento ao Empreendedor Individual e Microempresas	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da oferta das soluções SEI e Na Medida nas Unidades Regionais; • Ênfase no atendimento continuado aos EI e ME atendidos pelo Programa Negócio a Negócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizado • Ampliado o atendimento
Atendimento a Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do quadro de credenciados Programa SEBRAE Mais; • Intensificação do processo de interiorização do Programa ALI; • Continuação da utilização do SEBRAETEC e SEBRAE Mais como soluções prioritárias para o atendimento a Pequena Empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos facilitadores credenciados • Realizado • Soluções incorporadas
Melhoria nas Práticas de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 15 processos mapeados apoiados pelo Programa SEBRAE de Excelência em Gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em andamento
Geração de Receitas Próprias	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de uma política de Marketing e Comercialização de produtos e serviços do SEBRAE/PI; • Aprimoramento da Gestão de Relacionamento com o Cliente, canais de comercialização e política de preços dos produtos e soluções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em elaboração • Em elaboração

- a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas: A avaliação é feita pelo monitoramento sistemático e acompanhamento das metas através de reuniões gerenciais e com a direção e o controle feito pelos sistemas corporativos SGE e SME.
- b) Revisão dos macroprocessos internos da entidade e das práticas identificadas a partir do PMG: Implementação das melhorias identificadas no Programa SEBRAE de Excelência em Gestão – PSEG (1º ciclo de avaliação), revisão dos macroprocessos e aperfeiçoamento/implantação das práticas com vista ao 2º ciclo de avaliação do PSEG.

Figura 03 – Mapa Macroprocessos



c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos:

Em 2014 foi realizado processo seletivo público para contratação de novos empregados para reforçar as equipes das unidades meio e finalística. Para esse fim, ainda em 2014, foram convocados 12 aprovados, sendo 11 analistas e 01 assistente. Foram investidos recursos na capacitação dos colaboradores no decorrer do ano cumprindo-se o Plano Anual de Capacitação que tem como principal objetivo promover o aprimoramento das competências requeridas para os espaços ocupacionais.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados:

Através das reuniões mensais do Conselho Deliberativo Estadual, no Portal Corporativo e em reuniões gerenciais e de gestores. A publicação dos resultados é feita no Sistema de Gestão Estratégica – SGE bem como através das reuniões semestrais de avaliação de gestão dos projetos

2.5. Metas

O desempenho do Sistema Sebrae na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

2.5.1. Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas “Cumprimento da Missão” e “Partes Interessadas” são monitorados por meio de indicadores denominados Indicadores Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 05 – Indicadores Institucionais

Resultado Institucional	Objetivo estratégico relacionado	Escala	Planejado para 2014	Realizado em 2014
Taxa de pequenos negócios atendidos	M1 – Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das MPE	%	25,30%	25,88%
Taxa de contribuição do Sebrae na criação de pequenos negócios	M2 – Fomentar o empreendedorismo	%	26,00%	(*)
Índice de favorabilidade da imagem do Sebrae perante a sociedade	C2 – Ser reconhecido como importante instituição indutora do desenvolvimento do país	0–10	8,50	8,79
Índice de favorabilidade da imagem do Sebrae perante os pequenos negócios e os empreendedores	C1 – Ser reconhecido como líder na articulação e gestão de iniciativas que elevem a competitividade das MPE e fomentem o empreendedorismo	0–10	8,60	7,98

Fonte: SME

(*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

2.5.2. Metas Mobilizadoras**Tabela 06 – Metas Mobilizadoras**

Meta Mobilizadora	Planejado para 2014	Realizado em 2014	% Realizado
Meta 1 - Ampliar o número de empresas atendidas	21.150	21.623	102,2%
Meta 2 - Atendimento a Pequenos Negócios com soluções específicas de inovação	2.420	3.045	125,8%
Meta 3 - Atendimentos ao Microempreendedor Individual	11.200	12.918	115,3%
Meta 4 - Atendimentos a Microempresas	9.100	7.653	84,1%
Meta 5 - Atendimentos a Empresas de Pequeno Porte	850	1.052	123,8%
Meta 6 - Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada	68	85	125,0%

Fonte: SME

As metas 2, 4, 5 e 6 apresentaram resultados acima da variação de 15% haja vista, respectivamente, os seguintes fatores: aumento da demanda das empresas por produtos e serviços no âmbito do atendimento individual espontâneo, decorrente da intensificação da ação dos Programas Agentes Locais de Inovação – ALI e SebraeTec; aumento da demanda por atendimento dos microempreendedores individuais face as microempresas no âmbito do Programa Negócio a Negócio; aplicação das medidas de gestão estabelecidas (item 2.4 – tabela 4, pág. 30); e intensificação das ações de implementação da Lei Geral através dos Projetos Territórios da Cidadania e de Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí.

2.5.3. Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE/PI no atendimento desses públicos. Conforme já destacado nas observações feitas relativas as variações ocorridas na execução das metas mobilizadoras (Item 2.5.2 – Tabela 6), os resultados obtidos são decorrentes principalmente das estratégias de gestão adotadas.

Tabela 07 – Grupos de Clientes

Indicador de Desempenho	Realizado em 2013	Planejado para 2014	Realizado em 2014	% Realizado 2014
Número de potenciais empresários atendidos	23.465	30.498	28.559	93,6%
Número de empresas atendidas	19.400	33.307	21.623	64,9%

Fonte: SME

Em relação ao número de empresas atendidas, em 2014 o SEBRAE/PI apresentou como meta mobilizadora o atendimento a 21.150 empresas tendo superado esta previsão uma vez que foram atendidas 21.623 empresas. Vale ressaltar que a previsão estabelecida de 33.307 empresas é a soma total de todas as previsões feitas no escopo dos projetos de atendimento propostos para o ano de 2014, sendo que em alguns casos existe dupla contagem na previsão da meta.

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos, que são apresentados na Tabela 8 a seguir, com seus indicadores de desempenho.

Tabela 08 – Instrumentos de Atendimento

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Realizado em 2013	Planejado ajustado para 2014	Realizado em 2014	% Realizado 2014
Acesso a eventos promovidos por Terceiros	Nº de missões/ caravanas	91	66	74	112,1%
Consultoria	Nº de horas	117.711	115.035	116.476	101,3%
Curso	Nº de cursos	900	1.496	1.327	88,7%
Informação	Nº de informações		47.088	60.251	128,0%
Orientação Técnica	Nº de orientações	43.053	69.290	61.987	89,5%
Palestra, Oficina, Seminário	Nº de palestras, oficinas, seminários	1.862	1.638	1.749	106,8%
Promoção e acesso a eventos do SEBRAE	Nº de feiras	29	34	36	105,9%
	Nº de missões/ caravanas	41	38	48	126,3%
	Nº de rodadas	8	13	15	115,4%

Fonte: SME

Os números registrados mostram que em 2014 as ações implementadas através dos diversos programas e projetos proporcionaram o acesso das MPE a instrumentos de gestão, melhorias tecnológicas, inovação de produtos e processos, acesso a mercados diversos, bem como a benefícios oriundos da implementação de políticas que propiciaram um ambiente mais favorável para os pequenos negócios.

Dentre os instrumentos de atendimento propostos apenas as metas relativas aos indicadores “Número de informações” e “Número de missões/caravanas” em Promoção e Acesso a Eventos do SEBRAE tiveram variação significativa acima do percentual estabelecido nas diretrizes. Este fato decorreu respectivamente por: realização da Feira do Empreendedor e da intensificação das ações de mercado realizadas no âmbito dos projetos.

2.6. Programas Nacionais

Os Programas Nacionais de Atendimento foram concebidos para potencializar a execução da estratégia do Sistema SEBRAE, direcionando ações e recursos no provimento de conhecimento para os pequenos negócios, articulando e fortalecendo a rede de parceiros, promovendo a cultura empreendedora, potencializando um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios todos com o objetivo de alcançar a excelência no atendimento com foco nos resultados para o cliente.

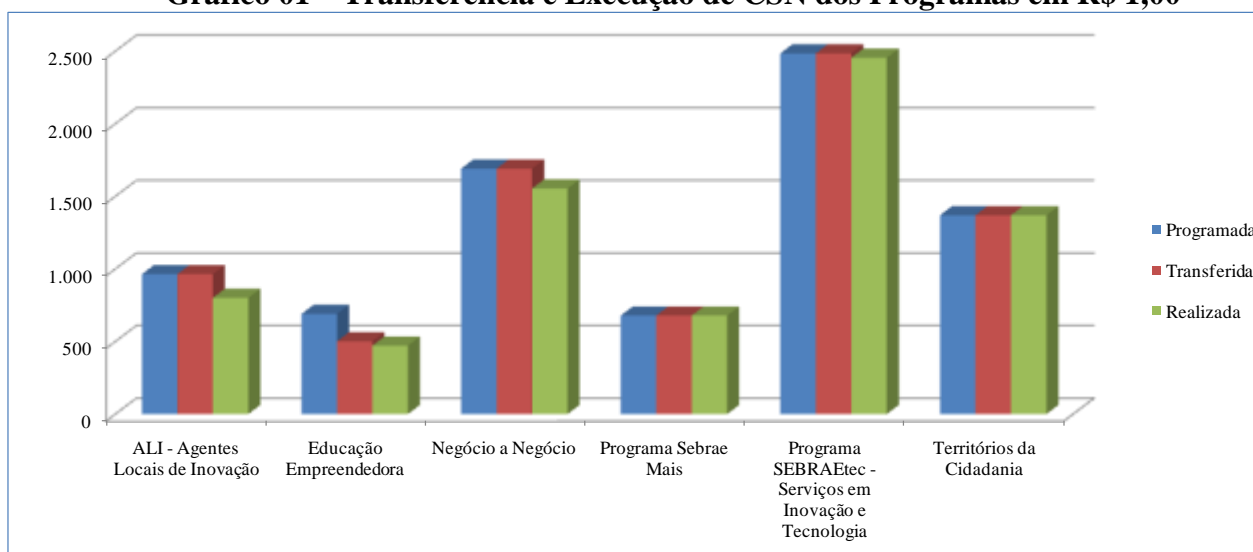
Esses programas estão direcionados ao atendimento do público-alvo por meio de uma lógica de segmentação de clientes, permitindo um amplo provimento de soluções a todos os perfis atendidos pelo SEBRAE.

Os Programas Nacionais impactam significativamente no alcance dos objetivos estratégicos, trabalhando com um público segmentado e estratégias definidas, de modo a impulsionar o atingimento dos indicadores e metas estipulados no Direcionamento Estratégico.

Em 2014 além da programação normal prevista, o SEBRAE/PI visando atender a uma estratégia proposta para potencializar o alcance de resultados para o Sistema, executou também o atendimento de forma segmentada por clientes (microempresas, empresa de pequeno porte e empreendedor individual) através de Programas Nacionais.

Os recursos aplicados para atender aos Programas Nacionais foram transferidos pelo SEBRAE Nacional através da Contribuição Social Nacional - CSN. O total de recursos liberados para o SEBRAE/PI para a execução dos programas totalizou R\$ 7.690 mil deste total foram executados 95,3% equivalente a R\$ 7.332 mil.

Gráfico 01 – Transferência e Execução de CSN dos Programas em R\$ 1,00



Fonte: SME

Tabela 09 – Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas em R\$ Mil

Programa	Sebrae NA (CSN)			SEBRAE/PI				
	Prevista	Transferida	%	CSN		Nº de Empresas Atendidas		
				Realizada R\$	% Realização	Previsto	Executado	%
ALI - Agentes Locais de Inovação	964	964	100,00%	801	83,09%	1.140	1.209	106,10%
Educação Empreendedora	690	501	72,60%	473	94,41%	27.980	9.090	32,50%
Negócio a Negócio	1.691	1.691	100,00%	1.554	91,90%	5.816	7.679	132,00%
Programa Sebrae Mais	679	679	100,00%	679	100,00%	462	669	144,80%
Programa SEBRAETEC	2.485	2.485	100,00%	2.455	98,79%	1.000	912	91,20%
Territórios da Cidadania	1.370	1.370	100,00%	1.370	100,00%	3.169	3.692	116,50%
Total	7.879	7.690	97,60%	7.332	95,34%	39.567	23.251	58,80%

Fonte: SME

Devem ser destacadas as seguintes considerações sobre a execução programa em relação as metas de atendimentos realizadas:

2.6.1. Agentes Locais de Inovação - ALI

O objetivo do programa é massificar soluções de inovação e tecnologia nas micro e pequenas empresas por meio da ação de Agentes Locais de Inovação, de acordo com as características de cada negócio, gerando impacto direto na gestão empresarial, na melhoria de produtos e processos e na identificação de novos nichos de mercado para os seus produtos.

Em 2014, o Programa ALI superou a meta prevista de empresas atendidas. Foram 171 empresas a mais que em 2013. O resultado decorreu principalmente em razão da atuação intensiva dos agentes junto aos gestores dos projetos de atendimento individual e coletivo – capital e interior.

Dentre os principais resultados de 2014:

- 72,50% das empresas tiveram acesso às soluções do SEBRAE;
- Das empresas com acesso às soluções SEBRAE, 65,52% tiveram consultorias e/ou cursos na área de tecnologia;
- 85,50% (811 empresas) fortaleceram a cultura da inovação e inovaram em processos, produtos, organização ou em marketing;
- Das 811 empresas inovadoras: 54% (438 empresas) inovaram em produtos e /ou serviços; 10,50% (85 empresas) alteraram produto ou serviço existentes; 12,5% adotaram novos processos; 14% mudaram processo produtivo; 38% adotaram novas estratégias de gestão, controles e organização; 23% alteraram procedimentos de gestão e organização; e 44% adotaram novas estratégias de marketing;
- Do total de empresas, 728 apresentaram registros de melhorias em instalações, em layout, em processos, atendimento ao cliente, em marketing e em gestão da inovação;
- Os principais resultados e impactos da ação ALI nas empresas foram: aumento de vendas (71%); aumento de pontos de vendas (19,5%); aumento da clientela (62,5%); instalação de

filial (10,5%); aumento do número de funcionários (43,5%) e registro de aumento do faturamento em 768 empresas (72% com índices de 1 a 100%).

- Elevação do grau de inovação das empresas atendidas pelo programa, mudando o índice global médio de 2,4 para 3,8 quando o valor máximo esperado no escore do Radar de Inovação é 5, correspondendo a um perfil de empresa inovadora;
- Edição e publicação de 10 mil exemplares do livro Inovação das Empresas do Piauí na Perspectiva do Programa ALI.

Entre as medidas de gestão que contribuíram para os resultados, destacam-se:

- Contratação de dois Seniores para orientar, validar e acompanhar os trabalhos dos ALI's;
- Realização de reuniões de planejamento, definição de estratégias e avaliação de desempenho.

2.6.2. Programa Negócio a Negócio

O Programa consiste em atendimentos *in loco* a empresas com perfil de microempreendedor individual e microempresas. A meta do programa de atender a 5.816 empresas em 2014 foi superada, chegando-se a 7.679 empresas atendidas.

Os resultados do trabalho dos agentes de orientação geraram excedente de demanda pelo público-alvo, sendo que para a continuidade do Projeto em 2014, o SEBRAE/PI encaminhou solicitação de recursos adicionais ao SEBRAE Nacional, incorporando as metas de 2014 mais 2.134 novos empreendedores ampliando assim o número de atendimentos previstos para o ano. Vale ressaltar que no contexto nacional mais uma vez o Piauí foi destacado pela forma de condução do programa no estado, resultado de novas medidas de gestão implantadas, como: reuniões quinzenais e visita *in loco* com os agentes.

Principais medidas de gestão adotadas em 2014:

- Processo de contratação dos Agentes de Orientação nacionalizada, por meio do credenciamento específico;
- Adoção do Sistema de Inteligência do Programa – SisNEg. Pela primeira vez, a inteligência gerada a partir dos atendimentos em campo começou a ser consolidada em nível nacional, disponibilizando-se dados quantitativos e qualitativos que permitem conhecer as principais dificuldades dos empresários a partir da tabulação das respostas dos diagnósticos, porém apesar da otimização do Sisneg, o sistema apresentou alguns problemas de operacionalização.

2.6.3. SEBRAE Mais

O Programa SEBRAE Mais é o principal instrumento de atendimento a empresas de pequeno porte, no âmbito do Sistema SEBRAE, e tem como objetivo aperfeiçoar sua gestão. Conta com um portfólio com 8 soluções educacionais independentes, que instrumentalizam o atendimento, seja individual ou coletivo, de forma personalizada, flexível e mensurável.

Em 2014, merecem destaque no âmbito do Programa Sebrae MAIS, a implementação no Piauí, o lançamento da solução Ferramentas de Gestão Avançada – FGA e a revisão da solução Gestão da Qualidade com repasse metodológico e realização de novas turmas. No aspecto

promocional, destaca-se a nova identidade visual do Programa, com a inserção de novas soluções com base nos resultados das pesquisas junto aos clientes.

Os aspectos mencionados anteriormente contribuíram para a variação ocorrida na execução do programa, além dos aspectos relacionados as medidas de gestão, conforme mencionado no item 2.4 (Tabela 04) relacionadas a implementação dos Programas Nacionais e atendimento as pequenas empresas.

Ações desenvolvidas em 2014:

- Realização das soluções Gestão Financeira (2), Estratégias Empresariais (1), Gestão da Qualidade (2), Seminário Empretec (19), Gestão da Inovação (1) e Encontros Empresariais (1);
- Realização de consultorias e orientação personalizada para as empresas participantes das soluções Estratégias Empresariais, Gestão Financeira, Gestão da Inovação e Gestão da Qualidade;
- Realização de palestras de divulgação da solução Ferramentas de Gestão Avançada - FGA, e demais soluções realizadas sobre o programa.

Os principais resultados da Pesquisa de Impacto da aplicação do SEBRAE Mais em 2014 junto as empresas participantes do Programa no Piauí foram:

Os principais resultados da Pesquisa de Impacto da aplicação do SEBRAE Mais junto as empresas participantes do programa no Piauí foram:

- 98,1% afirmaram ter satisfação com o programa e 96,2% afirmaram predisposição de indicá-lo para amigos e parceiros comercial;
- 75% promoveram mudanças na sua empresa como consequência da participação no Sebrae Mais;
- 58,5% dos clientes aprimoraram a qualidade de seus produtos e serviços, além de conhecerem melhor os seus clientes através de um maior relacionamento estabelecido com o mercado;
- 34,1% conseguiram efetivamente, melhor preparo ou atualização nas metas, planos e projetos de sua empresa e 26,8% dos clientes do programa implantaram controles físicos e financeiros;
- 55,8% dos clientes perceberam aumento no lucro de sua empresa sendo que 61,1% atribuiu que o programa teve de média a elevada contribuição no resultado;
- 63,5% perceberam também aumento no seu faturamento, sendo que 63,6% atribuiu que o programa teve de média a elevada contribuição no resultado; e
- 96,2% das pessoas afirmaram que pretendem participar de outras soluções do programa.

2.6.4. SEBRAE nos Territórios da Cidadania

O programa foi concebido com o propósito de expandir as fronteiras de atuação da instituição e de levar assistência técnica e gerencial aos pequenos negócios. Através do Programa Territórios da Cidadania foram contemplados 5 territórios: Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Canindé e Vale do Guaribas. As ações foram direcionadas para diversos segmentos econômicos (agronegócios, indústria, comércio e serviços), visando criar um ambiente favorável aos micro e pequenos negócios urbanos e rurais dos municípios piauienses com a perspectiva de dinamizar a economia local e de criar melhor ambiente de negócios a partir da Implementação da Lei Geral.

A execução dos projetos ocorreu em 93 municípios integrantes dos Territórios da Cidadania Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Canindé e Vale do Guaribas. O foco das ações teve por base os 04 eixos priorizados pelo sistema de monitoramento para implementação da lei geral: Uso do Poder de Compra, Desburocratização, Empreendedor Individual e Agente de Desenvolvimento.

Os principais resultados do Programa em 2014 foram:

- Implementação da Lei Geral em 32 municípios integrantes dos territórios;
- Atendimento a 1.541 microempresas e microempreendedores individuais pelo Programa Negócio a Negócio com a elaboração de diagnósticos que propiciaram aos empreendedores reflexões e ajuda na tomada de decisões para melhoria de seus negócios, bem como oportunidade de capacitações;
- Implantação de 10 salas do empreendedor;
- 21 Agentes de Desenvolvimento treinados.

2.6.5. SEBRAETec

O SEBRAETec é um programa que tem o objetivo de levar tecnologia e inovação aos pequenos negócios dos setores da indústria, comércio, serviços e agronegócios para melhorar a competitividade, através do acesso ao conhecimento, inovação e tecnologia de forma subsidiada, visando entre outros aspectos, aumento da produtividade, utilização racional de matéria-prima, redução dos custos de produção, melhoria do processo de produção, redução dos custos operacionais, melhoria na qualidade final do produto e aumento da competitividade da empresa no mercado interno e externo.

No ano 2014, o programa alcançou 91,20% de realização da meta de empresas atendidas previstas. As ações foram realizadas através das demandas oriundas de 28 projetos, incluindo projetos setoriais, setor segmento e de atendimento individual.

As principais demandas foram relacionadas a aumento da produtividade, redução de custos da produção, melhoria do processo produtivo, utilização racional de matéria – prima, melhoria na qualidade final do produto e aumento da competitividade. Os principais temas trabalhados foram tecnologia da informação e comunicação, produtividade, sustentabilidade e design.

As principais estratégias e medidas adotadas na implementação do programa foram:

- Realização de atendimentos coletivos através de clínicas tecnológicas;
- Acompanhamento in loco das consultorias realizadas proporcionando maior efetividade na execução e monitoramento do programa.

2.6.6. Educação Empreendedora

O objetivo do Programa é ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas escolas de ensino por meio de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação. O público-alvo do Programa está segmentado em potenciais empreendedores do ensino fundamental, médio, técnico e superior.

Em 2014, o Programa de Educação Empreendedora atendeu 89,2% da meta prevista de 500 turmas de alunos. Assim, foram realizadas 446 turmas, nos níveis fundamental e médio. Contudo ocorreram problemas relacionados ao cadastro das metas uma vez que o SEBRAE Nacional desenvolveu um módulo específico no Siacweb para o programa. No entanto, apesar de vários chamados ao suporte técnico do sistema e dos reprocessamentos realizados, a sincronização do Siacweb com o SME não ocorreu em tempo hábil.

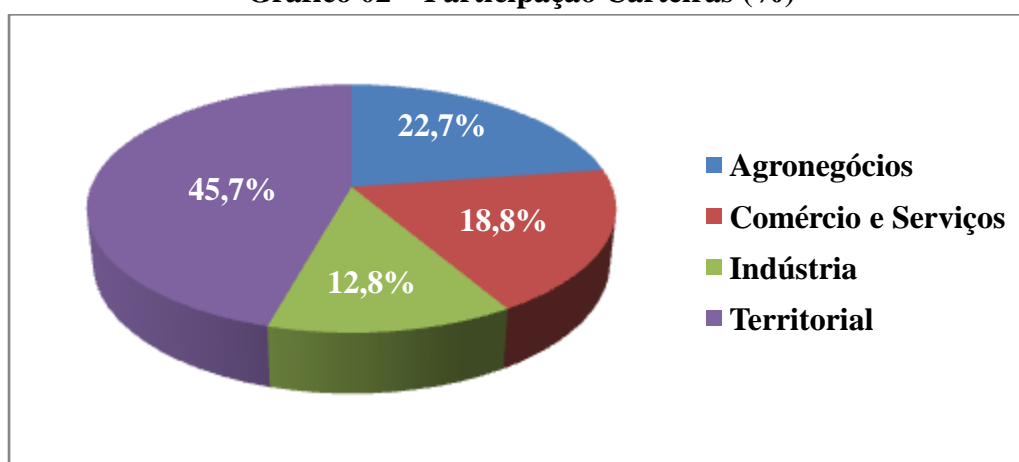
2.7. Carteiras de Projetos

2.7.1. Projetos de Atendimento

Os investimentos planejados para as carteiras de projetos de atendimento foram da ordem de R\$ 37,4 milhões, com realização de R\$ 31,2 milhões (88,2% do SEBRAE/PI e 66,1% de parceiros). A Carteira de Atendimento Territorial é a que responde pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 17,1 milhões).

A execução final da carteira (SEBRAE/PI e parceiros) foi de 83,4%, contudo se considerarmos apenas a execução dos recursos provenientes do SEBRAE o índice de execução é de 88,2%.

Gráfico 02 – Participação Carteiras (%)



Fonte: SME

Tabela 10 – Aplicações de Recursos por Carteiras de Projetos em R\$ Mil

SETOR	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	5.643	2.840	8.483	4.762	2.052	6.814	80,33%
Comércio e Serviços	5.644	1.400	7.044	5.166	1.260	6.426	91,23%
Indústria	3.546	1.250	4.796	3.336	928	4.264	88,91%
Territorial	14.403	2.688	17.091	12.520	1.166	13.686	80,08%
TOTAL	29.236	8.178	37.414	25.784	5.406	31.190	83,36%

Fonte: SME

2.7.1.1. Agronegócio

Dados recentes divulgados pela CONAB consolidam a importância da Região Nordeste no desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Influenciado pelo comportamento da produção na região da MATOPIBA – formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, o Nordeste apresentou na atual safra um incremento de 7,8% na área plantada e a produção chegou a 6.557,3 mil toneladas, o que representa um aumento recorde de 23,8%, em comparação com a safra anterior. E o Piauí tem grande participação nesse crescimento.

A atuação do SEBRAE/PI no agronegócio abrigou 12 projetos, atingindo 1.487 produtores rurais, 182 empresas (em sua maioria microempresa e empresa de pequeno porte) e 3.372 potenciais empresários. O montante de recursos aplicados por parceiros e SEBRAE/PI foi da ordem de R\$ 6,8 milhões.

A execução orçamentária (Tabela 11) alcançada foi da ordem de 80,30%, deste total 69,89% foram aplicados pelo SEBRAE/PI e 30,11% pelos parceiros. Ressalte-se que os recursos de parceiros não entram no caixa do SEBRAE, são contrapartidas econômicas. Comparativamente ao ano anterior, a carteira em 2014 teve um incremento de recursos aplicados do SEBRAE/PI de 13% e uma execução superior a 2013 em 12%.

A carteira atendeu aos segmentos apicultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, suinocultura, fruticultura e mandiocultura nas regiões de Picos/Araripe, São Raimundo Nonato, Litoral Piauiense, Floriano, Piripiri e Teresina. Neste sentido, foram articuladas e intensificadas parcerias com a Associação Piauiense de Piscicultores, ADAPI, Associação Piauiense de Suinocultura, SENAR, CODEVASF, FIEPI, DNOCS, EMBRAPA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Governo do Estado, MAPA/SFA-PI, SESCOOP/PI e outras instituições em vários municípios do estado.

O foco principal da ação foi a promoção do agronegócio no Estado do Piauí, considerando a necessidade de implementação de ações que gerassem melhorias nos processos de produção e gestão dos negócios locais, permitindo a inserção dos produtores no mercado.

Tabela 11 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio em R\$ Mil

Projeto	Despesas						
	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
APIS do Norte do Piauí	505	1.150	1.655	417	736	1.154	69,70%
APIS Semiárido Empreendedor	810	264	1.074	667	216	882	82,20%
Desenvolvimento da Piscicultura do Litoral	334	40	374	302	40	342	91,40%
Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina	707	300	1.007	633	295	928	92,20%
Fruticultura de Floriano	337	100	437	313	33	346	79,10%
Fruticultura do Litoral Piauiense	596	210	806	576	105	681	84,50%
Sertão Empreendedor	272	48	320	0	0	0	0,00%
Setorial Agronegócios da Região de Picos	486	428	914	452	416	868	95,00%
Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato	374	200	574	320	186	506	88,10%
Setorial Agronegócios de Teresina	465	100	565	434	25	459	81,30%
Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano	608	0	608	504	0	504	82,80%
Tecnologias Sociais no Território de Teresina	150	0	150	145	0	145	96,70%
TOTAL	5.643	2.840	8.483	4.762	2.052	6.814	80,30%

Fonte: SME

A execução orçamentária da Carteira do Agronegócio (80,3%) deve-se ao fato de estar sendo considerada a parcela referente aos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi assumida conforme pactuada nos Acordos de Resultados dos projetos, influenciando assim no índice de execução verificado. A baixa alavancagem por parte dos parceiros ocorreu com mais intensidade no âmbito dos Projetos de Apicultura, Fruticultura de Floriano, Piscicultura do Litoral Piauiense e Setoriais do Agronegócio. Ressalte que este fato não comprometeu o andamento das ações da carteira que apresentaram execução dos instrumentos de atendimento conforme demonstrado na Tabela 11.

Por outro lado, o Projeto Sertão Empreendedor somente teve sua aprovação sinalizada já no final de 2014 não havendo mais o tempo necessário para sua execução. Analisando apenas a aplicação dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução foi de 84,4%.

Tabela 12 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira do Agronegócio

Instrumentos	Indicador	Previsto ajustado para 2014	Execução 2014	% Exec. de 2014
Acesso a Eventos Promovidos por Terceiros	Número de missões/caravanas	21	25	119,0%
Consultoria	Número de horas	26.881	26.060	96,9%
Curso	Número de cursos	240	247	102,9%
Orientação Técnica	Número de orientações	123	135	109,8%
Palestra, Oficina, Seminário	Número de palestras, oficinas, seminários	265	266	100,4%
Promoção e Acesso a eventos do SEBRAE	Número de feiras	4	9	225,0%
	Número de missões/caravanas	19	23	121,1%
	Número de rodadas	0	1	0,0%

Fonte: SME

As variações significativas ocorridas na execução física dos instrumentos de atendimento do agronegócio devem-se aos fatos relacionados a seguir:

- Promoção e acesso a eventos do SEBRAE: (número de feiras) - a variação ocorreu principalmente pelos eventos realizados no âmbito dos Projetos Apis do Norte Piauí e Setorial Agronegócio de Picos decorrentes das demandas do público-alvo atendido nesses territórios (realização de pequenas feiras de negócios nos municípios assistidos). Por se tratar de iniciativas que não comprometeram a execução orçamentária dos projetos os eventos foram viabilizados. Conseqüentemente o número de missões/caravanas também apresentou variação haja vista a participação dos apicultores atendidos por esses projetos. Já o número de rodada – ação não prevista e realizada no âmbito do Projeto Semiárido Empreendedor deve-se a realização de encontro de negócio não previsto e ocorrido durante o Piauí Sampa com a participação de grupos de apicultores beneficiados pelo projeto.

Os principais destaques dos projetos da carteira em 2014 foram:

Apis do Norte do Piauí

O Projeto, Apis do Norte do Piauí, iniciado em 2014, com previsão de execução até 2016, atende 250 Apicultores, com perfil de agricultor familiar, possuindo DAP, distribuídos em dois grupos: 200 (duzentos) apicultores nível básico (até 50 colméias) e 50 (cinquenta) apicultores nível intermediário (acima de 50 e menos de 300 colméias) da Região Norte do Piauí.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de consultorias tecnológicas (SEBRAEtec), gerenciais e mercadológicas; capacitações gerenciais e de cooperação, participação em feiras estaduais e nacionais, caravanas e missões, palestras, seminários e oficinas.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Desenvolvimento de novos layout de produtos e embalagens a partir de consultorias do SEBRAETec;
- Melhoria da comunicação – instalação de celulares nas localidades rurais pelos apicultores e alguns já possuem emails;
- Infraestrutura de colheita – construção de uma UEPA em Piracuruca e início de reformas e ampliações pela Casa Apis e CODEVASF;
- Novas tecnologias, adquiridas da Bahia, promoverão um aumento na produtividade, de 100 para 500 gramas de pólen / colméia / dia. A perspectiva é produzir 5.000 kg / ano, promovendo uma receita de R\$ 250.000,00 / ano, na localidade Vassouras, Município de Esperantina (PI). Hoje é de apenas R\$ 25.000,00;
- Cosméticos – Novas fórmulas de produtos e a criação de logomarca e embalagens incentivaram as produtoras rurais, da localidade Cangatí, Município de Piripiri(PI), a buscar projeto de investimento para ampliação da área de produção e aquisição de equipamentos para automação industrial. A proposta é atingir a produção de 10 mil peças de sabonete sólido com faturamento de R\$ 30 mil / mês. Hoje é de R\$ 9 mil / mês;
- 80.500 kg de produtos comercializados com a Casa Apis gerando faturamento da ordem de R\$ 625 mil;
- Construção do Empório do Mel em Piracuruca – em local de alto fluxo de turistas onde serão comercializados os produtos como mel, pólen, cera, própolis, bem como outros produtos produzidos pelos cooperados como cajuína, castanha de caju, milho verde (cozido), doces, geléias, queijo, sucos de frutas próprias, aves caipiras congeladas, etc.

Apis Semiárido Empreendedor

A estratégia de atuação do projeto foi focada no aumento da produtividade, produção e comercialização de mel através das boas práticas de convivência com a estiagem, redução das perdas de enxames e melhoria na gestão. Para tanto, as ações desenvolvidas tiveram como referência:

- Fortalecimento da cooperação e liderança, visando fortalecer a integração da base produtiva e a formação de novas lideranças para a sustentação dos negócios dos empreendimentos coletivos;
- Disseminação do conhecimento e benchmarking apícola, com vistas à profissionalização da atividade;
- Difusão e implementação de novas tecnologias de convivência com o semiárido, almejando a perenização da produção e viabilidade econômica dos empreendimentos;
- Acesso a mercado, com foco na ampliação do mercado interno para melhor valorização dos produtos, e conseqüente melhoria dos ganhos dos produtores.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Manejo apícola de convivência com a estiagem implementado nos apiários de 134 produtores rurais da região de Picos e de Simplício Mendes, reduzindo em 70%, as perdas dos enxames;
- Perenização da produção de mel no período da estiagem no Piauí, com a produção de 200 toneladas de mel através da apicultura migratória;
- Desenvolvimento e implementação da metodologia da apicultura migratória coletiva promovendo a produção de 60 toneladas de mel no período da estiagem, reduzindo desta forma os impactos da estiagem prolongada que afetou a CASA APIS e COMAPI;
- Aumento de 13 para 20 casas de mel com habilitação para comercialização com o mercado europeu.

Desenvolvimento da Piscicultura do Litoral

As ações do projeto contaram com a participação ativa da Associação de Piscicultores do Baixo Parnaíba e piscicultores dos municípios de Buriti dos Lopes, Caxingó e Caraúbas do Piauí, estimulando a organização dos grupos de produção a elas vinculados.

As ações estiveram focadas no fortalecimento da cultura da cooperação, no processo de produção e gestão das unidades produtivas. Neste sentido, foram realizadas capacitações e consultorias tecnológicas, cursos de empreendedorismo, gestão ambiental e ações de mercado, destacando-se:

- Realização de 1.290 horas de consultoria, sendo 800 horas no âmbito do SEBRAEtec e 240 horas de consultoria voltadas para o licenciamento ambiental, preparação e povoamento dos viveiros, alimentação dos peixes, prevenção e controle sanitário, acompanhamento do cultivo, despesca e comercialização, avaliação da produção; certificação e qualidade dos peixes;
- Realização de cursos de técnicas de cultivo de peixe em tanques-rede (teoria e prática), culinária à base de peixes, beneficiamento de tambaqui e técnicas de produção com a participação de 120 piscicultores, empresários de bares e restaurantes, entre outros;
- Participação nas feiras: 2ª Feira do Agronegócio da Planície Litorânea (Expoapa) em Parnaíba e Feira Agropecuária de Joaquim Pires;
- Vistas técnicas a fazendas em Batalha, Teresina e fábrica de rações.
- Criação da Associação de Piscicultores de Caxingó.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 100% dos piscicultores com registro;
- Licenciamento ambiental concluído de 06 (seis) fazendas com mais 03 fazendas em andamento;
- Aumento de 20% no valor agregado do peixe após as consultorias realizadas.

Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de oficinas gastronômica a base de peixe, abordando temas relacionados a culinária do peixe e processamento do pescado, contando com a parceria da Prefeitura Municipal de Teresina e Associação dos Permissionários beneficiando 60 empresários donos de restaurantes;
- Assessoria técnica no levantamento de dados, georeferenciamento e elaboração de projetos de licenciamento ambiental de 10 fazendas de piscicultura, além de trabalhos na elaboração de 20 Registros do Aquicultor. Com estes registros os piscicultores passam a estar habilitados a exercer a atividade aquícola, permite o acesso ao crédito bancário além de possibilitar o trânsito e transporte de peixes de forma legalizada;
- Implantação de Projeto de Cultivo de Tilápia consorciado com camarão em água salinizada. Trata-se de um projeto de policultivo que consiste na criação simultânea de duas ou mais espécies aquáticas em um mesmo viveiro com o objetivo de maximizar a produção, utilizando organismos com diferentes hábitos alimentares e distribuição espacial que representa a eficiente ocupação do espaço físico e dos diferentes nichos alimentares dos viveiros;
- Realização de 36 cursos de gerenciamento da propriedade rural, técnicas avançadas de piscicultura, processamento do pescado, culinária do peixe, construção de viveiros escavados, cultivo de peixes em tanques rede, tendo como objetivo capacitar 720 produtores,

empreendedores, encarregados de fazendas e técnicos através de modernas técnicas de produção e gerenciamento;

- Realização de 2.619 horas consultorias tecnológicas, ambientais e gerenciais voltadas para a seleção de locais para implantação de projetos de cultivo de tilápias em tanques rede e viveiros escavados;
- Realização de 22 palestras sobre nutrição e alimentação de peixes, manejo de peixes redondos, rações específicas para peixes redondos, qualidade da água, como implantar uma unidade de produção de peixes em viveiros escavados, planejamento da produção, beneficiando 330 produtores, empreendedores, encarregados de fazendas e técnicos;
- Implantação de controles administrativos e financeiros em 60 fazendas de piscicultura utilizando a metodologia No Campo;
- Desenvolvimento de um Software Gerencial para ajudar os produtores com informações sobre custos que devem ser controlados, lucro da atividade, controle do tempo de execução de cada etapa da produção, controle dos insumos, controle dos custos de produção;
- Produção do Manual de Criação de Peixe em Viveiros Escavados;
- Produção de um Plano de Negócio para auxiliar o empreendedor a melhor planejar a implantação de um negócio para criação de peixes.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Produção estimada de 2.500 toneladas/ano de peixe e faturamento de R\$ 17 milhões;
- Licenciamento ambiental de 10 fazendas de piscicultura;
- Implantação de sistemas de controles em 60 fazendas de piscicultura.

Fruticultura de Floriano

As ações do projeto estiveram focadas no fortalecimento da fruticultura irrigada dos Platôs de Guadalupe com ênfase na melhoria da gestão empresarial, organização do sistema produtivo, incorporação de inovação, conquista ampliação e consolidação de mercados. Os principais parceiros envolvidos foram: Prefeitura Municipal de Guadalupe, ACIPI - Associação Central dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Platôs de Guadalupe, Universidade Federal do Piauí, DNOCS, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e EMATER.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 1.100 horas de consultorias gerencial e mercado e Programa SEBRAEtec, destinadas as unidades de produção e implantação do Projeto da Unidade Experimental da Cultura da Banana;
- Realização de palestras com os temas: Manejo da Colheita da Banana, Importância do Selo de Rastreabilidade, Destinação Correta de Embalagem de Defensivos Agrícolas;
- Realização de Missões à 25ª FENAGRI – Feira Nacional da Agricultura Irrigada - 2014, Feira do Empreendedor e Piauí Sampa;
- Realização de Cursos de Higiene e Manipulação de alimentos com a participação para restaurantes e hotéis da região;
- Realização da oficina custos para produzir no campo – Metodologia No Campo.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da comercialização de frutas em torno de 20% (Fonte: ACIPI);
- Entrada em um novo mercado consumidor (Macapá-AP);

- Implantação da Unidade Experimental da cultura da banana, projeto que tem por objetivo testar novas variedades com condições favoráveis de produtividade, aceitação de mercado e manejo para que os produtores venham ganhar no aspecto técnico e comercial dessas novas cultivares. O Projeto está sendo desenvolvido em Parceria e acompanhamento técnico da EMBRAPA de Cruz das Almas/BA;
- Adoção de Novas Técnicas de manejo para o Controle do Nematóide;
- Implantação da Central de Vendas da Goiaba: A Central assume as funções de organização e coordenação da produção/oferta de produtos e, ao mesmo tempo, prospecção da demanda e negociação das vendas. Importante destacar que este sistema deverá respeitar os contratos assumidos individualmente por cada associado, definindo o preço de venda e protegendo o produtor das mãos dos atravessadores.

Fruticultura do Litoral Piauiense

As principais ações implementadas foram:

- Palestra de sensibilização sobre princípios e valores do cooperativismo;
- Oficina sobre Gestão de Empreendimentos Coletivos;
- Integração e envolvimento da BIOFRUTA junto à administração do DITALPI;
- Realizado de capacitação voltada para desenvolver habilidades de negociação;
- Capacitação dirigida para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- Construção de uma proposta de organograma para o DITALPI;
- Desenvolvimento de uma nova logomarca para o DITALPI;
- Acompanhamento da obtenção da Certificação Orgânica;
- Participação em feiras agropecuárias, FENAGRI, Piauí Sampa, FEPEME e outros eventos.
- Elaboração do Plano Estratégico de Mercado;
- Realização da Expoapa – Exposição Agropecuária de Parnaíba;
- Implantação do Programa PROCOMPET/SEBRAE proporcionando melhorias na gestão da unidade de produção nas mais diversas áreas, resultando no reconhecimento do “produtor nota 10”, agraciado com uma bonificação em dinheiro e placas de honra ao mérito.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Identificação de novas oportunidades de negócios no DITALPI;
- Introdução de novos produtos a partir da acerola orgânica - geléias e outros doces orgânicos a partir da acerola madura;
- Desenvolvimento de novo design para rótulos e embalagens para os produtos;
- Implantação das variedades de melancia Top Gang, aumentando a produtividade em 20% (Fonte: DITALPI);
- Acompanhamento e orientação no plantio das acerolas que substituíram as plantas improdutivas por variedades nobres;
- Aumento considerável da área plantada em relação ao ano de 2013, das quais se destacam a cultura do Mamão (22%), maracujá (100%), melancia (18%), manga (40%), uva (100%), dentre outras.

Sertão Empreendedor: Não houve execução física nem financeira. A aprovação deste projeto somente aconteceu em novembro/14, sendo sua implementação reestruturada para iniciar a partir de janeiro de 2015.

Setorial Agronegócios da Região de Picos

O Projeto atendeu produtores dos segmentos da ovinocaprino cultura, cajucultura, piscicultura e mandiocultura dos municípios de Acauã, Alagoinha do Piauí, Bela Vista, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande, Conceição do Canindé, Curral Novo, Campo Grande do Piauí, Francisco Macêdo, Francisco Santos, Ipiranga, Itainópolis, Inhuma, Jaicós, Jacobina do Piauí, Massapê do Piauí, Monsenhor Hipólito Nova Santa Rita, Padre Marcos, Patos do Piauí, Paulistana, Picos, Pio IX, Queimada Nova, São João da Canabrava, São Francisco de Assis, Simões e Simplício Mendes.

O SEBRAE/PI e parceiros desenvolveram um trabalho de organização dessas cadeias produtivas, onde o público alvo atendido foi formado por pequenos produtores agrupados em associações específicas de pequenos produtores rurais que foram criadas através da intervenção do projeto. As ações executadas tiveram como foco principal a manutenção e abertura de novos canais de comercialização.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Comercialização de 59 Toneladas de peixes, gerando um montante de R\$ 440.000,00 em vendas realizadas em oito municípios da microrregião de Picos;
- Comercialização de 18,3 toneladas de amêndoas num montante de R\$ 858 mil pela Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí- COCAJUPI;
- Ampliação das áreas irrigada de reserva de pasto de reserva para o período de estiagem por parte de 42 criadores dos municípios de Betânia e Queimada Nova;
- Implantação de cinco Unidades de Melhoramento Genético e uma Unidade de Terminação, nos municípios de Betânia, Queimada Nova, Padre Marcos, Jacobina e Paulistana;
- Implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal nos municípios de, Betânia, Curral Novo, Itainópolis, Padre Marcos, Paulistana;
- Elaboração de Projetos para CONAB através do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, para Associações ligadas à ovinocaprino cultura dos municípios de Queimada Nova, Betânia e curral Novo, que destinará recursos da ordem de R\$ 671 mil, equivalendo a 66,7 mil quilos de carne;
- Implantação de áreas experimental de palma resistente à cochonilha nos municípios de Caldeirão Grande, Francisco Macedo, Marcolândia, onde os produtores assinaram um termo de compromisso assumindo distribuir parte das palmas produzidas para novos produtores, para que novas áreas sejam implantadas - ação desenvolvida em parceria com Instituto Chico Mendes – APA Araripe e Prefeituras Municipais.

Setorial Agronegócios de São Raimundo Nonato

O projeto atende produtores rurais dos segmentos de apicultura, fruticultura e ovinocaprino cultura. O foco das ações abrange intervenção nos aspectos gerencial, tecnológico, associativismo e comercialização atingindo 11 municípios da região.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações tecnológicas, abordando aspectos como: Apicultura Básica, Manejo de Colméias e Alimentação de Abelhas, Manejo Alimentar, Manejo Sanitário, Manejo Reprodutivo e Manejo das Crias, além de Oficinas de Produção de Própolis, Produção de Cera e Alimentação de Abelhas;

- Realização de palestras, abordando temas como: Manejo de Colméias, Produção de Própolis e Alimentação de Abelhas;
- Realização de consultorias gerenciais, abordando a melhoria na gestão e rotinas administrativas de cooperativas;
- Realização de consultorias tecnológicas através do SEBRAEtec, abordando a melhoria da produção e a produtividade;
- Realização de Missões Técnicas: visita de apicultores a CASA APIS em Picos/PI e participação no Congresso Brasileiro de Apicultura em Belém/PA;
- Clínicas tecnológicas abordando aspectos relacionados a inspeção dos animais e emissão de atestados sanitários em Feiras nos municípios de Dom Inocêncio, Coronel José Dias, Canto do Buriti e São Raimundo Nonato;
- Realização de consultorias tecnológicas, abordando a melhoria e apresentação dos produtos (embalagens, rótulos).

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Comercialização direta com a CASA APIS, consolidando-se através do cooperativismo;
- Certificação orgânica para a maior parte dos apicultores vinculados ao projeto;
- Inclusão dos apicultores beneficiados no Comércio Justo e Solidário, através da CASA APIS;
- Apicultores efetuando as boas práticas de colheita e beneficiamento do mel;
- Manutenção da maioria dos enxames existentes em 2014 para a safra 2015.
- Melhoramento genético dos animais;
- 18 criadores do município de Dom Inocêncio, realizaram aproximadamente 36 toneladas de silagem para alimentar os animais com volumoso de boa qualidade no período de estiagem;
- Comercialização de 7.400 animais destinados a reprodução e corte em feiras realizadas nos municípios participantes do projeto.

Setorial Agronegócios de Teresina

Durante todo o ano foram intensificadas ações de capacitações, consultorias e apoio a comercialização, com foco na melhoria do plantel de animais, estratégias para convivência com estiagem prolongada e melhoria dos sistemas de comercialização dos produtores. Foram beneficiados os segmentos da suinocultura e fruticultura. O foco das ações foi a melhoria da gestão empresarial, organização do sistema produtivo, inovação tecnológica e ampliação de mercado com atuação em 10 municípios do Território de Teresina.

Neste sentido, destacaram-se as ações do projeto:

- Gestão da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos para a assinatura de um Termo de Cooperação entre ADAPI e VIGILÂNCIA SANITÁRIA/PMT, Prefeitura de Demerval Lobão e Piauí Frigorífico que permitiu a comercialização de carne caprina e ovina de pequenos criadores para municípios da região de Teresina;
- Participação nas Feiras de Caprinos e Ovinos de Elesbão Veloso, Espaço Aprisco no CACHAÇAFEST de Castelo do Piauí, II Festival da Cajuína do Piauí, Festa do Bode de Batalha e EXPOAPI de Teresina, com caravanas de criadores, palestras e orientações tecnológicas. Destaques para os segmentos da cajuína, ovinocaprinos e suinocultura, que foram atendidos com planos de negócios customizados, definidos em função do interesse dos clientes.
- Produção de três folders sobre Sistema de Produção de Cajuína, Ovinos de Corte e Suínos, para orientar produtores e empreendedores para o investimento nesses segmentos.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Obtenção da Certificação de Indicação Geográfica (IG) para a cajuína;
- Tombamento da cajuína como produto do patrimônio cultural brasileiro, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- A partir de consultorias na modalidade SEBRAEtec, as Associações de Criadores de Elesbão Veloso passaram a contar com campos de multiplicação de palma forrageira, garantindo que em cerca de 12 meses terão nova alternativa de alimentação para os caprinos e ovinos; a Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Esperantina obteve o licenciamento ambiental para o desenvolvimento das atividades produtivas;
- Ainda na modalidade de consultoria SEBRAEtec a Cooperativa dos Produtores de Altos/COOAPP teve uma reestruturação completa da planta industrial, a tempo de produzir 10 mil garrafas na safra 2014;
- Associações de criadores de caprinos e ovinos estão mais bem orientados para a convivência com a estiagem após oficinas e capacitações realizadas em São Miguel do Tapuio, Monsenhor Gil, Elesbão Veloso e São Félix;
- Comercialização de carne caprina e ovina de pequenos criadores para municípios da região de Teresina a partir da assinatura do Termo de Cooperação entre ADAPI e VIGILÂNCIA SANITÁRIA/PMT, Prefeitura de Demerval Lobão e Piauí Frigorífico.

Gargalos e Oportunidades identificados:

Gargalos:

- O abate não inspecionado continua sendo o principal fator que dificulta o crescimento dessa cadeia produtiva, ocasionando dificuldades na viabilização dos frigoríficos e permitindo que as associações de criadores comercializem os animais em condições desfavoráveis;
- A preparação prévia de alimentação para os animais (fenação e silagem), apesar da grande quantidade de capacitações já realizadas, ainda encontra resistência por parte de alguns criadores que, em consequência sofrem do problema durante a estiagem.

Oportunidades para os produtores:

- O mercado das compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos/PAA da CONAB e PNAE/Merenda Escolar) apresenta grandes possibilidades de fornecimento para os produtos do agronegócio;
- Através do Piauí Frigorífico pode-se viabilizar o fornecimento integrado às associações e cooperativas podendo assim atender outras redes de supermercados, expandindo os negócios da carne caprina e ovina;

Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano

O projeto atende agricultores com DAP ajustados ao uso da tecnologia social (disponibilidade de tempo, terra, água e energia), totalizando 105 famílias, equivalentes a 441 pessoas residentes em aglomerados rurais dos municípios de Floriano, Oeiras, Colônia do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Arraial, São João do Piauí e São Raimundo Nonato através de parceria com a Fundação Banco do Brasil e Prefeituras Municipais.

As principais ações implementadas foram:

- Implantação de 105 unidades PAIS em 07 (sete) municípios;
- Capacitação das famílias de produtores nas áreas tecnológica (continuada), organizacional, gerencial e alimentar, totalizando 49 cursos e 28 oficinas;
- Apoio à comercialização dos produtos PAIS com valor agregado, mediante realização de Feiras Agroecológicas para comercializar os produtos PAIS.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Autonomia técnica para condução produtiva da unidade;
- Noções de controles gerenciais para planejamento e administração da propriedade rural;
- Acessos aos canais de comercialização local, regional e das compras governamentais;
- Melhoria na renda e maior segurança financeira ao longo do ano, registrando renda variável de R\$ 400,00 a R\$ 2.000,00 mensais, traduzindo-se em aquisição de bens domésticos, automóveis e investimentos nas residências e na propriedade;
- Ganhos na saúde e melhoria na condição social;
- Comercialização através de contratos firmados com os programas da Compra Direta do Estado – Programas PNAE e PAA, citando-se como destaque o município Santa Rosa do Piauí, o primeiro a implantar o Selo de Inspeção Municipal – SIM, permitindo com isso concretizar propostas de até R\$ 18.750,00 reais por produtor.

Inovações Futuras:

- Criação e desenvolvimento de kit de embalagens para comercialização dos produtos PAIS.

Projeto Tecnologia Social no Território de Teresina

O projeto atende potenciais empresários e produtores rurais com vocações para a produção das atividades de horticultura orgânica e avicultura alternativa, totalizando 126 famílias, equivalente a 529 pessoas residentes em aglomerados rurais dos municípios de Teresina, José de Freitas, União, Miguel Alves e Monsenhor Gil.

As principais ações implementadas foram:

- Recuperação da estrutura de produção das hortas (limpeza, realocação e reconstrução dos canteiros);
- Noções de gerenciamento e planejamento para administração das unidades;
- Implantação do sistema de irrigação por gotejamento com capacitação técnica e gerencial continuada dos horticultores quanto ao manejo correto da irrigação, administração e planejamento das unidades produtivas;
- Incentivo à filiação dos horticultores na AGRIFAN (Associação dos Agricultores Familiares de Teresina), para que os mesmos tenham DAP jurídica e possam participar das vendas institucionais para comercialização da produção (PNAE, PAA, Compra Direta com doação simultânea);
- Implantação de Unidade de Transferência de Tecnologia – UTT, de galinha caipira, referencia para o estado, localizada no município de Monsenhor Gil.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria na renda e maior segurança financeira ao longo do ano, registrando renda variável de R\$ 500,00 a R\$ 3.000,00 mensais;
- Aquisição de bens domésticos, automóveis e investimentos nas residências;

- Acessos aos canais de comercialização e compras institucionais;
- Na área social houve melhorias nos trabalhos coletivos e na autoestima individual e do grupo;
- Reforço na qualidade da alimentação familiar em função do aumento e diversificação da produção da horta;
- Aumento no poder aquisitivo da família;
- Redução do esforço físico dos horticultores em função da implantação da irrigação por gotejamento;
- Aumento da eficiência e sustentabilidade do sistema como um todo, fato este que tem gerado uma grande motivação no grupo;
- Restabelecimento de contratos firmados com os programas da compra direta do estado – Programas PNAE e PAA, citando-se como destaque a comunidade Soinho na zona rural de Teresina, com proposta de R\$ 551.000,00, distribuindo uma renda por família de R\$ 1.800,00 mensais. As culturas mais comercializadas nesta modalidade comercial são: alface, coentro, cebolinha, cenoura, beterraba, batata doce, couve, quiabo, berinjela, tomate, pimentão, pimentinha, macaxeira, abóbora, abobrinha, melancia, melão, mamão, acerola, ovos e galinha caipira.

2.7.1.2. Comércio e Serviços

Estes segmentos de atividades são os que mais se destacam na composição da economia do estado. De acordo com o IBGE, em sua Pesquisa Mensal sobre o Comércio, houve o um aumento das vendas do comércio varejista piauiense de 0,8% em dezembro comparativamente a novembro. A receita nominal do comércio varejista de Teresina foi de 6,1% em dezembro em relação aos 8,2% do mês de novembro. No panorama geral, em 2014 o setor de serviços apresentou crescimento de apenas 0,7%, muito abaixo dos 3,5% de 2013, enquanto que no segmento do comércio foi de 2,8%, também abaixo do índice de 3,8% ano anterior.

A carteira do Comércio e Serviços implementou 09 projetos, atingindo 663 empresas (60% microempresas, 19% empresas de pequeno porte e 21% microempreendedor individual) e 1.373 potenciais empresários. O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 5,1 milhões, com alavancagem de R\$ 1,3 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 91,23%. Considerando somente recursos do SEBRAE/PI a execução atinge 91,53%. A carteira de Comércio e Serviços é a que apresentou o maior índice de execução, conforme Tabela 10 (pág. 39).

Tabela 13 - Previsão e Execução dos Recursos da Carteira Comércio e Serviços em R\$ mil

Projeto	Despesas						
	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
ExpoARTE Piauí	1.276	450	1.726	1.240	450	1.690	97,91%
Material de Construção de Teresina	203	0	203	157	0	157	77,34%
Revitalização de Espaços Comerciais – Floriano	210	150	360	20	0	20	5,56%
Desenvolvimento das MPE's do Setor Serviços	400	0	400	345	0	345	86,25%
Economia Criativa no Território Teresina	515	500	1015	500	500	1.000	98,52%
Fortalecimento do Pólo de TIC da Região de Teresina	815	100	915	761	150	911	99,56%
Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde em Teresina	428	0	428	398	0	398	92,99%
Rota das Emoções e Seus Novos Desafios	1.797	200	1.997	1.746	160	1.906	95,44%
TOTAL	5.644	1.400	7.044	5.166	1.260	6.426	91,23%

Fonte: SME

O índice de execução orçamentária do Projeto Revitalização de Espaços Comerciais de Floriano decorre do fato de suas ações somente terem iniciado a partir da 1ª quinzena de novembro/14.

Tabela 14 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Comércio e Serviços

Instrumentos	Indicador	Previsto Ajustado para 2014	Execução 2014	% Exec. de 2014
Acesso a Eventos Promovidos por Terceiros	Número de missões/caravanas	17	24	141,2%
Consultoria	Número de horas	15.014	16.395	109,2%
Curso	Número de cursos	146	135	92,5%
Orientação Técnica	Número de orientações	269	316	117,5%
Palestra, Oficina, Seminário	Número de palestras, oficinas, seminários	87	117	134,5%
Promoção e Acesso a Eventos do Sebrae	Número de feiras	15	16	106,7%
	Número de missões/caravanas	10	10	100,0%
	Número de rodadas	3	4	133,3%

Fonte: SME

O conjunto de projetos da carteira de comércio e serviços estabeleceu seu foco nas ações de mercado, feiras e missões técnicas, inovação e tecnologia, capacitação empresarial

e consultorias tecnológicas através do SEBRAETec, visando o aumento da competitividade e implantação de novos padrões de competitividade nas empresas atendidas pelos projetos propostos.

As variações ocorridas na execução física dos instrumentos de atendimento da carteira devem-se aos fatos relacionados a seguir.

- Acesso a eventos promovidos por terceiros (número de missões/caravanas): decorrente do número de eventos ocorridos no âmbito dos Projetos Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde e Rota das Emoções, ocasionados pelas oportunidades de mercado surgidas e de demandas feitas pelo público-alvo.
- Palestras, oficinas, seminários: o elevado índice de execução se deu notadamente pelas ações realizadas nos Projetos Fortalecimento do Pólo de TIC de Teresina (decorrente da preparação do público-alvo para participação em eventos como seminário Python Day Teresina, Startup Weekend e Virada Geek) e Rota das Emoções (palestras relativas ao Selo de Sustentabilidade e Selo de Qualidade).
- Promoção e acesso a eventos do SEBRAE (número de rodadas): a variação de 133,3% é resultado da realização de apenas 1 (um) evento a mais do que a previsão inicial estabelecida e está relacionado ao número de encontros de negócios realizados durante o Piauí Sampa com as operadoras de turismo.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Comércio e Serviços foram:

Expoarte Piauí

O projeto Expoarte em 2014 teve como foco o fortalecimento da marca “Brasil Original” como símbolo de artesanato de qualidade, com objetivo de elevar a qualidade dos produtos e promover a melhoria da percepção do produto artesanal pelo mercado consumidor.

As principais ações implementadas foram:

- Apresentação e aprovação do projeto Apoio a Inovação no Encadeamento Produtivo do Artesanato de Oeiras/PI com recursos na ordem de R\$ 200.052,00, através do Programa SEBRAETec;
- Apresentação e aprovação do projeto Geração Esperança, apoiado pelo Criança Esperança da Rede Globo, para a Associação dos Artesãos de Água Branca/PI, com recursos na ordem de R\$ 125.900,00;
- Realização das feiras de artesanato paralela durante o Festival de Inverno de Pedro II, Cachaça Fest em Castelo do Piauí, Festival de Rabecas em Bom Jesus, Festival de Cultura de Oeiras, e FEPEME de Parnaíba, além de outros eventos;
- Realização das Feiras Itinerantes em Teresina e Bazar de Maio e Natal na Vila Irmã Dulce;
- Participação no Salão Mãos do Brasil em São Paulo/SP, em parceria com o PRODART;
- Participação em eventos nacionais pela distinção e qualidade dos produtos artesanais do Piauí realizados pelo CRAB (Centro de Referência do Artesanato Brasileiro), no Rio de Janeiro;
- Acesso a eventos nacionais como: FENEART/PE, Feira Nacional/MG e Piauí Sampa/SP com a participação em lojas-conceito do TOP 100 pelas unidades de produção detentoras do prêmio.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Desenvolvimento de produtos de alto valor agregado, com a criação de novas coleções artesanais que preservam a identidade cultural dos artesãos e que representam novidade para o mercado, bem como a sua participação em lojas-conceito temporárias localizadas em Shoppings e com ambientação sofisticada, para atender o público dos eventos da Copa do Mundo com participação do Piauí em estados sedes - Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Norte. A estratégia comercial permitiu uma aproximação entre o público consumidor de maior renda e a oferta de produtos artesanais de maior qualidade e maior valor agregado, ampliando a comercialização dos produtos artesanais em novos mercados.

Material de Construção de Teresina

O ano de 2014 foi um ano de maior participação por parte dos empresários da ação do SEBRAE junto à micro e pequenas empresas desse segmento. Foram atendidas empresas dos mais variados tipos de comércio varejista de materiais para construção: materiais de construção, tintas e artigos para pintura; material elétrico; vidros; ferragens; madeiras, entre outros.

As ações realizadas consistiram em capacitações e palestras abrangendo técnicas de vendas, técnicas de negociação, atendimento ao cliente, gestão da qualidade e gestão estratégica.

Revitalização de Espaços Comerciais em Florianópolis

Conforme destacado anteriormente este projeto teve suas ações iniciadas a partir da 1ª quinzena de 2014, tendo sido realizadas apenas as seguintes ações de estruturação:

- Missão Técnica para Curitiba/PR (conhecer experiência de projeto similar de sucesso);
- Articulação com os potenciais parceiros (entidade de classe e Prefeitura de Florianópolis);
- Sensibilização dos empresários;
- Realização de workshop com as empresas/parceiros;
- Formação da governança local.

Desenvolvimento das MPE do Setor de Serviços

Em 2014 o projeto setorial priorizou dois segmentos - o de Educação e o da Beleza. Como resultado do trabalho, o setor de Educação será atendido em 2015 através de um projeto Setor-Segmento com ações mais específicas e estruturadas para o grupo de pequenas escolas a serem beneficiadas.

O segmento da beleza foi contemplado através de consultorias gerenciais, SebraeTec, treinamento empresarial e fortalecimento da cultura da associativa.

Economia Criativa no Território de Teresina

O Projeto de Economia Criativa atuou diretamente com três segmentos (restaurantes; designs e grupos culturais). O principal objetivo foi melhorar a competitividade das microempresas e empreendedores individuais através da qualificação, capacitação e orientação para inserção no mercado, proporcionando uma integração entre os segmentos definidos, possibilitando a consolidação da economia criativa da região metropolitana de Teresina.

O Projeto foi iniciado em 2014, teve foco inicialmente na disseminação do conceito de economia criativa por se tratar de uma terminologia “nova” sendo trabalhado a profissionalização do setor a partir do processo de gestão empresarial dos empreendimentos.

As principais ações implementadas foram:

- Workshop Criativo com a palestra Master “Criatividade e Alta Performance na Vida e nos Negócios” realizado em Teresina com a participação dos segmentos atendidos pelo Projeto;
- Palestra Economia Criativa – realizada em Teresina pelo Diretor Técnico da BMiBrasil – Barcelona Media Inovação Brasil na qual foram destacados assuntos atuais sobre a economia criativa;
- Missão Técnica composta por proprietários de restaurantes que visitaram a EQUIPOTEL para atualizações técnicas/informativas e compra de equipamentos.

Fortalecimento do Pólo de TIC de Teresina

Foram atendidas 61 empresas e 366 potenciais empresários. Foram priorizados os segmentos de desenvolvimento de software, desenvolvimento web, desenvolvimento móbil e startups.

O projeto destaca ações como:

- Realização do Café Tecnológico em parceria com os segmentos da panificação, bares, restaurantes e moda íntima de Piri-piri.
- Consultorias de adequação de produtos para projeção de vendas e abertura de mercado;
- Cursos e consultorias de orientação a contratos públicos para projeção de vendas e conquista de novos clientes;
- Treinamentos e consultorias com foco em vendas e negociação;
- Consultorias jurídicas para fortalecimento das associações e institutos locais;
- Realização de cursos técnicos para proporcionar mais agilidade e aumento da produtividade;
- Realização do Programa de Modelagem de Negócios Digitais do Sebrae Piauí. O programa previu um atendimento completo a 10 startups com metodologias atuais e focadas nas necessidades desse segmento: Bmgem Canvas, Lean Startup, Customer Development, Criação e apresentação de Pitch, Acompanhamento de métricas e Marketing Digital;
- Realização do seminário Python Day Teresina com parceria da Globo.com e editora Novatec para fortalecer e disseminar a linguagem de programação Python entre as empresas locais com a participação de 200 pessoas;
- Realização do Startup Weekend Teresina onde 15 projetos de startups se apresentaram para mentores e investidores nacionais e locais. Participação de 150 pessoas;
- Participação dos empresários de TIC em missão técnica à Campus Party, o maior evento de tecnologia do Brasil para exposição de suas aplicações no Startups&Makers;
- Seleção de projetos inovadores para apresentação no Salão da Inovação do Rio Info 2014, no Rio de Janeiro (RJ) visando parcerias comerciais e investimento anjo;
- Realização da Virada Geek, maior evento de tecnologia do Piauí, onde 300 pessoas conectadas tiveram oportunidade de compartilhar projetos, idéias, formar parcerias comerciais, expor produtos e serviços, participar de oficinas de programação, assistir oficinas de robótica e disputar campeonatos de games;
- Realização da 1ª Corrida das Startups, evento mais movimentado da Feira do Empreendedor do Piauí, que obteve 52 inscrições de startups de todo o estado, onde 14 foram selecionadas para serem aceleradas durante 05 dias. Ao final, as startups se apresentaram para jurados e

investidores. Os campeões foram premiados com participação nos eventos Campus Party 2015, Startup Weekend 2015, Follow Teresina e Seminário Empretec.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento de faturamento das empresas participantes do projeto em 32% (62,18% a mais em relação a 2013), de acordo com a pesquisa GEOR dos resultados finalísticos.

Fortalecimento do Pólo Empresarial de Saúde de Teresina

O setor de serviço vem apresentando expressivo crescimento nos últimos anos, com grande contribuição para geração de emprego e renda. Neste contexto as empresas de serviços na área de saúde vêm crescendo de forma considerável em todo o Brasil e em Teresina foi um dos mais expressivos para o impulso da economia local nos últimos anos, constituindo-se hoje um Centro de Referência Regional.

O SEBRAE/PI, em continuidade as ações de apoio ao segmento de saúde em Teresina, implementou a segunda fase do Projeto que se iniciou em 2014 e finalizará em 2017.

As principais ações implementadas foram:

- Ação de Gestão de Pessoas, com a criação do Clube do Rh da Saúde, com objetivo de promover o desenvolvimento de equipes de alta performance dentro das empresas atendidas pelo projeto, através da adoção de práticas de gestão de pessoas com consultorias coletivas, capacitações, palestras e eventos coletivos;
- Ação de Gestão da Qualidade, onde foi criado o Programa de Gestão da Qualidade com objetivo de preparar as empresas para a certificação ou acreditação ONA. Nesta ação foram trabalhadas capacitações (Gestão da Qualidade, SEBRAE Mais) e consultorias em processos de qualidade;
- Ações de mercados a partir de visitas técnicas e missões empresariais, que permitiram avanços nas ações de criação da Central de Negócios e adequação de novas tecnologias e ampliação do conhecimento do segmento de saúde.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhorias significativas nos processos produtivos e dos controles gerenciais praticados nas empresas - 70% das empresas com processos e controles efetivamente implantados;
- Adoção de práticas de gestão de pessoas nas empresas atendidas;
- Redução dos custos na ordem de 20% e aumento do faturamento das empresas na ordem de 17%;
- Aumento das parcerias do Projeto, a exemplo da UNIMED e SEMDEC;
- Maior integração das empresas atendidas e de suas equipes de colaboradores.

Rota das Emoções e seus Novos Desafios

O Projeto Rota das Emoções e Seus Novos Desafios foi concebido por meio de uma iniciativa do SEBRAE nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em conjunto com o SEBRAE Nacional e empresários. As ações foram iniciadas em 2012 e desde então os três estados tem trabalhado em conjunto no desenvolvimento de estratégias de atuação, considerando as peculiaridades dos territórios e dos empresários, para o desenvolvimento de ações que possam promover mudanças e melhorias nos processos de gestão das empresas, bem como no fortalecimento do roteiro integrado.

As principais ações implementadas em 2014 foram:

- Capacitação das operadoras que comercializam a Rota das Emoções, sendo seis operadoras nacionais e duas internacionais;
- Realização dos Festivais da Tainha em Luis Correia, Festival do Caranguejo em Ilha Grande, FEPEME de Parnaíba e FEARTE em Luis Correia;
- Participação em eventos de mercado como as feiras internacionais ITB, BTL e WTM Londres, bem como nos eventos nacionais BWT, ABAV, WTM São Paulo e Piauí Sampa, oportunidade em que os empresários visitaram grandes operadoras em São Paulo e promoveram a capacitação de suas equipes;
- Implementação das ações relativas ao Selo de Qualidade SEBRAE. Foi realizada a revisão da metodologia do Selo de Qualidade em Serviços, sendo atualizada em conformidade com a metodologia do aplicada pelo SEBRAE/CE;
- Aplicação do Selo de Sustentabilidade com a adesão de 27 empresas;
- Realização de cursos de atendimento ao cliente, vendas, garçom, gestão financeira, higiene e manipulação de alimentos, oficinas de informações turísticas, dentre outros, voltados para qualificar e os empreendimentos da rota;
- Sensibilização dos empresários locais informais para a formalização durante eventos de divulgação do Salão de Turismo da Rota das Emoções, evento anual idealizado pelo SEBRAE/PI que este ano foi sediado em Barreirinhas/MA;
- Sensibilização das empresas para registro no CADASTUR através de parceria com a Secretaria Estadual de Turismo do Piauí;
- Controle e acompanhamento junto às empresas assistidas pelo projeto ao longo de todo o ano, para levantamento da taxa de ocupação dos turistas, fluxo de clientes nas agências – de origem nacional e internacional.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Ampliação do número de operadoras que vendem o destino Rota das Emoções tanto para o mercado nacional como internacional - 8 novas operadoras;
- 173 empresas envolvidas em programas de certificação e qualificação;
- 27 novos empreendimentos legalizados a partir da ação do projeto;
- Aumento do número de clientes das agências receptoras parceiras da Rota das Emoções;
- 25.245 turistas percorrendo toda a rota, sendo 7.955 turistas nacionais e 2.071 turistas internacionais.

2.7.1.3. Indústria

Em relação ao segmento da indústria no Piauí, o Governo do Estado tem não apenas atualizado a Lei de Incentivos Fiscais para a atração de novos empreendimentos como também investido especialmente na estrutura de estradas. Dessa forma, a indústria tem ampliado sua participação na economia piauiense como reflexos da política de atração de investimentos através da isenção do recolhimento do ICMS. A legislação de Incentivos Fiscais do Piauí e a concessão desses incentivos são destacadas como fator de grande importância para o crescimento da atividade industrial no Piauí. A legislação de incentivos fiscais do Piauí é uma das mais competitivas do Nordeste.

A Carteira da Indústria abrigou 7 (sete) projetos, contemplando 627 empresas (64% microempresa e 19% empresas de pequeno porte e 17% microempreendedor individual) e 924 potenciais empresários. O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 4,8 milhões com alavancagem de R\$ 1,2 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 88,91% conforme tabela a seguir. Por outro lado, analisando apenas a aplicação dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 94,07%.

Tabela 15 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira da Indústria - em R\$ mil

Projeto	Despesas						
	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Design, Moda e Decoração no Território de Teresina	432	300	732	431	300	731	99,86%
Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina	10	0	10	0	0	0	0,00%
Fornecedores do Pólo da Construção Civil de Teresina	608	200	808	511	225	736	91,09%
Indústria de Panificação de Teresina	760	100	860	736	57	793	92,21%
Setorial Indústria da Região de Parnaíba	295	100	395	278	0	278	70,38%
Setorial Indústria da Região de Teresina	940	100	1040	912	100	1012	97,31%
Setorial Indústria no Território de Piripiri	501	450	951	468	246	714	75,08%
TOTAL	3.546	1.250	4.796	3.336	928	4.264	88,91%

Fonte: SME

O índice de execução dos projetos “Setorial Indústria da Região de Parnaíba” e “Setorial Indústria do Território de Piripiri” apresentaram variação negativa basicamente em razão da baixa execução dos recursos de parceiros previstos, conforme pode ser observado na tabela 15. Considerando-se apenas os recursos do Sebrae os índices de execução passam a ser, respectivamente, 94,24% e 93,41%.

Tabela 16 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria

Instrumentos	Indicador	Previsto ajustado para 2014	Execução 2014	% Exec. de 2014
Acesso a Eventos Promovidos por Terceiros	Número de missões/caravanas	20	20	100,0%
Consultoria	Número de horas	19.265	18.986	98,6%
Curso	Número de Cursos	86	83	96,5%
Orientação Técnica	Número de orientações	975	1.186	121,6%
Palestra, Oficina, Seminário	Número de palestras, oficinas, seminários	72	94	130,6%
Promoção e Acesso a Eventos do Sebrae	Número de feiras	4	4	100,0%
	Número de missões/caravanas	0	1	0,0%
	Número de rodadas	0	0	0,0%

Fonte: SME

As variações observadas nos indicadores de atendimento “número de orientações (121,6%)” e “número de palestras, oficinas, seminários (130,6%)” são resultados das ações dos Projetos Setorial Indústria de Parnaíba e Setorial Indústria de Teresina que focaram na disseminação de informações técnicas para as empresas, utilizando-se de instrumentos mais acessíveis como o atendimento direto realizado por consultores e através de palestras, oficinas e seminários.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira da Indústria foram:

Projeto Design, Moda e Decoração no Território de Teresina

O Projeto Design, Moda e Decoração no Território de Teresina atendeu aos segmentos de vestuário, bolsas, calçados, acessórios e decoração. Foram firmadas parcerias com o SENAI, FIEPI, Prefeitura Municipal de Teresina, SINDVEST, Prefeitura Municipal de Campo Maior e SENAC, além da parceria do SEBRAE/NA, através dos convênios com SENAI/CETIQT, IN-MOD e ASSINTECAL.

As principais ações executadas através do projeto foram:

- 2ª Edição do Projeto Identidade Local: Originalidade – a alma do design sob a coordenação do estilista Walter Rodrigues. O projeto reuniu empresas de confecção, acessórios (bolsa e jóias) decoração e móveis;
- Consultorias SEBRAEtec nas áreas de Planejamento e Controle da Produção (PCP), Implantação de Setor de Moda Casual Feminino, Implantação do Setor de Moda Fitness, Desenvolvimento de Software e Melhoria de Processos;
- Consultorias em Design de Moda e Estilismo;
- Parceria na realização dos principais eventos de moda do Piauí: “Piauí Fashion Week” e “Moda Maior – Fashion Day”;
- Implantação da metodologia de criação 10% - experimentar, 30% - processar, 60% - consolidar nas empresas participantes do projeto;
- Realização do Fórum de Inspirações Inverno 2015 e Verão 2016, através do Convênio firmado entre o SEBRAE/NA e ASSITENCAL;

- Execução do 1º e 2º Ciclo do Caderno NOSSO e INOVA MODA, através do Convênio firmado entre o SEBRAE/NA, SENAI/CETIQT e SENAI/NA, com palestras, laboratórios de criação, oficinas em desenvolvimento de produto, modelagem e elaboração de fichas técnicas, nos 4 pólos de moda do Piauí (Teresina, Parnaíba, Piri-piri e Campo Maior);
- Participação das empresas do Projeto Identidade Local, na 10ª Mostra Piauí Sampa, com espaço para exposição e comercialização dos produtos, incluindo desfile, na abertura do evento;
- Participação das empresas na ação Comércio Brasil;
- Participação das empresas no Projeto Negócios Internacionais (Convênio SBDC);

Principais resultados gerados nas empresas a partir das ações dos projetos:

- Desenvolvimento e fortalecimento da qualificação profissional para os segmentos da moda;
- Racionalização da produção, adequações de espaços através novo layout, com criação de corredores de acesso, criando a departamentalização de setores;
- 30% das empresas atendidas construíram novos espaços de produção;
- Implantação de formulários de produção para controle de processo de produção;
- Implantação da cronoanálise, para determinação de metas e distribuição em grupos de produção;
- Implantação de quadros eletrônicos de produção para verificação de resultados controlados;
- Mudanças nas instalações elétricas, com construção de calhas elétricas aéreas, melhorando sensivelmente a distribuição da iluminação, evitando fadiga visual;
- Adequação do mobiliário, conforme critérios ergonômicos, melhorando o rendimento do colaborador durante o expediente de trabalho;
- Implantação de técnicas de preço de custo, através da planilha de custo 10.0.

Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina

O Projeto Encadeamento Produtivo somente teve sua aprovação deliberada pelo SEBRAE Nacional em novembro de 2014. Por orientação do SEBRAE/NA o início de sua execução foi estabelecido para 2015.

Fornecedores do Pólo da Construção Civil de Teresina

O foco de atuação do projeto foi o aumento da competitividade das empresas, tendo como fatores a inovação e produtividade. Foram atendidos os segmentos de argamassas, construtoras, marmorarias, pré-moldados e cerâmicos, contando com a parceria dos sindicatos, SENAI, FIEPI e SEBRAE/NA. O plano de trabalho foi desenvolvido a partir de diagnóstico da situação atual, palestra de sensibilização e planejamento das ações de melhorias atreladas à gestão da qualidade, mapeamento, desenvolvimento e racionalização de processos, normatização e certificação e acesso a mercados.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de consultorias tecnológicas através do Programa SEBRAETec para Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, visando a certificação na ISO e no PBQP-H; mapeamento, melhoria e racionalização de processos;
- Palestras: Sensibilização para implantação de melhoria de processos, Racionalização de Processos nos Canteiros de Obras e sensibilização para implantação do Método D'Olho na Qualidade;
- Feiras e Missões Técnicas: Missão Técnica ao 86º ENIC – Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil em Goiânia/GO, 2ª COMSERV - Feira da Construção Civil e Similares do Piauí,

no Centro de Convenções Atlantic City Eventos, Teresina/PI, missão Técnica a FEICON BATIMAT Nordeste – 2º Salão Internacional da Construção Civil em Recife/PE e visita técnica a empresa Goiana Pré-moldados em Recife/PE.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Aumento da carteira de clientes das empresas atendidas;
- Melhoria dos processos de produção e padronização da execução dos serviços;
- Certificação de 06 (seis) construtoras no PBQP-H;
- Certificação de 01 (uma) empresa do Setor de Argamassa;
- Redução de 15% do retrabalho e desperdício na execução dos serviços;
- Obtenção de financiamentos junto às instituições bancárias (CEF, BB e instituições privadas);
- Melhoria na qualificação da mão de obra;
- Maior capacidade de atender requisitos legais e normativos, tais como: saúde e segurança dos empregados, destinação adequado dos resíduos, atendimento a normas NBR relacionadas à construção civil e outros;
- Desenvolvimento da cadeia de fornecedores;
- Maior controle tecnológico dos elementos estruturais das obras (concreto e peças concretadas);
- Ampliação do canal de divulgação e comercialização das empresas.

Projeto Indústria da Panificação de Teresina

As ações do projeto foram implementadas em parceria com o SENAI, FIEPI, SINDIPAN e SENAC.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 2.929 horas de consultoria;
- Realização de 12 cursos (NaMedida);
- Aperfeiçoamento do processo produtivo das empresas através da consultoria de P+L- Produção Mais Limpa;
- Automação e implantação do receituário easy pan, resultando na identificação dos custos dos produtos, definição de metas de produção. Nesta ação destacamos a integração com os empresários de TIC de Teresina, para criação de software específico para o setor;
- Consultorias para implantação da gestão de recursos humanos nas empresas.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Aquisição de máquinas e equipamentos mais modernos (fornos) e modernização das técnicas de confeitaria, através do acesso a feiras e missões, a exemplo da participação na maior feira do setor - FIPAN;
- Melhoria no Layout das padarias, através das consultorias SEBRAEtec;
- Melhoria nas vendas através de estratégias do plano de marketing nas padarias;
- Aumento do número de parceiros fornecedores, resultando em uma maior aproximação com as padarias;
- Aumento do número de padarias atendendo as normas da ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária, após as consultorias de Boas Práticas de Fabricação - BPF do Programa de Alimento Seguro (PAS) sob a coordenação do SENAI.

Setorial Indústria da Região de Parnaíba

Os segmentos atendidos em 2014 com as ações do projeto foram Construção Civil, Confeccção e Tecnologia da Informação e Comunicação.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Participação dos empresários do segmento da Construção Civil na missão empresarial a XVIII Feira Internacional da Construção Civil – CONSTRUSUL, em Novo Hamburgo – RS, com o objetivo de conhecer novas tecnologias e maquinários para o setor na cidade de Parnaíba – PI.
- Participação dos empresários dos segmentos da confeccção e TIC na Fepeme de Parnaíba, com exposição e vendas de produtos;
- Participação das empresas de confeccção no desfile de moda na Fepeme de Parnaíba;
- Participação dos empresários dos segmentos TIC, construção civil e confeccção na caravana da Feira do Empreendedor de Teresina;
- Caravana para o Evento Fórum de Inspirações Inverno 2015;
- Consultorias tecnológicas nas empresas de confeccção, construção civil e TIC tendo como tema Finanças, Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas;
- Capacitação em gestão empresarial nas áreas de Finanças, Planejamento Estratégico, Modelagem em tecido plano I, Negociações Eficazes entre outras;
- Consultorias SEBRAETec para empresas do segmento de TIC e confeccção;
- Realização do 1º SINFOR – Simpósio de Informática de Parnaíba;
- Empresa Gerabyte Sistemas, passa a atuar com a expertise de desenvolvimento para aplicativos móveis e com foco em um software de pesquisa qualitativa e quantitativa totalmente web, representando o Estado do Piauí na competição no Rio Info no Rio de Janeiro/RJ.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Aumento de 23% na carteira de clientes das empresas atendidas;
- Certificação de 01 (uma) empresa do Setor Construção Civil em Parnaíba.

Setorial Indústria de Teresina

Os segmentos atendidos pelo projeto foram: metalurgia, movelaria, confeccção, gráficas, alimentos e bebidas.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de consultoria através dos Agentes Locais de Inovação na prospecção das empresas e indicação dos gargalos de funcionamento, gerando assim demandas de consultoria para o Programa SEBRAETec;
- Consultorias SEBRAETec para empresas do segmento de alimentação (polpa de frutas, sorveterias e panificadoras): criação de novos sabores, análise química para preparação de rótulo e implantação do BPF (Boas Práticas de Fabricação) através do Programa de Alimento Seguro em parceria com SENAI/PI para que as indústrias operem de acordo com as normas técnicas da ANVISA;
- Consultorias SEBRAETec no segmento de alimentos e bebidas para criação de identidade visual: logomarca, cartão de visita, papelaria, registro de marcas e embalagens. Com isso as empresas conseguiram maior penetração e visibilidade no mercado e acesso de seus produtos em grandes redes varejistas.

- Cursos técnicos em parceria com o SENAI para atendimento ao segmento metalúrgico: Soldagem de Eletrodos Revestidos, Soldagem pelo processo MIG, Soldagem pelo processo TIG para uma produção mais qualificada, ágil e com menos acidentes;
- Consultorias SEBRAEtec em todos os segmentos atendidos para implantação de sistemas de informação gerencial e criação de uma presença digital mais fortalecida através do desenvolvimento de fanpages (Facebook e Google Plus), email profissional e georeferenciamento no Google Maps, permitindo maior visibilidade e aumento da carteira de clientes;
- Implantação do Programa D' Olho na Qualidade com cursos e consultorias para melhoria da gestão e da produção das movelarias atendidas;
- Consultorias tecnológicas foram aplicadas nas empresas de confecção, tendo como foco a racionalização da produção e melhoria dos processos fabris.
- Participação de empresas do segmento de metalurgia na 2ª Feira da Construção Civil de Teresina e na Feira MECÂNICA 2014 em São Paulo/SP com o objetivo de conhecer novas tecnologias e aquisição de máquinas para o setor;
- Participação do segmento de móveis na Feira Top Móvel em Fortaleza/CE;
- Participação de empresas do segmento gráfico em missão à Feira Expo Print com o objetivo de conhecer novas tecnologias e máquinas para o setor.

Setorial Indústria da Região de Piriripi

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 850 horas de consultorias - SEBRAEtec na área de planejamento e controle de produção, chão de fábrica, layout, vitrinismo, ponto de venda, além de consultorias da área financeira, desenvolvimento de coleção, orientações técnicas e de processos.
- Realização de 22 capacitações voltadas para a área de produção, finanças, empreendedorismo, liderança, planejamento, vitrinismo, desenvolvimento de coleção e mercado em parceria na realização de eventos com instituições como SESC-Ler, SENAI e IBGM;
- Realização de 19 palestras, oficinas e seminários abordando temas de empreendedorismo, motivação, design de moda e vitrinismo;
- Acesso a feiras e missões: FEVEST/RJ – Moda Intima, PIAUI SAMPA 2014, Festival de Inverno de Pedro II, Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas e Workshop de Inovação para o setor joalheiro.

2.7.1.4. Territorial

A carteira de projetos de atendimento territorial atende a um conjunto de clientes em um determinado território/região com características próprias. Foram atendidos 26.344 potenciais empresários e 21.464 empresas (31% microempresas, 64% empreendedores individuais e 5% empresas de pequeno porte)

Em 2014, foram 16 projetos com recursos previstos (SEBRAE e parceiros) totalizando R\$ 17,0 milhões e realização de 80,8%. Esses atendimentos foram realizados presencialmente, diretamente no local do empreendimento (Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação), pela Central de Relacionamento, em Feiras e Eventos, além do atendimento pelas estratégias de premiação (Prêmio MPE Brasil, Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios) e do atendimento pelo Call Center, internet, Salas do Empreendedor e unidade móvel do SEBRAE Itinerante. Atualmente, o SEBRAE/PI conta com 6 pontos de atendimentos próprios em Teresina, Parnaíba, Piri-piri, Floriano, Picos e São Raimundo Nonato e outros através de parcerias com entidades de representação empresarial e prefeituras municipais (Salas do Empreendedor).

O crescimento quantitativo de atendimento denota a capacidade organizacional da instituição para o alcance e superação de resultados pactuados. Entretanto, torna-se essencial analisar e explorar as interações entre os fatores que determinam esse crescimento a fim de torná-lo sustentável e cada vez mais efetivo. O grande desafio é a sustentação da taxa de crescimento do número de empresas, a capilaridade de atuação do SEBRAE/PI e a efetividade comprovada dos resultados, em consonância absoluta com a estratégia maior de contribuir para o desenvolvimento do estado.

O Atendimento territorial é forte protagonista neste desafio, pois, ao representar o contato massivo com os pequenos negócios e empreendedores, consolida a perspectiva de atender o cliente de forma padronizada, customizada e inovadora, suprimindo as necessidades de conhecimento e de gestão de cada cliente no âmbito das peculiaridades geográficas, setoriais e de segmentação do porte e da maturidade empresarial de cada um. Nesse contexto, o SEBRAE/PI determina uma estratégia de atuação transversal no universo de empreendedores e empresários de pequenos negócios atendidos.

Considerando a aplicação apenas dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 86,93% aplicados em projetos de atendimento a demandas espontâneas e nos Projetos Territórios da Cidadania e de Desenvolvimento Econômico Territorial - DET, discriminados na tabela a seguir.

**Tabela 17 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira de Atendimento Territorial
Em R\$ mil**

Projeto	Despesas						
	Previsto Ajustado			Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Atendimento Educação Empreendedora – PI	691	0	691	473	0	473	68,45%
Circuito Feira do Empreendedor / 2014	2.393	0	2.393	2.389	0	2.389	99,83%
Desenvolvimento da Cultura Empreendedora	1.446	0	1.446	1.217	0	1.217	84,16%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano	500	300	800	397	55	453	56,63%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba	827	275	1.102	750	0	750	68,06%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos	606	23	629	444	21	465	73,93%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Piri-piri	500	250	750	418	126	543	72,40%
Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato	450	20	470	336	29	365	77,66%
Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina	4.301	600	4.901	3.829	383	4.212	85,94%
Inteligência de Mercado	250	0	250	161	0	161	64,40%
Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara	508	0	508	264	0	264	51,97%
SEBRAE/PI no Território da Cidadania Carnaubais	310	160	470	291	170	461	98,09%
SEBRAE/PI no Território da Cidadania Cocais	377	220	597	359	120	479	80,23%
SEBRAE/PI no Território da Cidadania Entre Rios	452	290	742	444	144	588	79,25%
SEBRAE/PI no Território da Cidadania Vale do Canindé	340	170	510	329	118	447	87,65%
SEBRAE/PI no Território da Cidadania Vale do Guaribas	452	380	832	421	0	421	50,60%
TOTAL	14.403	2.688	17.091	12.520	1.166	13.686	80,08%

Fonte: SME

Os índices de execução dos Projetos Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano, Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba, Desenvolvimento Empresarial da Região de Piri-piri, SEBRAE/PI no Território da Cidadania Cocais, SEBRAE/PI no Território da Cidadania Entre Rios e SEBRAE/PI no Território da Cidadania Vale do Guaribas se deve basicamente a baixa execução dos recursos de parceiros conforme pode ser observado na tabela acima.

Por outro lado, os demais projetos com variação negativa decorreu dos seguintes fatores:

- Atendimento Educação Empreendedora – PI: problemas ocorridos no processo de confecção do material didático utilizado pelas escolas implicando no atraso do início das ações (desistência da empresa licitada para produção dos livros dos alunos, já na ocasião para entrega da 1ª etapa dos serviços).
- Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos: recursos não executados relativos a realização da Fepeme de Picos que não ocorreu face a não efetivação do processo de parceria com a Prefeitura Municipal.
- Desenvolvimento Empresarial da Região de São Raimundo Nonato: Baixa execução do Programa Negócio a Negócio face a falta de Agentes de Orientação credenciados na região e a falta de demanda para o SEBRAEtec.
- Inteligência de Mercado: as ações relativas ao Programa de Internacionalização SEBRAE/SBDC foram interrompidas em razão do processo de articulação entre o SEBRAE/NA e os Centros de Desenvolvimento de Pequenos Negócios (SBDC) no tocante ao uso da base de oportunidades e negócios.
- Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara: a aprovação do projeto ocorreu somente em junho e o início da execução do projeto em agosto/14.

Tabela 18 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira de Atendimento Territorial

Instrumentos	Indicador	Previsto ajustado para 2014	Execução 2014	% Exec. de 2014
Acesso a Eventos Promovidos por Terceiros	Número de missões/caravanas	8	5	62,5%
Consultoria	Número de horas	53.875	54.833	101,8%
Curso	Número de Cursos	1.024	861	84,1%
Orientação Técnica	Número de orientações	67.793	60.139	88,7%
Palestra, Oficina, Seminário	Número de Palestras, oficinas, seminários	1.214	1.271	104,7%
Promoção e Acesso a Eventos do Sebrae	Número de feiras	11	7	63,6%
	Número de missões/caravanas	9	13	144,4%
	Número de rodadas	10	10	100,0%

Fonte: SME

Os instrumentos de atendimento “Acesso a Eventos de Terceiros – nº de missões/caravanas” e “Promoção e Acesso a Eventos do Sebrae – nº de feiras” apresentaram variações negativas, em razão da paralisação das ações relativas do Programa de Internacionalização SEBRAE/SBDC (mencionado anteriormente) no âmbito do Projeto Inteligência de Mercado através do qual existia previsão de realização de 2 (duas) feiras e 2 (duas) missões/caravanas de negócios. Também contribui nesse sentido a não realização do Festival de Humor de Piri-piri e Feira de Negócios de São Raimundo Nonato.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Atendimento Territorial foram:

Atendimento Educação Empreendedora – PI

Dentre os principais resultados de 2014:

- 18 municípios com professores capacitados: Alagoinha, Água Branca, Regeneração, Oeiras, São Francisco do PI, São Francisco de Assis do PI, Batalha, Parnaíba, Luzilândia, Morro do Chapéu, Porto, Juazeiro, Pedro II, Pio IX, Fronteiras, Campo Grande, Campo Maior e Corrente;
- 15 escolas de Teresina aplicando a metodologia JEPP: Santa Marcelina, Castro Alves, Santa Joana Darc, Christus, Madre Maria Vilac, São Sebastião, Santa Clara, Thaiel, Conselheiro Saiva – SESI, São Judas Tadeu, Machado de Assis, Risonha, Maria de Sena, Arco Iris e Menino Jesus;
- 10 Instituições de Ensino, capacitadas nas metodologias Despertar (Ensino Médio) e Disciplina de Empreendedorismo (Ensino Superior);
- Realização do I Fórum de Educação Empreendedora: Escola Empreendedora e seus Desafios, com 150 participantes entre professores, coordenadores, diretores e secretários municipais de educação que já aplicam uma das metodologias do Programa de Educação Empreendedora;
- 480 alunos sensibilizados, dentre os quais 4 foram selecionados para a final em Brasília do Desafio Universitário Empreendedor obtendo o 5º lugar entre os 10 melhores do Brasil e o Estado com o 2º professor mais indicado do Brasil.

Circuito Feira do Empreendedor / 2014

As ações da feira foram alinhadas aos objetivos nacionais do Projeto Feira do Empreendedor, “Fomentar a Competitividade e Sustentabilidade dos Negócios existentes e a abertura de Novos Negócios”. Na tabela a seguir apresenta-se um panorama das metas pactuadas e realizadas para atingir os objetivos propostos.

Quadro 02 –Metas Feira do Empreendedor 2014

Metas Pactuadas			
Informação	Orientação Técnica	Nº Caravanas	Palestra, Oficina, Seminário
20.000	15.000	5	120
Metas realizadas			
26.555	15.282	6	132

Fonte: SME

Destaques da Feira do Empreendedor:

- Mais de 13 mil visitantes;
- 145 eventos de capacitação (palestra, oficina e seminário);
- 4 mil visitantes distintos capacitados;
- 8 mil pessoas capacitadas;
- Apresentação de oportunidades de negócios, com destaque para o segmento de Franchising, onde foram apresentadas mais de 120 marcas de franquias com interesse de expandirem seus negócios no Estado do Piauí;
- Ações de responsabilidade socioambiental, destacando-se a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos gerados pelo evento, realizada em parceria com a Comunidade Casa de Israel, através do Projeto “Reciclagem Missionária” e a arrecadação de alimentos realizada em parceria com o

Projeto “Mesa Brasil” do SESC, onde foram arrecadada mais de 7(sete) toneladas de alimentos, que posteriormente beneficiaram algumas instituições carentes credenciadas no programa.

Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

O Projeto capacitou 216 empresas de pequeno porte, 489 empreendedores individuais, 494 microempresas e 4.750 potenciais empresários. As capacitações realizadas foram soluções da matriz educacional local, Programa SEBRAE Mais (Soluções para Pequenas Empresas Avançadas e Empretec), Na Medida (Soluções para microempresas) e SEI SEBRAE (soluções para microempreendedores individuais).

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 178 eventos de capacitação sendo 214 palestras/oficinas e 1.599 horas de consultorias acopladas a treinamentos, tanto no ambiente SEBRAE/PI como “in company” com a participação de 1.368 empresas e 5.529 potenciais empresários, totalizando 7.045 participantes nas diversas capacitações oferecidas durante o ano, além da realização do Seminário Solidário, destinado às empresas locais;
- Realização do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios. Na edição de 2014, foram 76 empreendedoras candidatas ao prêmio, sendo que 68 passaram pelo processo de avaliação, resultando 3 vencedoras da etapa estadual (2 na categoria pequenos negócios e 1 na categoria produtor rural);
- Realização da Semana Empresarial de Uruçuí com a realização de palestras gerencial motivacional, oficinas SEI e capacitações diversas para o empresariado local.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano

Através das ações implementadas foram beneficiados 696 empresas e 546 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 907 horas de consultoria gerencial; 1.159 horas de consultoria SEBRAETec destinadas a implantação, processos e layout de empresas de Floriano, Guadalupe, Santa Rosa, Água Branca e Floriano;
- 180 horas de consultorias através do programa ALI levando inovação e tecnologia para as empresas atendidas;
- 400 horas de consultoria e 1.060 orientações técnicas através do Programa Negócio a Negócio;
- 23 capacitações Na Medida e realização 28 palestras/oficinas Na Medida e Sebrae Mais Perto de Você.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba

Foram disponibilizadas, para o público-alvo, informações, orientações técnicas, cursos, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram atendidas 716 empresas e 953 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 6.836 horas de consultoria de natureza gerencial, mercadológica e tecnológica (Sebraetec);

- Foram aplicadas 31 soluções educacionais como o EMPRETEC, Na Medida e Oficinas SEI;
- Formalização de 498 MEIs;
- Atendimento através do Programa Negócio a Negócio e ALI;
- 1.065 orientações técnicas realizadas;
- No tocante ao apoio ao Acesso a Serviços Financeiros foram disponibilizadas informações necessárias para a tomada de decisão, de parte do empresário para a captação de recursos, orientação, elaboração de propostas de financiamento e consultoria pós-crédito;

Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos

Através das ações implementadas foram beneficiados 769 empresas e 742 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 31 cursos nas áreas de Finanças, Planejamento, Empreendedorismo, Negociação, Crédito e Cobrança, Elaboração de Projetos, Orientação para Facilitadores, Oratória, Atendimento, Vendas, Relações Humanas, Produção, Licitação, Gestão e Soluções SEBRAE Mais (EMPRETEC e Estratégias Empresariais);
- 36 palestras/oficinas nas áreas de Empreendedorismo, Motivação, Adimplência, Vendas, Atendimento, Associativismo, Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos, Regimes de Tributação, Microempreendedor Individual, Finanças, Inovação e Tecnologia, Oficinas SEI e Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- 1.888 horas de consultoria de natureza gerencial, mercadológica e tecnológica (Sebraetec), consultorias Programa Negócio a Negócio e ALI;
- 1.989 orientações técnicas, realizadas através do atendimento espontâneo e grupos segmentados da Unidade Regional de Picos, sobre: MEI – Microempreendedor Individual; abertura de empresa, linhas de crédito; através dos ALIs e AOEs
- Formalização de 300 microempreendedores individuais;

Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri

Através das ações implementadas foram beneficiados 375 empresas e 648 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 1.408 horas de consultorias: SEBRAEtec e consultorias gerenciais voltadas principalmente para a área financeira, controle de estoque e desenvolvimento de equipes;
- 28 cursos: Gestão Financeira, em Piripiri, Barras, Piracuruca e Batalha; EMPRETEC e soluções dos Programas NAMEDIDA e SEBRAE MAIS;
- 37 Palestras/oficinas: microempreendedor individual, oficinas sei, gestão, financeira, marketing e mercado.
- 476 orientações técnicas através do Programa Negócio a Negócio;
- Realização das Feiras Festa do Bode em Batalha e 26ª Festa do Leite em São José do Divino.

Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato

Foram beneficiadas com as ações 361 empresas e 491 potenciais empresários.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 13 cursos: EMPRETEC, Gestão Financeira Na Medida, Gerenciamento de Pequenos Negócios, Relações Interpessoais, Atendimento ao Cliente, Marketing na Medida, Gestão de Pessoas e Equipes Naledia e Gestão da Inovação (Sebrae Mais),
- 612 horas de consultorias em empresas nas cidades de São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Canto do Buriti, visando à análise e implementação de controles e ferramentas de gestão do negócio;
- 27 palestras/oficinas nas áreas do Empreendedorismo, Motivação, Adimplência, Vendas, Atendimento, Associativismo, Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos, Regimes de Tributação, Microempreendedor Individual, Oficinas SEI e Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- 457 orientações técnicas através dos Agentes de Orientações Empresarial nas cidades de São Raimundo Nonato, Bonfim do Piauí, Anísio de Abreu, Canto do Buriti, João Costa, Lagoa do Barro, Cap. Gervásio, Dom Inocência e São João do Piauí;
- Realização da Mostra Gastronômica de São Raimundo Nonato.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina

As ações realizadas tiveram como balizadores o alcance das metas correntes e mobilizadoras a partir de programas e soluções como o Empreendedor Individual, Programa Negócio a Negócio, SEBRAE Mais (Empretec, Programa SEBRAE para Pequenas Empresas Avançadas, Programa de Qualidade), consultorias e o portfólio da matriz educacional. Dessa forma foram disponibilizadas para o público-alvo informações, orientações técnicas, cursos, palestras e consultorias voltadas para a implantação de novos negócios e para a melhoria da qualidade e gestão das empresas, visando maior eficiência e competitividade dos empreendimentos assistidos. Foram beneficiadas com as ações 14.323 empresas atendidas e 8.935 potenciais empresários.

Vale destacar que a ampliação do atendimento reflete-se na superação da meta mobilizadora número 1, “Ampliar o Número de Atendidas pelo SEBRAE” que registrou 21.623 empresas em 2014, superando em 11,5% a meta de 2013.

Através da **Central Fácil de Atendimento** foram realizados 14.051 atendimentos (registros de empresas e MEI, renovação e alteração de registros, orientação a pessoa física e jurídica). Dessa forma, o SEBRAE/PI contribuiu para a abertura de empreendimentos formalizados no estado (empresas e empreendedores individuais), conforme tabela a seguir.

Tabela Nº 19 - Número de Empresas Registradas no Piauí / Contribuição do SEBRAE

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
a) Formalização Empresas no Piauí (1)	5.140	4.965	4.211	4.811	3.990	4.473
b) Formalização Empreendedor Individual (2)	1	5.332	8.571	9.435	8.930	8.232
c) Formalização de MPE pelo SEBRAE (3)	819	729	279	795	409	272
d) Formalização de MEI pelo SEBRAE (3)	-	-	1.329	1.479	2.491	1.441
(c + d) / (a + b)	15,93%	7,08%	12,58%	15,96%	22,45%	13,48%

Fontes: (1) Departamento de Registro Empresarial e Integração (2) Receita Federal (3) SEBRAE/PI - Central Fácil

No período de 2011 a 2014, a contribuição média do Sebrae/PI na formalização de novos negócios, apenas no âmbito do atendimento via Central Fácil, foi de 16,12%.

A **Central de Relacionamento** efetuou 27.350 atendimentos telefônicos em 2014 (ativos e receptivos). O receptivo apresentou um índice de 87% de ligações atendidas, enquanto que o atendimento ativo também aumentou esse índice, saindo de 61% em 2013 para 76% em 2014, fato que reflete a melhoria contínua no processo de cadastro de clientes.

O atendimento móvel através do **SEBRAE Itinerante** deu continuidade as ações de descentralização do atendimento, beneficiando 05 (cinco) bairros de Teresina e 06 municípios do interior do estado atingindo potenciais empreendedores, microempreendedor individual e microempresas locais por meio de parcerias com as prefeituras dos municípios atendidos. As ações consistiram na realização de orientações presenciais e palestras/oficinas

No contexto do atendimento, as ações de Acesso a Serviços Financeiros consistiram em disponibilizar informações qualificadas como importante ferramenta para a tomada de decisões na captação de recursos através da informação e orientação.

Através do **Programa Negócio a Negócio** foram realizadas 12.087 horas de consultorias e 6.082 orientações. Foram aplicadas junto ao público-alvo (microempresas e empresas de pequeno porte) 105 soluções educacionais, sendo identificados 18 Casos de Sucesso entre as empresa participantes.

Reconhecer as microempresas e empresas de pequeno porte que promovem o aumento da qualidade, produtividade e competitividade, pela disseminação de conceitos e práticas de gestão - esse é o objetivo do **Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas - MPE Brasil**. Em 2014 das 833 empresas que se inscreveram concorrendo ao prêmio, sendo que apenas quatro empresas ficaram como finalistas estaduais. Não houve classificadas para a etapa nacional.

Um dos importantes eventos com o foco em mercado foi a Mostra Piauí Sampa 2014. Realizada de 04 a 10 de junho, comemorou dez anos do evento em São Paulo e contou com a participação de 64 empreendimentos, distribuídos em microempresa, empresas de pequeno porte, cooperativas e pequenos produtores dos setores do artesanato, gastronomia, jóias, moda e decoração, tecnologia da informação e comunicação, cultura e agronegócio (apicultura, cajicultura). O evento foi visitado por aproximadamente 60 mil pessoas.

O volume de negócios realizados (durante e estimado pós evento) foi da ordem de R\$ 7,5 milhões. Os setores que mais realizaram negócios durante a Mostra foi o do agronegócio, turismo e artesanato. Entre as empresas compradoras destacam-se as Lojas TOK&STOK, Pão de Açúcar, Empório Chiapetta, Grupo Walmart, Carrefour e Mundo Verde

A programação do Piauí Sampa compreendeu os seguintes eventos:

- Oficinas vivas de artesanato dos segmentos de renda de bilro, frivolitê e bordados em ponto cheio, ponto cruz e bainha aberta;
- Encontro de negócios com compradores/lojistas de artesanato de São Paulo, parceria com ASCABRAS;
- Exposição e lançamento da nova coleção da cerâmica da Serra da Capivara criada pelo Designer Flávio Franco para a empresa Marco 500;
- Mostra gastronômica/degustação da culinária piauiense;
- Exposição e comercialização de jóias de opalas, artesanato e produtos do agronegócio;
- Visita técnica às empresas fornecedoras de equipamentos e materiais para produção de jóias; visita técnica a fornecedores de equipamentos e materiais de artesanato em São Paulo; visitas técnicas personalizadas a 20 operadores de turismo/agências de viagem de São Paulo para promover e comercializar os destinos Rota das Emoções, Teresina e Serra da Capivara; visita técnica à aceleradora aceleratech – empresa de TIC; visita técnica à CEAGESP com o objetivo de comercialização pós Piauí Sampa de produtos orgânicos do Piauí;
- Realização de Seminários/Workshop de vendas junto às operadoras/agências de turismo de São Paulo para promoção e comercialização dos destinos Rota das Emoções, Teresina e Serra da Capivara;
- Promoção e divulgação do destino turístico Piauí, em parceria com as Secretarias de Turismo do Estado, Prefeitura de Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato;
- Desfile das empresas do Projeto Identidade Local - Walter Rodrigues;
- Show-Room do Projeto Identidade Local – indústrias da moda, movelaria, decoração, arte em alumínio e acessórios;
- Encontros de negócios com empresas da moda e acessórios, decoração e arte em alumínio – Comércio Brasil, agronegócio, jóias de opala e turismo;
- Apresentação de Grupos Culturais.

Inteligência de Mercado

As principais ações desenvolvidas foram:

- Diagnóstico em 24 empresas para analisar o potencial para exportação, qualidade dos produtos e capacidade de produção para atender escala do mercado externo, construção e cadastro da listagem final com a seleção das empresas com maturidade produtiva e comercial para participação no projeto;
- Realização de um workshop abordando temas como: câmbio e financiamento de exportação (Banco do Brasil); SISCOMEX – procedimentos para exportação (Receita Federal); Exporta Fácil (Correios); Apoio da CIN/FIEPI para exportação (CIN);
- Realização dos Procedimentos Básicos da Exportação - PROEX;
- Realização de consultorias de diagnósticos em microempresas e empresas de pequeno porte (70 de ofertantes e 14 canais de comercialização) para viabilizar a prospecção de negócios na plataforma do Programa Comércio Brasil;
- Realização de rodada de negócios da cajuína, realizada no Festival da Cajuína em agosto/14;

- Prospecção de negócios com visitas a 30 empresas em São Paulo (canais e comercialização) durante o Piauí Sampa com o objetivo de firmar parcerias comerciais com as empresas piauienses;
- Participação do Programa Comércio Brasil na Feira do Empreendedor com um stand formado por 11 empresas do programa.

Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara

O Projeto iniciou suas atividades no mês de agosto/14 com foco na ampliação do atendimento com excelência aos pequenos negócios, dinamização das empresas locais com vistas ao fortalecimento da economia do território.

As principais ações desenvolvidas foram:

- 440 (quatrocentas e quarenta) horas de Consultoria para implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;
- Realização de 04 (quatro) cursos sobre Compras Governamentais, 13 (treze) Cursos Na Medida;
- 160 (cento e sessenta) horas de Consultoria para articulação de Rede de Cooperação, além da realização de 04 (quatro) cursos para capacitação dos integrantes da Redesim;
- 60 (sessenta) horas de Consultoria na área de mercado junto a empreendedores do Mercado Público de Canto do Buriti;
- Realização de 16 (dezesseis) oficinas SEI;
- Atendimento a 120 (cento e vinte) empresas através do Programa Negócio a Negócio;
- Implementação da Lei Geral em 02 (dois) municípios: Canto do Buriti e São João do Piauí.
- Instalação de Sala do Empreendedor no Município de Canto do Buriti;
- Rede de Articulação em fase de conclusão, sendo de grande importância para realização de outras ações nos municípios, assim como na discussão de eventos futuros;
- Capacitação de Agentes de Desenvolvimento no Curso Básico de Formação de Agentes.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 07 (sete) Agentes de Desenvolvimento nomeados;
- Melhoria do funcionamento e estrutura do Mercado Público em Canto do Buriti através de parceria com vigilância sanitária para inspeção, melhoria na estrutura da praça de alimentação, aquisição de aventais, distribuição de cartilhas, orientações sobre corretas práticas de higiene, etc.

Sebrae/PI no Território da Cidadania Carnaubais

No processo de continuidade das ações previstas no Território dos Carnaubais, composto de 16 (dezesseis) municípios, ocorreu uma ampliação dos municípios que deveriam implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas superando as metas previstas e oportunizando a inclusão no Sistema de Monitoramento de novos municípios.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 1.730 (hum mil setecentas e trinta) horas de consultoria;
- Realização de 30 (trinta) capacitações através de Oficinas SEI e cursos gerenciais;
- Através do Programa Negócio a Negócio foram atendidas 265 (duzentas e sessenta e cinco) empresas com visitas do Agente de Orientação Empresarial – AOE;

- Realização da Feira Cidade Empreendedora nos municípios de Cocal de Telha e São Miguel do Tapuio;
- Implementação da Lei Geral em 04 (quatro) municípios do Território.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Processos administrativos desburocratizados no tramite de liberação de alvarás das empresas;
- Participação das MPE's em mais de 70% das compras totais dos municípios implementados;
- Mudanças nos processos de controles administrativos e financeiros das empresas alvo das ações de gestão administrativa e financeira e merchandising e visual;
- Diminuição do índice de inadimplência dos empreendedores individuais, através de ações realizadas pelos agentes.

SEBRAE/PI no Território da Cidadania Cocais

O Território dos Cocais localizado na região norte do estado é composto de 22 (vinte e dois) municípios com população estimada em 374.139 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove) habitantes e destaca-se por seu potencial hídrico que garante à região diferencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas diferentes de outras regiões do estado.

As principais ações desenvolvidas foram:

- O Programa Negócio a Negócio atendeu 528 (quinhentos e vinte e oito) empresas através de visita dos Agentes de Orientação Empresarial - AOE gerando diagnósticos orientadores para os empresários com ênfase em indicações de capacitação;
- Realização de consultoria especializada em Merchandising e Visual e em Gestão Administrativa e Financeira em 80 (oitenta) empresas do Território;
- Capacitação de Agentes no curso básico e curso avançado;
- Participação no III Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento na cidade de Recife e no Encontro Regional de Agentes em Salvador;
- Realização da Feira Cidade Empreendedora em Pedro II.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Implementação da Lei Geral nos municípios de Madeiro, Piripiri, Luzilândia, Pedro II e Brasileira;
- 04 Salas do Empreendedor instaladas;
- Processos administrativos menos burocráticos no tramite de liberação de alvarás das empresas por parte das Prefeituras Municipais;
- Parceria da vigilância sanitária no processo de abertura de empresas para o melhor funcionamento dos negócios;
- Aquecimento da economia local, com a participação das empresas nas compras públicas;
- Melhorias nos layouts e controles financeiros dos empreendimentos atendidos pelo projeto o que gerou aumento de vendas, faturamento permitindo novos investimentos.

SEBRAE/PI no Território da Cidadania Entre Rios

Durante o ano de 2014 o território recebeu ação direta do SEBRAE em 09 (nove) municípios com o objetivo de sensibilizar as Prefeituras municipais para a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Atendimento de 324 (trezentas e vinte e quatro) empresas pelo Programa Negócio a Negócio e realização de oficinas SEI para microempreendedores individuais;
- Realização de consultoria especializada em 70 (setenta) empresas nos temas merchandising visual, vitrinismo e gestão;
- Implementação da Lei Geral em 10 municípios;
- Visita técnica de 10 (dez) prefeitos do Estado de Minas Gerais para conhecer experiências inovadoras aplicadas ao território;
- Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- No tocante aos eixos priorizados pela Lei Geral destacaram-se o de compras governamentais onde 06 municípios adequaram editais de forma a propiciar tratamento diferenciado as MPE e MEI;
- 06 Salas do Empreendedor implantadas contribuindo de forma decisiva para o processo de implementação da Lei Geral;
- Adesão de 04 municípios ao Programa JEEP oportunizando capacitação na área do empreendedorismo nas escolas municipais;
- 52 das 70 empresas atendidas através de consultorias de gestão começaram a adotar o livro caixa como instrumento de gestão.

SEBRAE/PI no Território da Cidadania Vale do Canindé

Em 2014 foram atingidos 15 dos 17 municípios integrantes do território.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Mobilização, sensibilização e atendimento de 214 (duzentas e catorze) empresas com visitas do Agente de Orientação Empresarial – AOE, através do Programa Negócio a Negócio resultando em indicação de cursos de gerenciamento, oficinas SEI além de consultorias especializadas;
- Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento no curso básico e avançado para agentes;
- 80 (oitenta) empresas atendida com consultorias de gestão administrativa, financeira e merchandising e visual;
- Realização de 02 (duas) Feiras de Negócios e Oportunidades “Cidade Empreendedora” nos municípios de Cajazeiras do Piauí e Santa Rosa do Piauí;
- Realização do I Fórum Econômico do Vale do Canindé com a participação de 04 prefeitos, 05 Agentes de Desenvolvimento e aproximadamente 70 (setenta) empreendedores do território;
- Realização de 16 (dezesseis) cursos, sendo 08 (oito) gerenciais, 05 (cinco) tecnológicos e 03 (três) de compras governamentais, capacitando 213 (duzentos e treze) empresários e potenciais empreendedores no território.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- Utilização do alvará provisório para funcionamento da empresa, emitido no prazo de até 05 (cinco) dias;
- 80% dos MEIs formalizados incluídos na base de dados dos municípios implementados;
- Participação de 80 (oitenta) empresas nas feiras Cidade Empreendedora onde expositores obtiveram incremento de 20% no faturamento;
- Implantação de 08 (oito) quintais agroecológicos com canteiros e produção de mudas;

- Aumento na comercialização de hortaliças – coentro, cebolinha, tomate, alface e abobrinha para mercado local, gerando uma renda adicional de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais por família;
- 03 (três) municípios do território implementaram a Lei Geral.

SEBRAE/PI no Território da Cidadania Vale do Guaribas

Em 2014 as ações do projeto com vistas a atender as populações locais em especial empreendedores tiveram como foco ações de sensibilização e apoio às Prefeituras para o processo de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e consultorias a empreendimentos da área de comércio e serviços oportunizando melhorias na empresas.

As principais ações desenvolvidas foram:

- O Programa Negócio a Negócio atendeu a 344 (trezentas e quarenta e quatro) empresas através da ação dos AOE's;
- 125 (cento e vinte e cinco) empresas atendidas pelas consultorias especializadas;
- Orientação através das salas do empreendedor sobre os certames licitatórios.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 10 municípios do território implementaram a Lei Geral;
- Aumento de 53% de participação das MPE nas compras públicas;
- Diminuição do índice de inadimplência dos empreendedores individuais, através de ações realizadas pelos agentes;
- As intervenções do SEBRAE em ações de comercialização trouxeram melhorias e avanços para os produtores com perspectiva de inclusão no programa nacional da alimentação escolar e fornecimento de produtos para as redes estaduais de ensino.

2.7.2. Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

No âmbito da Unidade de Conhecimento e Tecnologia - UCT destacam-se as seguintes ações:

- **Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas na modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PAPPE INTEGRAÇÃO:** atendeu demandas das empresas relacionadas aos temas: Desenvolvimento de software de gestão em saúde, software para diagnóstico do aparelho digestivo, software para compras governamentais na área rural e Jogo virtual on line, totalizando projetos da ordem de R\$ 160 mil.
- **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2014:** aconteceu no período de 14 a 19 de Outubro, liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, no intuito de sensibilizar e mobilizar a população em torno do tema CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, valorizando a criatividade e a atitude científica, como forma de fortalecer a política de desenvolvimento de Ciência & Tecnologia em todo o Território Nacional, bem como sensibilizar a comunidade para a importância do desenvolvimento social.

No Estado do Piauí, a SNCT 2014 aconteceu em parceria com o Governo do Estado através da Superintendência de Ciência e Tecnologia – SEDET – e demais parceiros: FAPEPI,

SENAC, FECOMÉRCIO, SESI/SENAI/IEL, FIEPI, UFPI, UESPI, IFPI, E EMBRAPA. Em 6 (seis) dias de programação ocorreram as seguintes ações:

- 02 (dois) seminários, sendo 01 (um) com foco em negócios sociais e outro com foco em tecnologia, inovação e competitividade, sendo realizados em Teresina, no Parque Potycabana;
- 13 (treze) palestras, quinze (15) clínicas tecnológicas, sendo 13 (treze) em Teresina e 02 (duas) em Picos.
- 01 (um) showroom tecnológico com stand dos parceiros.

A UCT também realizou ações voltadas para as unidades finalísticas, destacando-se a capacitação de 350 consultores e instrutores através dos repasses de soluções nacionais e locais elencadas no quadro a seguir:

Quadro 03 – Repasses Metodológicos das Soluções SEBRAE

Repasses Nacionais	Repasses Locais
Gestão da Qualidade	Atendimento ao Cliente (2 turmas)
Qualificação de Meios de Hospedagem- Sbclass	Oficina Liderar No Campo
Ser Mais com Desing	Oficina Sei Controlar Meu Dinheiro (2 turmas)
Crescer com Desing	Como Conduzir Negociações Eficazes
Gestão do Visual de Loja	Compras Governamentais Fornecedor e Comprados
Técnica de Vendas Namedida	Gestão da Qualidade
Gestão Financeira Na Medida	Referenciais Educacionais
Planejamento Estratégico Na Medida	Comércio Brasil
Gestão Empresarial Integrada	Jovens Empreendedores Primeiros- Passos
Oficina: Análise de Negócios	Internet Na Medida
Oficina: Plano de Negócios	Licitações e Contratos (2 turmas)
Internet NaMedida	Despertar
Empreender com Sustentabilidade	D’Olho Na Medida
Metodologia Sebrae de Redução de Desperdício	Redes Associativas
Estratégias Educacionais Vivenciais	
Oficina: Orientação sobre Acesso Financeiro	
Análise de Mercado	
Transforme sua Idéia em Modelo de Negócio-Canvas	
Comercializar No Campo	

2.7.3. Projetos de Articulação Institucional

Os projetos de articulação institucional foram implementados pela Unidade de Políticas Públicas, abrangendo:

Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais

As principais ações desenvolvidas foram:

- Mapeamento e elaboração de fluxograma do processo de compras do estado;
- Pesquisa sobre a realidade dos pequenos negócios nas compras públicas abrangendo os municípios de Teresina, Parnaíba, Floriano, Bom Jesus e Corrente;
- Assinatura de Acordo de Resultados com o Tribunal de Contas e Governo do Estado do Piauí com objetivo de desenvolver uma ambiência legal para a participação das MPEs nas compras públicas;

- Implementação da Lei Geral em 11 municípios: Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Luis Correia, Morro Cabeça no Tempo, Julio Borges, Avelino Lopes, Elesbão Veloso, Ipiranga e Inhumas;
- Realização dos Seminários FOMENTA Piauí e Seminário de Compras;
- Capacitação dos pequenos negócios e gestores públicos no processo de compras do governo.

Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor

No intuito de premiar as prefeituras dos estados brasileiros, o Sebrae Nacional há 10 anos, através do **Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor** faz o reconhecimento a prefeitos que promovem o desenvolvimento econômico e social dos municípios.

O objetivo do SEBRAE com esta premiação é inclusão do empreendedorismo definitivamente na agenda da gestão pública municipal. O Prêmio evidencia aqueles municípios que apresentem projetos que destaque os seguintes aspectos:

- Planejamento e Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social local;
- Desburocratização;
- Formalização dos empreendimentos locais;
- Política Tributária para pequenos negócios;
- Compras públicas locais;
- Acesso a Inovação e tecnologia;
- Representação, cooperação e associativismo;
- Acesso a crédito e serviços financeiros;
- Capacitação e empreendedorismo; promoção de desenvolvimento rural;
- Lei Geral Municipal.

Em 2014 foram apresentados 59 projetos concorrendo ao prêmio. Após a avaliação dos projetos e experiências locais e das visitas técnicas aos municípios inscritos foram classificados 4 municípios para concorrer na Etapa Estadual:

- Campo Maior: Categoria de Lei Geral e Melhor Projeto: Compras Governamentais
- Parnaíba: Categoria Pequenos Negócios no Campo e Desburocratização
- Ipiranga do Piauí: Categoria Pequenos Negócios no Campo
- Campo Grande do Piauí: Lei Geral Implementada e Novos Projetos

Projeto Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí

O Projeto de Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí no ano de 2014 desenvolveu ações em 26 municípios, sendo 15 com lei já implementada e 11 novos por implementar.

Foram desenvolvidos trabalhos nos municípios de Água Branca, Barras do Piauí, Beneditinos, Campo Maior, Cajazeiras, Cocal de Telha, Floresta do Piauí, Juazeiro, Oeiras, Regeneração, Santo Inácio do Piauí, São José do Divino, São Pedro do Piauí, Santa Rosa, São Francisco do Piauí focados na ampliação dos serviços da Sala do Empreendedor, reposicionamento dos Agentes de Desenvolvimento na Rede através da formação básica, participação em eventos e formulação de um planejamento estratégico com ações transversais à lei geral e ampliação da participação das MPE nas compras públicas.

As ações para implementação da Lei Geral ocorreu nos municípios de Morro Cabeça no Tempo, Julio Borges, Avelino Lopes, Ipiranga, Elesbão Veloso, Inhumas, Buriti dos Lopes, Parnaíba, Luis Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, priorizando os eixos: Uso do Poder de Compras, Desburocratização, Empreendedor Individual e Agente de Desenvolvimento. Vale destacar que todas as ações previstas para 2014 foram executadas, mesmo com os desafios de um ano eleitoral.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 10 cursos Compras Governamentais – Comprador;
- Realização de 10 cursos Compras Governamentais – Fornecedor;
- Realização do curso de Formação Básica de Agente de Desenvolvimento;
- Participação dos Agentes de Desenvolvimento no ENAD;
- 2.500 horas de Consultoria.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 10 novos agentes nomeados e com Plano de Trabalho elaborado;
- 10 novas Salas do Empreendedor funcionando de acordo com o Termo de Referência;
- 15 Salas do Empreendedor modificadas e funcionando de acordo com o termo de referência;
- 15 municípios melhoraram suas notas no Sistema de Monitoramento da Lei Geral - SMLG;
- 11 novos municípios com Lei implementada;
- 14 Municípios ampliaram o volume de compras municipais.



3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1. Estrutura de Governança

No SEBRAE/PI a estrutura de Governança é auxiliada pela Unidade de Controle Interno que executa as atividades de auditoria interna. A Unidade de Controle Interno está subordinada à Diretoria Administrativo Financeira.

Os controles internos contam ainda com o apoio da Auditoria Independente contratada pelo Sebrae Nacional. No exercício de 2014 a auditoria independente foi realizada pela empresa KPMG Auditores Independentes.

Os trabalhos de auditoria interna e independente são monitorados pelo Conselho Fiscal, órgão de assessoramento ao Conselho Deliberativo Estadual. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente a cada trimestre para receber da Unidade de Controle Interno os relatórios trimestrais contábeis, a carta de controles internos com recomendações da Auditoria Independente e comentários do SEBRAE/PI e/ou planos de ação. Em caso de aprovação, o Conselho Fiscal emite o parecer de aprovação das contas trimestrais.

Além da auditoria contábil o Conselho Fiscal recebe da Unidade de Controle Interno os relatórios de COSO e COBIT, acompanhados dos respectivos planos de ação.

O normativo que rege a estrutura de governança é o Estatuto Social do SEBRAE/PI. Existem ainda os normativos complementares:

- a) Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae
- b) Regulamento do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP
- c) Regulamento de Auditoria Interna do Sebrae Nacional
- d) Regimento Interno do SEBRAE/PI
- e) Instruções Normativas.

3.2. Atuação da Auditoria

A Unidade de Controle Interno é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira. O Gerente da Unidade foi indicado pela Superintendência em setembro de 2011.

A atividade da Unidade de Controle Interno - UCI está fundamentada na metodologia de Auditoria com Foco em Risco que preconiza a identificação dos eventos que possam causar impacto negativo nos objetivos do negócio e nos processos organizacionais da Entidade. A metodologia esta fundamentada na execução das seguintes atividades:

- a) Entrevistas com os principais gestores envolvidos no processo a ser auditado;
- b) Elaboração dos fluxogramas do processo;
- c) Elaboração da Matriz de Risco e Controle dos processos;
- d) Execução dos Testes de Auditoria (testes de desenho e de efetividade)
- e) Elaboração do Relatório sobre os riscos identificados e sugestões de melhoria no processo;
- f) Discussão com o gerente do Processo sobre os pontos identificados;
- g) Análise do plano de ação emitido pela área auditada;
- h) Emissão do relatório (arquivados em mídia eletrônica formato ppt, pdf ou pptx);
- i) Apresentação a Diretoria;
- j) Acompanhamento do Plano de Ação.

A atuação da UCI está em linha com o Direcionamento Estratégico do SEBRAE, com o Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional e com as responsabilidades funcionais da unidade.

Nesse contexto, a missão da UCI é “prover assessoramento para a efetiva aplicação dos recursos do Sistema SEBRAE em consonância com os normativos de controle interno e externo”, analisando e monitorando os riscos da entidade, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em gestão de riscos, atuando de forma independente, com ética e agregando valor aos negócios.

As revisões de processo, as auditorias de conformidade, os trabalhos especiais, as orientações consultivas, os resultados do atendimento aos órgãos fiscalizadores e demais trabalhos do planejamento anual aprovado, além dos planos de ação elaborados a partir dessas atividades, são realizado por uma equipe composta pelo Gerente da Unidade e um Analista Técnico.

Destaca-se que as oportunidades de melhoria identificadas são apresentadas aos envolvidos nos processos ou atividades auditadas para que elaborem medidas visando mitigar riscos e aperfeiçoar controles.

Os planos de ação podem ser realizados mediante a revisão de procedimentos, implementação de novos controles ou alterações nos já existentes, identificando ação, responsável e data de implementação.

Para o exercício de 2014 foram revisados processos de locação de equipamentos e produção de fotocópias. Em ambos os casos os planos de ação resultaram na implantação de controles informatizados com segregações de função para melhoria na execução e controle destas atividades.

A UCI também realiza apresentação trimestral dos resultados das auditorias ao Conselho Fiscal.

No campo das auditorias de conformidade a UCI realiza trabalho preventivo de acompanhamento constante das contratações de instrutoria e consultoria realizadas nas atividades fins do SEBRAE/PI via credenciamento de instrutores e consultores na forma prevista no Art. 43 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE. Este acompanhamento é feito mediante conferências dos documentos eletrônicos denominados Carta Contrato e suas assinaturas digitais no aplicativo web de gerenciamento eletrônico de documentos (GED).

3.3. Sistema de Correição

A Ouvidoria do SEBRAE atua de forma sistêmica, possuindo uma estrutura própria no SEBRAE Nacional e Interlocutores em todos os Estados.

O SEBRAE/PI possui, portanto, um Interlocutor estadual da Ouvidoria, que foi treinado pela Universidade Corporativa, para dar tratamento e solução às manifestações estaduais, de clientes externos e colaboradores internos que tenham se dirigido de alguma forma

(identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico) à Ouvidoria Nacional.

Além de treinamento específico para esse fim, o Interlocutor participou de encontros nacionais, presenciais e remotos em 2014, com o objetivo de se atualizar permanentemente dos procedimentos adotados pela Ouvidoria nacional.

As manifestações dos clientes externos e internos recebidas pelo Interlocutor estadual podem ser de naturezas diversas: denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, e essas chegam até o interlocutor estadual através de meio eletrônico, em formulário próprio, para que haja padronização no atendimento e pronto atendimento da demanda do cliente.

Vale ressaltar que em 2014 foram registradas 95 ocorrências não havendo nenhuma que possa ser classificada como denúncia. A natureza das ocorrências foram assim classificadas:

Crítica	Reclamação	Sugestão	Solicitação	Improcedente
2%	17%	3%	52%	26%

3.4. Avaliação dos Controles Internos

A Diretoria do SEBRAE/PI entende que os controles internos existentes atualmente no SEBRAE/PI possuem adequado nível de segurança para as operações. Ressalta que tem intensificado esforços para aperfeiçoar rotinas e controles sistêmicos e informatizados que venham a aumentar o nível de segregação de funções e diminuir de forma efetiva as probabilidades e ocorrências de desvios ou falhas.

O quadro abaixo representa a compilação das respostas indicadas pelos Diretores, que responderam o questionário de forma individual para em seguida discutir e resumir suas respostas de forma consensual.

Tabela Nº 20 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.5. Dirigentes e Membros de Conselhos

Tabela 21 - Dirigentes e Membros de Conselhos

Nome	Entidade	Função	Período de Gestão	
			Início	Fim
José Rivaldo de Sousa	FCDL	Não Informado	01.01.2011	18.05.2012
Jimmy Napoleão Alves	FCDL	Não Informado	19.05.2012	31.12.2014
José Elias Tajra	ACT	Presidente	01.01.2011	31.12.2014
Ezequias Gonçalves Costa	AIP	Presidente	01.01.2011	31.12.2014
Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha	FAEPI	Presidente	01.01.2011	31.12.2014
Antonio Leite de Carvalho	SENAC	Diretor	01.01.2011	31.12.2014
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante	FECOMERCIO	Presidente	01.01.2011	27.10.2014
João dos Santos Andrade	FECOMERCIO	Não Informado	28.10.2014	31.12.2014
Warton Francisco Neiva de Moura Santos	SEDET	Secretário	01.01.2011	25.04.2014
Patrícia Carvalho Freitas Rodrigues	SEDET	Servidora	26.04.2014	31.12.2014
Carlos Henrique Pires de Ataíde	FIEPI	Não Informado	01.01.2011	05.10.2011
Humberto Paulo Cronemberger	FIEPI	Não Informado	06.10.2011	31.12.2014
Luiz de Souza Junior	UFPI	Reitor	01.01.2011	31.12.2014
José Agostinho de Carvalho Neto	BNB	Superintendente	01.01.2011	30.10.2011
Francisco das Chagas Sousa Lopes	BNB	Gerente	31.10.2011	09.07.2012
Isaías Matos Dantas	BNB	Superintendente	10.07.2012	15.04.2013
Francisco das Chagas Sousa Lopes	BNB	Gerente	16.04.2013	03.07.2013
Nívea de Oliveira Galindo Almeida	BNB	Superintendente	04.07.2013	21.11.2013
Luiz Alberto da Silva Junior	BNB	Superintendente	22.11.2013	31.12.2014
Lauriane Costa Martins Coelho	IEL	Não Informado	01.01.2011	05.10.2011
Paulo de Tarso M. Moraes Souza	IEL	Não Informado	06.10.2011	28.12.2014
Mardônio Souza de Neiva	IEL	Não Informado	29.10.2014	31.12.2014
Domingos Poupel de Castro	SEBRAE/NA	Gerente	01.01.2011	19.03.2013
Alzira de Fátima Vieira	SEBRAE/NA	Gerente	20.03.2011	31.12.2014
Sérgio Luiz Bortolozo	SENAR	Presidente	01.01.2011	31.12.2014
Carlos Antonio Decezaro	BB	Superintendente	01.01.2011	01.02.2012
Manoel Santana Lima	BB	Superintendente	02.02.2012	02.12.2013
Rosélio Arnold Furst	BB	Superintendente	03.12.2013	31.12.2014
Herbert Buenos Aires de Carvalho	CEF	Superintendente	01.01.2011	12.09.2011
Emanuel do Bonfim Veloso Filho	CEF	Superintendente	13.09.2011	31.12.2014
Eline Reverdosa Castro Serra	FCDL	Não Informado	01.01.2011	31.12.2014
João José Tourinho	FAEPI	Não Informado	01.01.2011	31.12.2014
Francisco de Sousa Neto	FIEPI	Não Informado	01.01.2011	31.12.2014
Mário José Lacerda de Melo	SEBRAE/PI	Diretor Superintendente	01.01.2011	04.04.2014
Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes	SEBRAE/PI	Diretor Superintendente em Exercício	05.04.2014	03.09.2014
Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes	SEBRAE/PI	Diretor Adm. Financeiro	01.01.2011	31.12.2014
Delano Rodrigues Rocha	SEBRAE/PI	Diretor Técnico	01.01.2011	31.12.2014
Delano Rodrigues Rocha	SEBRAE/PI	Diretor Superintendente em Exercício	09.09.2014	08.10.2014
Mário José Lacerda de Melo	SEBRAE/PI	Diretor Superintendente	04.09.2014	08.09.2014
Mário José Lacerda de Melo	SEBRAE/PI	Diretor Superintendente	09.10.2014	31.12.2014

3.5.1. Notas

- I. O Diretor Superintendente do **SEBRAE/PI** o Sr. Mário José Lacerda de Melo afastou-se temporariamente da Superintendência entre 05.04.2014 a 03.09.2014, sendo que no mesmo período, o referido cargo foi acumulado pelo Diretor Administrativo Financeiro o Sr. Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes, nos termos da Resolução CDE 005/2014 e da Comunicação Interna nº 006.
- II. O Diretor Técnico do SEBRAE/PI o Sr. Delano Rodrigues Rocha foi designado nos termos da Portaria nº 011 para responder pela Superintendência do **SEBRAE/PI**, no período de 09/09 a 08/10/2014, por ocasião do gozo de férias do seu titular o Sr. Mário José Lacerda de Melo.

3.6. Remuneração a Dirigentes

De acordo com o Art.9, VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional é principio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A estrutura remuneratória dos Diretores do SEBRAE/PI está descrita no quadro abaixo:

Tabela 22 - Remuneração a Dirigentes

Cargo	Remuneração Mínima	Remuneração Máxima
Diretor	18.738,30	21.080,59

Nota informativa: o Sistema SEBRAE não está vinculado ao limite de teto remuneratório da administração pública federal conforme Acórdão nº 2.788/2006 - 1º Câmara - TCU.



4. Programação e Execução Contábil e Financeira

4. Programação e Execução Contábil e Financeira

As informações sobre orçamento e correspondente execução disponibilizadas para este Relatório de Gestão foram extraídas do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME), ferramenta corporativa que integra e consolida as informações relacionadas aos processos de estruturação, planejamento, gestão e execução dos projetos e atividades.

Para atender aos prazos fixados na IN 37, foram transmitidos do SEBRAE/PI para o SEBRAE Nacional arquivos eletrônicos extraídos diariamente dos sistemas administrativos e no dia 5 de cada mês os balancetes mensais, possibilitando assim, a integração entre as bases de dados orçamentárias e contábeis e aferição da compatibilidade entre elas. Os índices de compatibilidade alcançados entre os relatórios gerenciais do SME e o contábil em 2014 foram de 100% tanto para as receitas quanto para as despesas.

Os dados contábeis e as demonstrações: Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foram extraídos dos balancetes enviados ao SEBRAE/NA.

4.1. Programação Orçamentária das Receitas e Despesas

4.1.1. Balanço Orçamentário

A Tabela 24, a seguir, demonstra o Balanço do Orçamento de 2014 e a variação das receitas e despesas executadas com a programação do exercício.

Tabela 23 - Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário - Sebrae/PI –Em valores mil											
Receitas	Previsão no Ano		Execução			Despesas	Previsão no Ano		Execução		
	Original (a)	Ajustada (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)		Original (a)	Ajustada (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	49.155	58.994	55.194	112,3%	93,6%	Despesas Correntes	54.872	59.691	53.739	97,9%	90,0%
Contribuição Social Ordinária-CSO	33.128	35.213	35.213	106,3%	100,0%	Pessoal, Encargos e Benefícios	16.006	16.354	15.862	99,1%	97,0%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	1.378	3.176	3.176	230,5%	100,0%	Serviços Profissionais e Contratados	26.659	27.226	24.369	91,4%	89,5%
CSO – Ressarcimentos	0	220	104	-	47,3%	Demais Despesas Operacionais	12.042	15.376	13.046	108,3%	84,8%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	10.268	15.057	12.935	126,0%	85,9%	Encargos Diversos	165	735	461	279,5%	62,7%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0	-	-	Transferências (Parceiros)	0	0	0	-	-
Convênios com Parceiros	1.000	1.000	425	42,5%	42,5%						
Aplicações Financeiras	800	1.300	1.508	188,4%	116,0%						
Empresas Beneficiadas	2.500	2.840	1.625	65,0%	57,2%						
Outras Receitas	80	187	208	260,0%	111,2%						
Déficit Corrente						Superávit Corrente			1.455		
Receitas de Capital	4.239	1.850	650	15,3%	-	Despesas de Capital	654	2.260	1.187	181,5%	52,5%
Alienação de Bens	70	70	44	62,4%	-	Investimentos / Outros	620	2.160	1.130	182,2%	52,3%
Operações de Crédito	4.169	1.780	607	14,6%	-	Amortização de Empréstimos	34	100	57	169,4%	-
Saldo de Exercícios Anteriores	4.000	4.000	-	-	-	Fundo de Reserva	1.868	2.892	-	-	-
Receitas Totais	57.393	64.844	55.844	97,3%	86,1%	Despesas Totais	57.393	64.844	54.926	95,7%	84,7%
Resultado – Déficit						Resultado – Superávit			918		
Total Geral	57.393	64.844	55.844	97,3%	86,1%	Total Geral	57.393	64.844	55.844	97,3%	86,1%

Fonte: SME

A variação da receita entre o previsto original e previsto ajustado no exercício de 2014 foi da ordem de R\$ 7,5 milhões, motivado principalmente pelo aumento da arrecadação da Contribuição Social e da incorporação do Saldo de CSO de Exercícios Anteriores.

O crescimento de 13% da previsão original para a ajustada (final do exercício) está dentro do limite fixado pela Diretriz Orçamentária/CDE (15%).

O Balanço Orçamentário apresentou superávit de R\$ 918 mil, impactado pelo crescimento da CSO- Saldo de Exercícios Anteriores. A execução das despesas (R\$ 54,9 milhões) frente ao orçamento aprovado (R\$ 57,4 milhões) atingiu índice de 95,7%.

4.2. Execução Orçamentária das Receitas e Despesas

4.2.1. Origem das Despesas

A Tabela 24 destaca as principais receitas do SEBRAE/PI e compara a execução de 2014 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada.

Tabela 24 - Composição da Origem dos Recursos – SEBRAE/PI

Receitas	Origem da Receita - Valores em R\$ 1.000,00						
	2013	2014			Execução (d)	% Variação (d/c)	% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão		% Variação (c/b)			
		Original (b)	Ajustada (c)				
Contribuição Social do Exercício	31.379	33.128	35.433	7,0%	35.317	-0,3%	12,5%
CSO - Saldo de Exercícios Anteriores	749	1.378	3.176	-	3.176	0,0%	324,0%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	10.108	10.268	15.057	46,6%	12.935	-14,1%	28,0%
Convênios com Parceiros	1.709	1.000	1.000	0,0%	425	-57,5%	-75,1%
Aplicações Financeiras	902	800	1.300	62,5%	1.508	16,0%	67,1%
Empresas Beneficiadas/Outras Receitas	1.936	2.580	3.028	17,4%	1.833	-39,5%	-5,3%
Alienação de Bens/Operações de Crédito	738	4.239	1.850	-56,4%	650	-64,9%	-11,9%
Saldo de Exercícios Anteriores		4.000	4.000	0,0%			
Total	47.521	57.393	64.844	13,0%	55.844	-13,9%	17,5%

Fonte: SME

O total das receitas executadas pelo SEBRAE/PI em 2014 foi da ordem de R\$ 55,8 milhões, apresentando um crescimento de 17,5% em relação ao ano anterior. Deste total 63,0% foi originado da Contribuição Social do Exercício (R\$ 35,43 milhões), 6,0% de Receita de Contribuição Social – Saldo de Exercício Anteriores (R\$ 3,2 milhões), 23,0% da Receita de Contribuição Social do SEBRAE/NA – CSN (R\$ 12,9 milhões) e 8,0% correspondem as demais receitas (R\$ 4,4 milhões).

Houve uma variação positiva da ordem de 20,0% no total da contribuição social repassada pelo SEBRAE Nacional de (R\$ 32,1) em 2013 para (38,5 milhões) em 2014, ocasionada pelo aumento da arrecadação efetiva no exercício, como também no volume de recursos de exercícios anteriores de 2013 (R\$ 749 mil) para 2014 (R\$ 3,1 milhões).

O crescimento da execução da Contribuição Social do Nacional – CSN de 2013 para 2014 foi da ordem de 28,0%, devido ao aumento na execução das ações destinadas às chamadas públicas de projetos, projetos especiais, e programas; ações de projetos/atividades do orçamento das unidades do Sebrae Nacional e outros ressarcimentos e despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do Sebrae/NA.

A variação negativa na receita de parceiros na ordem de (-75,1%) decorreu da impossibilidade de repasse de parcelas de convênios PAPPE Integração as empresas, pela demora e indeferimento na prestação de contas de parcela anteriormente liberadas e dificuldade em 2014 de firmar convênios com Prefeituras e outros entes públicos devido ao período eleitoral.

O aumento de aplicações financeiras (67,1%) de 2013/2014 foi oriundo do aumento no montante de aplicação de recursos de saldo de exercícios anteriores, excesso de arrecadação da CSO e CSN.

A variação decrescente na receita de empresas beneficiadas/outras receitas (-5,3%) foi ocasionada pela não efetivação das parcerias previstas na Feira do Empreendedor de 2014 e baixa execução de receitas com a venda de espaços físicos em feiras devido a não realização dos eventos previstos em Picos e de São Raimundo Nonato.

A variação negativa (-11,9%) na natureza receita alienação de bens/operações de crédito foi decorrente do investimento em 2013 em equipamentos de informática, não se verificando a mesma ocorrência em 2014.

4.2.2. Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa

A Tabela 25 mostra as principais despesas por natureza e compara a execução do exercício de 2014 com o anterior, bem como com a programação aprovada pelo CDE/CDN.

Tabela 25 – Composição da Aplicação de Recursos - SEBRAE/PI

Natureza de Despesa	Sebrae/PI (R\$ 1.000,00)						
	2013	2014			Execução (d)	% execução (d/b)	% Variação (d/a)
	Execução (a)	Previsão					
		Original (b)	Ajustada (c)	% Variação (c/b)			
Pessoal, Encargos e Benefícios	14.185	16.006	16.354	2,2%	15.862	99,1%	11,8%
Serviços Profissionais e Contratados	19.251	26.659	27.226	2,1%	24.369	91,4%	26,6%
Demais Despesas Operacionais	11.602	12.042	15.376	27,7%	13.046	108,3%	12,4%
Encargos Diversos	315	165	735	345,5%	462	280,0%	46,8%
Transferências para Parceiros	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Investimentos / Inversões (1)	1.607	2.521	5.153	104,4%	1.187	47,1%	-26,1%
Total	46.959	57.393	64.844	13,0%	54.926	95,7%	17,0%

Fonte: SME (20/01/2015)

- (1) Inclui o fundo de reserva, aquisição de imobilizado, depósitos judiciais e amortização de empréstimos.
- (2) O montante de despesas realizadas em 2014 foi da ordem de R\$ 54,9 milhões. Este valor foi superior em 17,0% ao verificado no mesmo período em 2013 e atingiu grau de execução de 95,7% em relação ao orçamento aprovado pelo CDN – Conselho Deliberativo Nacional e CDE – Conselho Deliberativo Estadual.
- (3) O crescimento apresentado na rubrica **Pessoal, Encargos e Benefícios** de 11,8% foi impactado pelo reajuste linear salarial dos funcionários ocorrido em janeiro de 2014 de 9%, a contratação de novos funcionários aprovados no processo seletivo realizado em 2014, bem como, o reajuste no ticket alimentação de 5,9%. No período de janeiro a dezembro de 2014 houve o desligamento de 3 (três) funcionários (assessores).

O aumento de 26,6% em **Serviços Profissionais Contratados** foi motivado pelo crescimento de despesas com consultoria e instrutoria (26,6%), foram realizadas 424 capacitações a mais em 2014, como também com Demais Serviços Contratados (46,63%) por causa das despesas com a organização e promoção da Feira do Empreendedor de 2014, evento que ocorre a cada dois anos.

- (4) A variação 2013/2014 com **Demais Despesas Operacionais** de 12,4% foi ocasionado pelo crescimento das despesas com divulgação, locação de espaço e equipamentos para a Feira do Empreendedor e com serviços gráficos e reprográficos para utilização nas ações dos Programas Nacionais (Negocio a Negocio, SEBRAE MAIS, Agente Local de Inovação, Sebraetec e Educação Empreendedora).
- (5) O crescimento de 46,4% em **Encargos Diversos** decorreu do aumento no volume de despesas com imposto de renda das aplicações financeiras.
- (6) O decréscimo na natureza de despesa **Investimentos /inversões** de (-26,1%) se deve ao volume considerável de aplicação de recursos em aquisição de equipamentos de informática no âmbito do Projeto Modernização da Tecnologia da Informação e Comunicação do SEBRAE/PI em 2013 que não ocorreu em 2014.

4.2.3. Aplicação dos Recursos por Tipologia

Tabela 26 demonstra a aplicação dos recursos por tipologia e compara a execução do exercício de 2014 com o exercício anterior.

Tabela 26 - Aplicação de Recursos por tipologia

Tipologia	Aplicação por Tipologia (R\$ 1.000,00)						% Variação (d/a)		
	2013	2014				Execução (d)		% execução (d/b)	
	Execução (a)	Previsão			Execução (d)				% execução (d/b)
		Original (b)	Ajustado (c)	% Variação (c/b)					
Atendimentos (1)	36.170	41.334	46.998	13,7%	42.940	3,9%	18,7%		
Desenvolvimento de Produtos e Serviços	518	864	1.088	25,9%	618	-28,5%	19,3%		
Articulação Institucional	1.257	1.894	2.498	31,9%	1.733	-8,5%	37,9%		
Gestão Operacional	9.014	7.245	9.473	30,8%	8.811	21,6%	-2,3%		
Construção e Reforma	-	4.169	1.794	-57,0%	788	-81,1%	-		
Sub-Total	46.959	55.506	61.851	11,4%	54.890	-1,1%	16,9%		
Inversão Financeira (2)		1.887	2.993	58,6%	36	-98,1%	-		
Total (2)	46.959	57.393	64.844	13,0%	54.926	-4,3%	17,0%		

Fonte: SME (20/01/2015)

(1) Foram somados à tipologia atendimento os valores da tipologia Suporte a Negócios.

(2) Fundo de Reserva (Inclui o fundo de Reserva (previsão original=R\$ 1.868 mil); (Previsão Ajustada=R\$ 2.892 mil)

As despesas executadas compreenderam recursos da ordem de R\$ 54,9 milhões sendo 78,0% destinados a tipologia Projetos de Atendimentos desenvolvidos pelo SEBRAE/PI, 1,0% aplicados em Desenvolvimento de Produtos e Serviços, 3,0% em Articulação Institucional (Implementação da Lei Geral, Compras Governamentais), indicando que 82,0% das aplicações foram voltadas para a área fim (R\$ 45,3 milhões).

O crescimento de 18,7% na tipologia atendimento foi devido ao aumento no número de projetos de 42 para 48 e crescimento nas despesas com suporte a negócios de R\$ 14,3 milhões em 2013 para R\$ 16,0 milhões em 2014, onde estão executadas as despesas com folha de pessoal e outras vinculadas as ações finalística.

A variação de 19,3% na Tipologia Desenvolvimento de Produtos esta relacionada ao aumento no volume de recursos de Contribuição Social Nacional – CSN no projeto AQUINordeste - Estado Piauí e Inteligência Empresarial.

Contribuíram para crescimento na tipologia Articulação Institucional de 37,9%, a incorporação ao orçamento do projeto Sebrae/PI - Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí e o aumento da execução de despesas no projeto Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais com recursos de CSN.

Em 2013 não houve execução na tipologia Construção e Reforma. No exercício de 2014 foi iniciada a construção do Centro de Treinamento Empresarial, com previsão para conclusão em 2016.

4.2.4. Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

A Tabela 27 demonstra o total das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elemento de despesas no Exercício de 2014.

Tabela 27 - Total de Despesas pagas por Modalidade de Licitação

MODALIDADE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR EM R\$ MIL
CONCORRENCIA		4.267
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	31
	DESPESAS COM VIAGENS	155
	DIVULGAÇÃO, ANÚNCIOS, PUBLICIDADE E PROP	2.048
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	735
	MATERIAIS DE CONSUMO	5
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	494
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	26
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	37
	SERVIÇOS GRÁFICOS E DE REPRODUÇÃO	736
CONVENIO/PAGAMENTO		160
	TRANSF. EXTERNAS - CONVÊNIOS COM OUTRAS	160
CONVITE		519
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	43
	DESPESAS COM VIAGENS	35
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	95
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	110
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	236

MODALIDADE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR EM R\$ MIL
CREENCIAMENTO	CREENCIAMENTO	14.505
	ALUGUEIS E ENCARGOS	23
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	13
	DESPESAS COM VIAGENS	543
	DIVULGAÇÃO, ANÚNCIOS, PUBLICIDADE E PROP	1
	MATERIAIS DE CONSUMO	19
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	1
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	13.905
DISPENSA		7.493
	ALUGUEIS E ENCARGOS	1.514
	BENEFÍCIOS SOCIAIS	106
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	419
	DESPESAS COM VIAGENS	669
	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	16
	DIVULGAÇÃO, ANÚNCIOS, PUBLICIDADE E PROP	28
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	199
	MATERIAIS DE CONSUMO	605
	PESSOAL	251
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	1.292
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	355
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1.826
	SERVIÇOS GRÁFICOS E DE REPRODUÇÃO	213
INEXIGIBILIDADE		686
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	418
	DESPESAS COM VIAGENS	4
	MATERIAIS DE CONSUMO	7
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	5
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	88
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	164
PREGAO		13.074
	ALUGUEIS E ENCARGOS	1.846
	BENEFÍCIOS SOCIAIS	2.692
	DEMAIS CUSTOS E DESPESAS GERAIS	244
	DESPESAS COM VIAGENS	2.056
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	91
	MATERIAIS DE CONSUMO	351
	SERVIÇOS CONTRATADOS - PJ	4.759
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	70
	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	681
	SERVIÇOS GRÁFICOS E DE REPRODUÇÃO	284
Total		40.704

Fonte: RM NUCLEUS – JAN/2015

* Convenio/Pagamento – diz respeito à transferência de recursos feita pelo SEBRAE/PI em atividades de convênios.

4.2.5. Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial

A Tabela 28 apresenta a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do SEBRAE/PI com a comparação entre 2013 e 2014 demonstrada em seus itens mais representativos. A estrutura apresentada esta de acordo com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09. Os dados foram obtidos através de balancetes e compatibilizados nos itens de receita e despesa com a execução orçamentária do Sistema de monitoramento Estratégico.

Tabela 28 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO -DRE- Valores em R\$ 1.000							
RECEITAS	EXECUÇÃO			DESPESAS	EXECUÇÃO		
	2013	2014	% Variação (c/b)		2013	2014	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária - CSO	32.128	38.493	19,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	14.185	15.862	11,8%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	10.108	12.935	28,0%	Serviços Profissionais e Contratados	19.251	24.369	26,6%
Convênios com Parceiros	1.709	425	-75,1%	Demais Despesas Operacionais	12.274	13.126	6,9%
Convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	Encargos Diversos	315	461	46,3%
Aplicações Financeiras	902	1.507	67,1%	Transferências para Parceiros	-	-	-
Empresas Beneficiadas/Outras	2.674	1.877	-29,8%	Diversas Não Orçamentárias	887	1.626	83,3%
Diversas Não Orçamentárias	173	406	134,7%				
SOMA	47.694	55.643	16,7%	SOMA	46.912	55.444	18,2%
Resultado Déficit Patrimonial	-	-	-	Resultado Superavit Patrimonial	782	199	-74,6%
SOMA	47.694	55.643	16,7%	SOMA	47.694	55.643	16,7%

Fonte: SME e Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL EM R\$ 1.000							
ATIVO	EXECUÇÃO			PASSIVO	EXECUÇÃO		
	2013	2014	% Variação (c/b)		2013	2014	% Variação (c/b)
Circulante	9.064	10.541	16,3%	Circulante	3.240	3.991	23,2%
Não Circulante	13.030	15.725	20,7%	Não Circulante	3.184	6.406	101,2%
Realizável de longo Prazo	3.087	5.536	79,3%	Patrimônio Líquido	15.670	15.869	1,3%
Investimentos	-	-	-				
Imobilizado	9.943	10.189	2,5%				
Intangível	-	-	-				
Total	22.094	26.266	18,9%	Total	22.094	26.266	18,9%

Fonte: SME e Contabilidade

Observações:

- Receita não orçamentária: variações monetárias ativas
- Despesas não orçamentárias: despesas com provisões, depreciação, amortização, baixa de ativo e variações monetárias passivas

A seguir são justificadas as variações ocorridas no Balanço Patrimonial acima de 15%.

Ativo Circulante – variação de 16,3%, motivada pelo aumento no saldo das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, originada do aumento na arrecadação da Contribuição Social Ordinária – CSO e Contribuição Social da Nacional – CSN, sendo estes valores aplicados tempestivamente enquanto não utilizados na execução das atividades, ações, programas e projetos da Entidade.

Ativo Realizável a Longo Prazo – variação 79,3%, decorreu do aumento na rubrica depósitos judiciais por conta do processo ajuizado junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – relativo às obrigações fiscais – INSS. Ressalte-se que desde abril/2012 a instituição vem recolhendo em juízo ao INSS, um percentual sobre folha de pagamento e serviços prestados – PF – Parte Empregador, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária.

Passivo Circulante – variação 23,2% correspondeu ao aumento do saldo das obrigações trabalhistas, com provisões de férias e os respectivos encargos sociais; aumento no volume de obrigações com o Sistema SEBRAE, referentes aos recursos recebidos de Contribuições Sociais Nacionais – CSN e não aplicados nos projetos específicos a que se destinam, devido à demora na aprovação destes projetos e conseqüentemente atraso no cronograma de execução física; pelos recursos de empréstimos recebidos junto ao Sebrae nacional com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1046, Centro (12/78 parcelas registradas no circulante).

Passivo Não Circulante – variação 101,2% - Esta variação correspondeu aos depósitos judiciais já mencionada acima no Ativo Realizável a Longo Prazo; pelos recursos de empréstimos recebidos do Sebrae Nacional e pela provisão para riscos fiscais relativas a COFINS sobre receitas de empresas beneficiadas - a Administração conservadoramente decidiu permanecer com o registro contábil da provisão para riscos fiscais (contingências) no exercício de 2014 enquanto não há uma definição definitiva sobre o tema.

4.2.6. Indicadores de Desempenho Financeiro

A Tabela 29 demonstra os Índices de Liquidez do SEBRAE Piauí de 2013 e 2014.

Tabela 29 – Índices de Liquidez

ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
ÍNDICE	INDICA	INTERPRETAÇÃO	ÍNDICE EM 31/12/2013	ÍNDICE EM 31/12/2014
Liquidez Corrente $\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	2,80	2,64
Liquidez Geral $\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida tota	Quanto Maior, Melhor	1,89	1,15
Liquidez Seca $\frac{AC-E}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	2,80	2,64

Fonte: Contabilidade

O índice de liquidez corrente superior a 1,0 (um) contribui para imagem positiva do SEBRAE frente aos seus fornecedores pelo fato de ter capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos prazos acordado

4.2.7. Indicadores de Desempenho Orçamentário

Os limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) para o Sistema SEBRAE estão divididos em dois grupos.

No primeiro grupo temos os indicadores que estabelecem limite efetivo para a ação dos SEBRAE UF e do SEBRAE Nacional. Neste conjunto estão os limites de gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios, Custeio Administrativo e Bens Móveis.

No segundo grupo, os indicadores que impõem um desafio de gestão, neste conjunto estão os Projetos Finalísticos Coletivos, a aplicação em Inovação e Tecnologia, a Capacitação de Recursos Humanos e o Esforço de Captação de Recursos Próprios da ordem de 10% (dez por cento) das receitas de Contribuição Social do exercício.

A Tabela 30 apresenta os limites orçamentários do SEBRAE/PI alcançados no exercício de 2014.

Tabela 30 – Limites Orçamentários em 2014 - SEBRAE/PI

Limites Orçamentários - Piauí				
Limite	Valor Limite	Valor Executado	% Executado	Situação
Inovação e Tecnologia - Mín. 20%	5.853	6.163	21,1%	OK
Capacitação de Recursos Humanos - Mín. 2% e Máx. 6%	Mín. 317 Máx. 952	683	4,3%	OK
Pessoal Encargos e Benefícios - Máx. 55%	23.127	15.758	37,5%	OK
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda - Máx 3,5%	2.126	2.077	3,4%	OK
Bens Móveis (Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias) –	1.325	337	25,4%	OK
Bens Imóveis - Aprovação prévia do CDN	0	735	0,0%	-
Custeio Administrativo (5% Lei 8.154/90 + Receitas Próprias) – Máx. de 100%	7.598	3.953	52,0%	OK
Contrapartida da Contribuição Social Ordinária - Mín. 10%	3.839	2.050	5,3%	Abaixo do Limite
Tecnologia da Informação e da Comunicação - Mín. 2%	768	1.010	2,6%	OK
Projetos Setoriais - Min. 50%	12.893	13.265	51,4%	OK
Fundo de Reserva - Máx 20%	12.969	2.892	4,5%	OK

Fonte: SME

A previsão de receita contrapartida não se confirmou devido a não efetivação das parcerias previstas na Feira do Empreendedor de 2014, baixa execução de receitas com a venda de espaços físicos em feiras devido a não realização dos eventos previstos, impossibilidade de repasse de parcelas de convênios PAPPE Integração, por causa da demora e indeferimento na prestação de contas de parcela anteriormente liberadas e por ultimo devido ao período eleitoral, vários parceiros a exemplo do governo estadual e prefeituras municipais preferiram assumir a execução de despesas de ações de alguns projetos ao invés de repassar recursos ao SEBRAE/PI.

4.3. Maiores Contratos e Favorecidos

Fornecedor: Agenda Promoções Ltda - Me
CNPJ: 05.015.469/0001-18

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
PREGÃO		2.575
Serviços Contratados	Organização e promoção de eventos	2.575
TOTAL		2.575

Fornecedor: Elétrica Locações e Eventos Ltda Me
CNPJ: 11.587.614./0001-38

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
DISPENSA		7
Serviços Contratados	Outros Serviços Contratados	7
PREGÃO		1.902
Alugueis e Encargos	Aluguel de Equipamentos de Informática	1.073
Alugueis e Encargos	Aluguel de Equipamentos de Áudio e Vídeo	47
Alugueis e Encargos	Aluguel de Máquinas em Geral	7
Alugueis e Encargos	Aluguel de Veículos	610
Serviços Contratados	Organização e Promoção de Eventos	157
Alugueis e Encargos	Outros Aluguéis e Encargos	8
TOTAL		1.909

Fornecedor: Alliance de Consultores e Instrutores do Brasil Ltda
CNPJ: 11.637.507/0001-77

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
CRENCIAMENTO		1.853
Serviços Especializados	Consultoria em Outras Naturezas	1.296
Serviços Especializados	Instrutoria para terceiros	557
TOTAL		1.853

Fornecedor: Open Tour Viagens e Turismo Ltda
CNPJ: 12.190.625/0001- 42

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
DISPENSA		214
Alugueis e Encargos	Aluguel de Veículos	92
Despesas com Viagens	Hospedagem e Alimentação de Terceiros	116
Despesas com Viagens	Passagens Rodoviárias	6
PREGÃO		1.636
Alugueis e Encargos	Aluguel de Veículos	5
Despesas com Viagens	Hospedagem e Alimentação de Terceiros	18
Despesas com Viagens	Outras Despesas de Viagem	1
Despesas com Viagens	Passagens Aéreas Internacionais – Pessoal	10
Despesas com Viagens	Passagens Aéreas Internacionais - Terceiros	10
Despesas com Viagens	Passagens Aéreas Nacionais – Pessoal	660
Despesas com Viagens	Passagens Aéreas Nacionais – Terceiros	930
Despesas com Viagens	Passagens Rodoviárias	2
TOTAL		1.850

Fornecedor: CJflash Marketing e Design Ltda - EPP
CNPJ: 05.205.047/0001-05

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
CONCORRENCIA		1.538
Serviços Gráficos e de Reprodução	Confecção de Materiais Promocionais	296
Demais Custos Despesas Gerais	Fretes e Carretos	10
Serviços Gráficos e de Reprodução	Impressão Gráfica	340
Serviços Contratados	Organização e Promoção de Eventos	8
Serviços Contratados	Outros Serviços Contratados	1
Serviços Gráficos e de Reprodução	Outros Serviços Gráficos	17
Serviços Especializados	Outros Serviços Técnicos Especializados	22
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Outros Serviços de Divulgação/ Public.	139
Serviços Gráficos e de Reprodução	Outros Serviços de Reprodução	44
Material de Consumo	Produtos Alimentícios	3
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Produção e Edição de Anúncios	236
Demais Custos Despesas Gerais	Publicações Legais	7
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de Anúncio em Rádio	84
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de Anúncio em TV	177
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de Anúncios em Jornal	61
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de Anúncios em Revista	22
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de anúncios em internet	32
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de anúncios em outras mídias	39
TOTAL		1.538

Fornecedor: Plug Propaganda e Marketing Ltda - EPP
 CNPJ: 07.484.108/0001- 46

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
CONCORRENCIA		1.357
Serviços Gráficos e de Reprodução	Impressão Gráfica	39
Serviços Gráficos e de Reprodução	Outros Serviços Contratados	20
Divulgação ,Anúncios , Public. e propag.	Outros Serviços de Divulgação / Public.	239
Serviços Especializados	Produção de Materiais Audiovisuais	15
Divulgação ,Anúncios , Public. e propag.	Produção e Edição de Anúncios	173
Serviços de Comunicação em Geral	Serviço de Transmissão de Dados em Rede	26
Divulgação ,Anúncios , Public. e propag.	Veiculação de Anúncio em TV	341
Divulgação ,Anúncios , Public. e propag.	Veiculação de Anúncios em Jornal	196
Divulgação ,Anúncios , Public. e propag.	Veiculação de Anúncios em Revista	177
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de anúncios em internet	126
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de anúncios em outras mídias	5
CRENCIAMENTO		1
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Outros Serviços de Divulgação / Public.	1
DISPENSA		7
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Outros Serviços de Divulgação / Public.	1
Divulgação, Anúncios, Public. e propag.	Veiculação de Anúncios em Jornal	6
TOTAL		1.365

Fornecedor: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A.
 CNPJ: 69.034.668/0001-56

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
PREGÃO		1.308
Benefícios Sociais	Auxílio Alimentação	1.308
TOTAL		1.308

Fornecedor: Rede de Consultores e Instrutores do Brasil Ltda.
 CNPJ: 12.354.793/0001-26

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
CRENCIAMENTO		1.245
Serviços Especializados	Consultoria em Outras Naturezas	985
Serviços Especializados	Instrutoria para terceiros	258
Serviços Contratados	Outros Serviços Contratados	1
TOTAL		1.245

Fornecedor: Unimed Seguros Saúde S/A
 CNPJ: 04.487.255/0001-81

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
PREGÃO		1.169
Benefícios Sociais	Assistência Médica e Odontológica	1.169
TOTAL		1.169

Fornecedor: Controle Consultoria do Brasil LTDA
 CNPJ: 13.257.344/0001-22

Modalidade e Natureza Nível 4º	Elemento de Despesa	Valor em mil R\$
CREENCIAMENTO		1.066
Serviços Especializados	Consultoria em Outras Naturezas	897
Serviços Especializados	Instrutoria para terceiros	169
TOTAL		1.066

4.4. Maiores Contratos para Obras de Engenharia

Fornecedor: ABM Engenharia, Construções e Incorporações LTDA
 CNPJ: 97.534.895/0001-86

Concorrência	Natureza da Despesa	Valor R\$ mil
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	735
	Obras em andamento	
TOTAL		735

Fornecedor: Conexão Engenharia LTDA
 CNPJ: 06.865.694/0001-06

Concorrência	Natureza da Despesa	Valor R\$ mil
	IMOBILIZAÇÕES TANGÍVEIS	108
	Obras em andamento	
TOTAL		108

4.5. Informações sobre Transferências

4.5.1. Convênios

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual
Convênio – S/N - JUCEMG	-	-	-	-	-	-

No exercício de 2014 não houve ocorrência de prestação de contas final. Foi formalizado um convênio com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais destinado a viabilizar o desenvolvimento e implementação do projeto Integrar no Estado do Piauí. O Convênio foi assinado em 09.12.2014, cuja participação financeira do SEBRAE/PI será de R\$ 397.770,00 (Trezentos e noventa e sete reais). No exercício de 2014 não houve transferências de recursos por parte do SEBRAE/PI para esta parceria.

4.5.2. Outras Transferências

Tabela 31 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2014

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual
Contr. Rep. 001/11	56.698	-	56.698	-	-	-
Contr. Rep. 002/11	53.828	-	53.828	-	-	-
Contr. Rep. 003/11	81.000	-	81.000	-	-	-
Contr. Rep. 004/11	52.114	-	-	-	52.114	-
Contr. Rep. 001/13	65.151	-	-	-	65.151	-
Contr. Rep. 002/13	120.000	80.000	120.000	-	-	80.000
Contr. Rep. 003/13	114.000	-	-	-	114.000	-
Contr. Rep. 004/13	119.705	79.803	119.705	-	-	79.803
Termo de Parceria 01/2014	-	10.100	-	10.100	-	-
Termo de Parceria 02/2014	-	9.550	-	9.550	-	-
TOTAL	662.496	179.453	431.231	19.650	231.265	159.803

Os contratos de repasse estão demonstrados em valores originais sem a inclusão de rendimentos, contrapartidas das entidades parceiras e eventuais ajustes:

Instrumentos	Vigentes em 31/12/2014	
	Exercícios Anteriores	Exercício Atual
QUANTIDADE	8	2

* Contratos de repasse firmados em exercício anteriores a 2014, que tiveram valores transferidos durante o exercício de 2014, devem constar da planilha, tanto em valores transferidos quanto em valor total do convênio.

Contratos	Valor prestado conta em 2014
Quantidade	3
Valores	191.526

Em 2014 existe apenas 1 (um) convênio vigente, porém sem repasse ou execução, atualmente. O SEBRAE/PI administra ainda contratos de repasse sendo um remanescente de 2011 e quatro assinados em 2013. Sobre quais é exercido acompanhamento no que diz respeito à vigência, processos de prestação de contas e recomendações acerca de eventuais irregularidades.

Estes contratos se referem ao desenvolvimento de ações ao âmbito do Programa de Apoio a Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PAPPE Integração, recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, entidade integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia e que objetivam promover o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação para o aumento da competitividade das MPE piauienses, através do desenvolvimento de novos produtos e/ou processos.

O PAPPE - Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - PAPPE Integração, doravante denominado PAPPE INTEGRAÇÃO, possibilitou ao SEBRAE/PI levar às MPE's do estado recursos para incrementar a inovação e gerar competitividade; os impactos causados pelo Programa são inúmeros. Podemos destacar a cultura da inovação e o fortalecimento do capital intelectual, como principais impactos causados pelo programa dentro das empresas, sem contar com o desenvolvimento de novos produtos.

No exercício de 2014 as prestações de conta no âmbito do SEBRAE/PI foram analisadas sempre sob duas vertentes: parte financeira e técnica.

A parte financeira das prestações de contas é analisada no Setor de Contratos. Neste Setor o SEBRAE/PI dispõe de um Analista auxiliado por dois estagiários. A Supervisão é feita pela Gerência da Unidade de Controle Interno.

Já na parte técnica O SEBRAE/PI possui um corpo de pessoal treinado para a função de gerenciar a execução de projetos. Cada parceria é acompanhada em sua parte técnica e de execução por analistas vinculados às Unidades Técnicas. Desta forma as verificações e fiscalizações in loco são sempre acompanhadas por técnicos ou consultores credenciados que emitem parecer sobre os níveis de conformidade de cada etapa da parceria.

Essas informações são juntadas à fiscalização da execução financeira feita pelo Setor de Contratos e enviadas a Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC para procedimentos de baixa contábil se houver aprovação.



5. Gestão Administrativa

5. Gestão Administrativa

5.1. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1.1 Estrutura de Pessoal

A estrutura de pessoal do SEBRAE/PI está descrita a seguir.

a) Demonstração da força de trabalho

O quadro de empregados do SEBRAE/PI em 2014 totalizou em 133 (cento e trinta e três) pessoas, sendo 128 (cento e vinte e oito) empregados por tempo indeterminado e 05 (cinco) são empregados indicados.

Dos 133 empregados, 62 (sessenta e dois) estão lotados na área Meio e 71 (setenta e um) estão lotados na área Fim.

Ocorreram alguns afastamentos superiores há 15 dias:

- 02 licenças maternidade e 03 afastamentos temporários com suspensão de remuneração, solicitados por motivos pessoais.

b) Qualificação da força de trabalho com estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

Os 133 (cento e trinta e três) colaboradores do SEBRAE/PI estão assim classificados:

Tabela 32 – Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional)

Espaço Ocupacional	Quantidade	%
Analista	101	75,94%
Assistente	27	20,30%
Assessor	05	3,76%
Total	133	100%

Tabela 33 - Perfil de Escolaridade por faixa

Nível de Escolaridade	Quantidade
Fundamental Incompleto	----
Fundamental Completo	08
Médio Incompleto	----
Médio Completo	07
Superior Incompleto	08
Superior Completo	66
Especialização Incompleta	03
Especialização Completa	38
Mestrado	03
Doutorado	----
Total	133

Tabela 34 - Perfil de Idade

Faixa Etária	Quantidade
Menos de 21 anos	---
De 22 a 30 anos	16
De 31 a 40 anos	28
De 41 a 50 anos	42
De 51 a 60 anos	35
De 61 a 70 anos	12
Acima de 70 anos	---
Total	133

c) Custos associados à manutenção de Recursos humanos

Os custos associados à manutenção de Recursos Humanos somaram o recurso de R\$ 15.962.764,34 (quinze mil reais, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais, tinta e quatro centavos), divididos nas seguintes rubricas

Tabela 35 – Custos de Recursos Humanos

Despesa	Valor (R\$ 1,00)
Salários e gratificação	9.815.264,81
Benefícios	2.895.014,73
Encargos trabalhistas	3.252.484,80
TOTAL	15.962.764,34

d) Inativos e pensionistas

Não houve ocorrência de aposentadoria por invalidez em 2014.

e) Indicadores Gerenciais sobre RH

• **Indicador:** Turn Over

Definição: O cálculo do índice de rotatividade de pessoal (turnover) é baseado no volume de todas as admissões e demissões de pessoal em relação aos recursos humanos disponíveis no Sebrae, dentro de certo período de tempo, e em termos percentuais.

Forma de cálculo:

$$\frac{\text{Total de admitidos no ano} + \text{total de demitidos no ano}}{2} \div \text{Quadro de funcionários do ano anterior} \times 100$$

$$\frac{(15) + (3)}{2} \div 121 \times 100 = 7,43\%$$

A taxa de turn over foi de 7,43%, devido ao número de novos empregados admitidos via processo seletivo público realizado em 2014.

- **Indicador:** Média do Investimento em capacitação por empregado.

Definição: O cálculo do investimento realizado em cada empregado, em média, é feito com base no volume total de recursos aplicados em capacitação e no total de empregados.

Forma de cálculo: Total de recursos aplicados em capacitação / Total de empregados

R\$ 790.716,26 / 133 = R\$ 5.945,24 / empregado

Foi investido, em média, R\$ 5.945,24 em cada empregado, para capacitação, a fim da equipe de colaboradores estar mais apta para o trabalho que desenvolve.

5.1.2. Mão de Obra Terceirizada e Estagiários

5.1.2.1. Mão de Obra Terceirizada

Tabela 36 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante								
Nome: SEBRAE/PI								
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Despesa executada no contrato	Situação do Contrato
					Início	Fim		
2011	V	0	005/11	12.066.015/0001-31	15.03.11	14.03.15	220.550	P
2013	L	0	002/13	04.267.260/0001-89	20.03.13	19.03.15	467.349	P
2014	V	0	033/14	19.923.146/0001-37	25.08.14	20.02.15	10.503	P
Observações:								
LEGENDA								
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.								
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

Tabela 37 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-obra

Unidade Contratante								
Nome: SEBRAE/PI								
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Despesa executada no contrato	Situação do Contrato
					Início	Fim		
2009	9	0	014/09	07.274.903/0001-00	02.03.09	01.03.14	7.605	E
2009	6	0	016/09	04.878.886/0001-21	23.03.09	22.03.14	9.501	E
2013	8	0	050/13	07.972.506/0001-01	23.09.13	22.09.15	105.745	P
2013	2	0	028/13	11.587.614/0001-38	01.08.13	31.07.15	*	P
2013	2	0	029/13	11.587.614/0001-38	01.09.13	31.08.15	*	P
2013	2	0	030/13	11.587.614/0001-38	01.09.13	31.08.15	*	P
2013	2	0	031/13	11.587.614/0001-38	01.09.13	31.08.15	*	P
2013	2	0	032/13	11.587.614/0001-38	01.09.13	31.08.15	*	P
2013	2	0	033/13	11.587.614/0001-38	01.09.13	31.08.15	*	P
2014	9	0	031/14	03.181.379/0001-71	21.07.14	20.07.15	42.525	A
2014	6	0	09/14	10.476.972/0001-00	11.04.14	10.04.15	117.526	A
2014	12	0	073/14	06.865.694/0001-06	24.11.14	23.11.15	107.834	A

Observações: * O custo total anual dos contratos supracitados + contratos 034/13 e 035/13 de locações sem mão de obra + outras locações eventuais, no exercício de 2014, foi da ordem de R\$ 864.750,00 (Oitocentos sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

LEGENDA

Área:

1. Segurança
2. Transportes
3. Informática
4. Copeiragem
5. Recepção
6. Reprografia
7. Telecomunicações
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

Tabela 38 - Contratos de Prestação de Serviços com locação de Mão-de-obra

Unidade Contratante								
Nome: SEBRAE/PI								
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Despesa executada no contrato	Situação do Contrato
					Início	Fim		
2012	2	O	024/12	06.855.175/0001-67	12.06.12	11.06.15	63.008,19	P
2012	12	O	024/12	06.855.175/0001-67	12.06.12	11.06.15	330.792,68	P
Observações: Área 12 – Outros (Apoio Administrativo sem Menores Aprendizizes)								
LEGENDA								
Área:								
1. Segurança								
2. Transportes								
3. Informática								
4. Copeiragem								
5. Recepção								
6. Reprografia								
7. Telecomunicações								
8. Manutenção de bens móveis								
9. Manutenção de bens imóveis								
10. Brigadistas								
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes								
12. Outras								
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
Observações:								

Fonte: Unidade de Gestão Pessoas

5.1.2.2. Estagiários

O total de estagiários no SEBRAE/PI no encerramento do exercício de 2014 foi de 107 (cento e sete), cada estagiário cumpre o expediente de 04 h/dia.

Tabela 39 – Estagiários por Escolaridade

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ mil)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	86	93	96	85	
1.1 Área Fim	66	74	76	67	
1.2 Área Meio	20	19	20	18	
2. Nível Médio	14	14	21	22	
2.1 Área Fim	2	1	1	1	
2.2 Área Meio	12	13	20	21	
3. Total (1+2)	100	107	117	107	802.910,47
Análise Crítica					

5.1.3. Desoneração da Folha de Pagamento

Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, temos a esclarecer que:

- Existe o Contrato nº 073/14-SEBRAE/PI, celebrado com a empresa Conexão Engenharia Ltda, CNPJ nº 06.865.694/0001-06 que foi beneficiado pela desoneração, cuja revisão será realizada no presente exercício;
- O Contrato beneficiado pela desoneração foi firmado em novembro de 2014, com prazo de vigência para 12(doze) meses. O mesmo sofrerá análise para confirmação da possibilidade de obtenção administrativa do ressarcimento de valores eventualmente pagos a maior (elisão do dano);
- Demonstrativo dos contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração:

Tabela 40 – Desoneração da Folha

Unidade Contratante	Contrato				Empresa Contratada		Economia Obtida
	Nº	Objeto	Vigência	Status	Identificação	CNPJ	
SEBRAE/PI	073/14	Prestação de serviços de instalação de Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, no Edifício Sebrae/PI	24.11.14 a 23.11.15	V	Conexão Engenharia LTDA	06.865.694/0001-06	*

*Não existe estudo concluído sobre a economia obtida com a possível redução de valor do contrato mencionado, afetado pela desoneração.

Nota: V = Vigente E = Encerrado

5.2. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

5.2.1. Veículos Próprios ou Locados de Terceiros

5.2.1.1. Frota de Veículos Próprios

Tabela 41 - Veículos Próprios

Item	Placa	Ano Fab/Mod.	Modelo	Unidade
1	NIM-9665	2010/2011	Palio Weekend Attrac	Teresina - Sede
2	OEH-6279	2011/2012	L-200 Outdoor 4X4 GLS	Teresina - Sede
3	NIV-1767	2011/2012	Fiat Uno Mille Way Econ	Teresina - Sede
4	OVW-3299	2013/2014	Palio Weekend Trekking	Teresina - Sede
5	OVW-3339	2013/2014	Palio Weekend Trekking	Teresina - Sede
6	OUD-6625	2013	L-200 Triton 3.2 L GLX	Florianópolis
7	OVX-1693	2014	Veículo Utilitário	Picos
8	LVU-6067	2005/2006	Ônibus Agrale	Teresina - Sede
9	LVV-6227	2005/2006	Veículo Mr. Iveco	Teresina - Sede
10	OVW-6427	2013/2014	Palio Weekend Trekking	Parnaíba

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

A gestão da frota de veículos próprios ou locados de terceiros é realizada pela Unidade de Gestão Administrativa, através do setor de transportes, onde são atendidas as demandas de todas as unidades do SEBRAE/PI pela ordem de recebimento. As solicitações de viagens são cumpridas obedecendo a um cronograma previamente estabelecido.

Todos os veículos são segurados (cobertura total contra danos, furto e roubo) e os licenciamentos são providenciados sempre em data anteriores a de vencimento dos documentos vigentes. O custo mensal de manutenção da frota de veículos é variável, em função da quilometragem percorrida de cada automóvel.

Para cumprimento da demanda de trabalho e manutenção dessa frota, inclusive consumo de combustíveis, a empresa tem um custo anual de:

Tabela 42 - Veículos Próprios e Locados

Item	Discriminação	R\$
1	Veículos Próprios	-
1.1	Combustíveis, lavagem e lubrificantes	211.493,87
1.2	Seguros	44.306,04
1.3	Manutenção e Reparos	30.151,52
2	Veículos Locados (*)	864.750,23
Total		1.150.701,66

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

(*) Inclusive ônibus, micro ônibus e vans para transporte de caravanas.

5.2.1.2 Frota de Veículos Locados de Terceiros

Tabela 43 - Veículos Locados Terceiros

Item	Ano Fab/Mod	Modelo	Contratos Vigentes	Unidade
1	2012/2013	Executivo tipo sedan	028/13	Teresina - Sede
2	2012/2013	Station wagon	029/13	Parnaíba
3	2012/2013	Pick up cabine dupla	030/13	São Rdo. Nonato
4	2012/2013	Pick up cabine dupla	031/13	Parnaíba
5	2012/2013	Pick up pequena	032/13	Teresina - Sede
6	2012/2013	Minivam	033/13	Piripiri
7	2012/2013	Pick up cabine dupla	034/13	Teresina - Sede
8	2012/2013	Pick up cabine dupla	035/13	Teresina - Sede

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

A frota de veículos locados é cedida com todas as garantias e assistência técnica, cabendo a Contratante assumir os custos com abastecimento e higienização semanal.

As locações de veículos com motorista no decorrer do exercício são feitas sob a demanda e necessidade de cada projeto/ação, mediante autorização da Diretoria Executiva.

5.2.2. Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locados de Terceiros

5.2.2.1 Patrimônio Imobiliário Próprio

Tabela 44 – Imobiliário Próprio

Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de Mercado
Av. Campos Sales, 1046-centro, Teresina/PI	1994	Edificação sede própria	413.532	39.064.668
Rua Rui Barbosa, 762-centro, Teresina/PI	1995	Edificação centro de treinamento (*)	82.514	565.250
Rua Almirante Gervásio Sampaio, 767-centro, Parnaíba/PI	1996	Edificação unidade regional de Parnaíba	200.000	1.100.000,00
Rua Marcos Parente, 429-centro, Picos/PI	2008	Edificação unidade regional de Picos	434.529	880.000,00
Rua Simplício Mendes, 771-centro, Teresina/PI	2012	Estacionamento	500.000	597.550

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

(*) A construção do centro de treinamento foi iniciada no exercício de 2014, com previsão de término para o II semestre de 2015.

A manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias e de aparelhos de ar condicionados é feita com programação prévia, a mão de obra contratada trabalha constantemente, com objetivo de realizar a manutenção preventiva, detectar possíveis falhas, defeitos, etc. que prontamente são sanados, acarretando um custo anual de R\$ 565.101,36 (quinhentos sessenta e cinco mil, cento e um reais e trinta e seis centavos).

Em relação a sistema de prevenção e combate a incêndio, foi celebrado em 24 de novembro de 2014 o contrato nº CD 073/14 com a empresa Conexão Engenharia Ltda, no valor de R\$ 374.175,13 (Trezentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e cinco reais e treze centavos), cujo objeto é a prestação de serviços de instalação de Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, no Edifício Sede do SEBRAE/PI.

5.2.2.2 Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros

Tabela 45 - Patrimônio Imobiliário Locado de Terceiros

Contrato Nº	Endereço	Destinação	Valor Anual da Locação	Unidade
010/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 419-centro, Floriano/PI	Unidade Regional de Floriano	25.142	Floriano
040/13	Av. Eurípedes de Aguiar, 417-centro, Floriano/PI	Auditório da Unid. Reg. Floriano	18.400	Floriano
023/10	Rua Tersandro Paz, 2635 - Piçarra, Teresina/PI	Depósito SEBRAE	55.197	Teresina-Sede
004/11	Rua Rui Barbosa, 805-centro, Teresina/PI	Central Fácil de Atendimento	42.721	Teresina-Sede
025/11	Rua Rui Barbosa com av. Campos Sales-centro, Teresina/PI	Estacionamento	20.880	Teresina-Sede
035/14	Av. Campos Sales, 1041/42 - centro, Teresina/PI	Estacionamento	20.000	Teresina-Sede
02199/02	Av. Campos Sales, 857 - centro, Teresina/PI	Arquivo	13.742	Teresina-Sede
08458/01	Rua Rui Barbosa, 826 sala 01-centro, Teresina/PI	Arquivo	4.287	Teresina-Sede
L0872-1244/2011-1	Av. Senador Joaquim Pires, 1043-centro, Luiz Correia/PI	02(duas) lojas no shopping amarração	27.906	Parnaíba

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

O custo total anual com locações de imóveis de terceiros, no exercício de 2014, foi da ordem de R\$ 228.275,00 (Duzentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e cinco reais).

Com objetivo de disciplinar as contratações das locações mencionadas foi implantada a Instrução Normativa nº 003/14 de 16.04.2014, com objetivo de estabelecer diretrizes para a contratação e/ou renovação de serviços de locações de imóveis de terceiros.

5.2.3 Patrimônio Imobiliário Cedido em Regime de Comodato

O SEBRAE/PI mantém contrato de parceria com a Associação Comercial e Industrial de Piri-piri, cujo objeto é a cessão de bem imóvel em regime de comodato à Rua Santos Dumont, nº 854 na cidade de Piri-piri/PI, onde está instalada e em funcionamento a Unidade Regional, como também, com a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, cujo objeto é a cessão de bem imóvel em regime de comodato, à Av. Professor João Menezes s/n na cidade de São Raimundo Nonato, onde está instalada e em funcionamento a Unidade Regional.

Tabela 46 – Patrimônio Imobiliário Cedido em Regime de Comodato

Item	Contrato N°	Vigência
Unidade Regional de Piripiri	S/N	30/09/2011 a 30/09/2021
Unidade Regional de São Raimundo Nonato	S/N	Encerrada. Em fase de Renovação.

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

5.3. Gestão da Tecnologia da Informação

Durante o ano de 2014, a Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação do SEBRAE/PI trabalhou diretamente na Gestão e Execução do Projeto de Gestão de Tecnologia da Informação, onde as principais ações de TI foram desenvolvidas em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do SEBRAE /PI.

Os sistemas utilizados no SEBRAE/PI são implantados de acordo com as demandas dos usuários, seguindo suas necessidades e estudo de viabilidade técnica e financeira. Durante o ano de 2014, o Sebrae/PI trabalhou ativamente com os seguintes sistemas:

- Siacweb – Sistema de Atendimento – Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações. Realiza a execução física do Sebrae/PI.
- TOTVs RM – Sistema de Gestão administrativa – Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas. Realiza toda a execução financeira do Sebrae/PI de acordo com o orçamento planejado no SGE.
- GED SeSuite – Sistema de GED/Workflow – Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.
- SGE: Sistema de Gestão Estratégica – Sistema que organiza e integra as informações referentes aos processos e operações de planejamento, orçamento, estruturação e gerenciamento de projetos e atividades, em tempo real, permitindo a tomada de decisão nos diversos níveis da organização.
- SME – Sistema de Monitoramento estratégico - Software que permite a consolidação das diversas bases de dados do SEBRAE entre elas SGE, Siacweb e RM para acesso e geração de relatórios gerenciais em formato de tabelas e gráficos.
- Sense: Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores (Em implantação).
- IntegraEventos: Sistema de Credenciamento da Feira do Empreendedor – Permite o cadastro de todos os visitantes da feira, inscrições on line, participação nas capacitações realizadas na feira e emissão de certificado on line.

Durante o ano, também foi identificada a necessidade de implantar os seguintes novos Sistemas:

- Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores, pela necessidade de o Sebrae/PI dispor de um sistema de inteligência do Negócio (Business Intelligence) que permita integrar e consolidar suas informações em um único local, de forma rápida, interativa, intuitiva, simples, confiável e customizável de acordo com o ambiente, demandas e estratégias

do Sebrae no Piauí. Foi realizada licitação para contratação da solução descrita e o contrato está em execução.

- Sistema de Credenciamento da Feira do Empreendedor. Foi realizada a contratação de sistema que permitisse a Gestão de credenciamento da Feira do Empreendedor 2014.
- Sistema de Gestão dos atendimentos de TI. Sistema a ser adquirido. Em 2014, foi realizado um planejamento inicial e inserção do mesmo no planejamento do Projeto de TI a ser executado em 2015.

O processo de contratação utilizado pela UTIC obedece todas as regras e regulamentos definidos pelo SEBRAE/PI, e durante o ano de 2014, foram vigentes os seguintes contratos:

Tabela 47 – Avaliação da Estrutura e Gestão da TI

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo R\$	Valores Desembolsados 2014 R\$
			CNPJ	Denominação		
AD 046/13	Manutenção e Suporte técnico no Sistema SeSuite(GED).	01/01/2014 a 31/12/2014	00.449.824/0001-43	SoftExpert Software S.A	19.470,36	19.470,36
CD 018/2014	Locação de equipamentos de informática na Sede do Sebrae/PI.	12/03/2014 a 11/03/2015	11.587.614/0001-38	Elétrica Locações e Eventos Ltda.	464.114,28	348.085,71
CD 019/2014	Locação de equipamentos de informática nos Escritórios Regionais do Sebrae/PI.	12/03/2014 a 11/03/2015	11.587.614/0001-38	Elétrica Locações e Eventos Ltda.	131.079,24	98.309,43
CD 04/2014	Serviços de consultoria especializada no Modelo de Excelência da Gestão da FNQ - Fundação Nacional da Qualidade para aprimoramento da Gestão do SEBRAE/PI.	12/03/2014 a 17/03/2015	09.462.670/0001-02	Holus gestão Empresarial e Educacional LTDA.	267.552,00	240.796,80
CD 029/2014	Uso de software para análise de negócios e monitoramento de indicadores chaves em tempo real.	17/09/2014 a 16/09/2015	01.239.608/0001-36	Infoway Tecnologia e Gestão em Saúde Ltda.	43.800,00	10.950,00

A UTIC também coordenou as ações de implantação da Gestão por Processos, realizando inicialmente as definições, mapeamento e implantação dos principais processos identificados no Sebrae Piauí e a criação do Núcleo de Processos e Gestão.

A Unidade de Tecnologia da Informação do Sebrae/PI vem passando por um processo permanente de modernização de toda a sua infraestrutura, ressaltando os investimentos realizados para os equipamentos de comunicação e armazenamento de dados a fim de manter a segurança, integridade, consistência e transparência de todas as informações automatizadas no

Sebrae/PI. Assim como a atualização permanente das estações de trabalho (desktops e notebooks) para todos os colaboradores do Sebrae/PI.

O Sebrae/PI também participou, em 2014, de uma compra conjunta de Licenças Microsoft liderada pelo Sebrae Nacional, a fim de manter todo o parque tecnológico seguro e atualizado, através do uso legal de Software.

Ainda em 2014, a Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação do Sebrae/PI coordenou o Programa de Avaliação da Gestão no Sebrae/PI, conduzido pela Fundação Nacional da Qualidade, e no Relatório Final apresentado, a UTIC continua sendo considerada um eixo propulsor da Gestão no Sebrae Piauí.

5.4. Outros Assuntos Administrativos

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Como forma de assegurar a qualidade da força de trabalho do SEBRAE/PI, foi investido recurso no valor de R\$ 790.716,26 (setecentos e noventa mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos) em Capacitação, englobando aí programa de Desenvolvimento de Lideranças local e internacional, Mestrado em Desenvolvimento Territorial, formação de Especialistas em Gestão de Pequenos Negócios, Capacitação Inicial para novos empregados, Capacitação para Estagiários, subsídio a Pós-graduação e a Língua Estrangeira, diversos treinamentos In Company e eventos de mercado.

Os participantes das programações de capacitação são os estagiários, assistentes, analistas e dirigentes do SEBRAE/PI.

Ações de Qualidade de Vida no Trabalho

Sabedor da importância da qualidade de vida para a saúde do trabalhador, o SEBRAE/PI desenvolveu várias ações cujo objetivo é promover o bem estar, a segurança no ambiente de trabalho e o combate a doenças relacionadas ao trabalho.

As principais ações foram as seguintes:

- **Fisioterapia Preventiva:** é um conjunto de atividades que buscam eliminar ou minimizar riscos relacionados à saúde ocupacional, a saber:
- **Ginástica laboral:** realizada 3 vezes na semana, no próprio ambiente de trabalho, com exercícios de alongamento e fortalecimento de músculos exigidos na atividade laboral.
- **Massagens anti-estresse:** massagem expressa corporal, em torno de 15 minutos, privilegiando o relaxamento, para o combate ao estresse.
- **Ergonomia:** estudo da posição corporal nos postos de trabalho, visando a redução de dores físicas e elegendo a melhor postura física para o desempenho da função.
- **Orientação para educação corporal e educação alimentar:** palestras e informativos sobre a saúde e nutrição, buscando o controle do peso corporal, o combate ao sedentarismo e a manutenção de hábitos saudáveis para corpo e mente.
- **Aferição da pressão arterial:** verificação mensal da pressão arterial dos colaboradores, visando identificar prováveis doenças e, se for o caso, encaminhar para a medicina especializada.

- PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional): visam identificar e tratar os perigos e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador quais nos apontam os riscos existentes e que devem ser tratados ao longo do ano. As dependências da empresa são vistoriadas e são observadas as condições físicas do local de trabalho, que podem causar prejuízos à saúde do trabalhador, para se façam as intervenções necessárias.

Provimento de Pessoal

Em 2014, foi realizado no segundo semestre, 01 processo seletivo público, visando o provimento de 23 vagas, sendo 03 para Assistentes e 20 para Analistas, e a criação de Banco de Reserva de candidatos, válido por 02 anos.

O provimento foi feito com base no Planejamento Estratégico de Pessoal, o qual envolveu todas as gerências participando na identificação das vagas e perfis necessários para compor a força de trabalho do SEBRAE/PI.

Para realizar o processo, terceirizou-se empresa especializada em Recrutamento e Seleção, e nele foram cumpridos fielmente os princípios da impessoalidade e publicidade.

Do total de aprovados, já foram convocados e assumiram seus postos de trabalho, 12 candidatos.



6. Sustentabilidade

6. Sustentabilidade

6.1. Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Materiais de TI e na Contratação de Serviços ou Obras

Conforme citado no relatório do exercício anterior, o SEBRAE/PI tem buscado a conscientização de todos no desenvolvimento de suas ações, objetivando o desenvolvimento de atitudes e ações voltadas para preservar o meio ambiente e evitar os desperdícios (busca pela menor relação custo/benefício), principalmente através da adoção de uma cultura voltada para resultado, tanto nos projetos finalísticos quanto nos de gestão interna.

A construção do Centro de Treinamento, iniciada em 2014, adota instrumentos regulatórios para as obras públicas, respeitando a Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 12, que trata das especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, que devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Além disso, o SEBRAE/PI através do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores vem capacitando os fornecedores de produtos e serviços como forma de garantir eficiência e produtividade, pontualidade nas entregas, menos desperdício e mais qualidade nas entregas com foco nos requisitos de alto padrão em sustentabilidade.

6.2. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O SEBRAE/PI vem adotando medidas para estimular o uso racional dos recursos, principalmente voltadas para a redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

- Reforma nas Unidades Regionais: melhorias no sistema de iluminação, através do uso de luminárias e lâmpadas que proporcionam melhor iluminação do espaço interno e economia de energia, além da adaptação das unidades para a acessibilidade aos clientes com dificuldade de locomoção;
- Utilização de sistemas eletrônicos de documentos como GEDWORKFLOW, Siacweb e RM, bem como a implantação de sistema de controle de impressões e cópias para viabilizar a redução do consumo de papel;
- Destinação de material reciclável;
- Coleta seletiva para recolhimento de resíduos da sede do SEBRAE/PI;

Em 2014, sob a ótica da Metodologia de Excelência em Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) foi feita a inserção do tema no Mapa Estratégico do SEBRAE/PI.

Para dar maior destaque e ampliar ação do SEBRAE/PI no sentido de promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade, o PPA de 2015 contempla o **Projeto Gestão Ambiental e Sustentabilidade** como um dos focos estratégicos da instituição.



7. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

7. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

7.1. Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Tabela 48 - Deliberações do TCU Atendidas

Deliberações do TCU Atendidas					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-029.601/2013-4	439/2014 – 1ª CÂMARA	1.7.	Prestação de Contas	Acórdão
Descrição da Deliberação:					
1.7. Dar ciência ao Sebrae/PI que a falta de formalização de alvarás de funcionamento de seus prédios, ou a não atualização da validade dos mesmos, bem assim, a ausência de projetos de prevenção e combate a incêndios dos imóveis sob sua responsabilidade, dificultam a adoção de providência ante possíveis acidentes decorrentes de incêndios, além de constituir motivo para a determinação da paralisação das atividades da instituição em função de interdição dos prédios por parte dos órgãos de fiscalização competentes.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					
Unidade de Gestão Administrativa					
Síntese da Providência adotada					
Inicialmente foram atualizados e regularizados todos os Alvarás de Funcionamento dos prédios onde funcionam unidades do SEBRAE/PI. Adicionalmente foram contratados os planos de combate incêndio. A Sede em Teresina, maior ponto de operação do SEBRAE/PI, teve seu plano de combate a incêndio concluído e aprovado pelo Corpo de Bombeiros. As adaptações físicas no prédio do SEBRAE/PI estão sendo concluída por empresa de engenharia contratada através da Concorrência nº 05/2014 destinada a Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de Instalação de Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, no Edifício Sede, do SEBRAE/PI					

Tabela 48.1- Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento

Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1					
Descrição da Deliberação:					
Justificativa para o não atendimento					
Setor responsável pela implementação					
Não houve ocorrência no período.					

7.2 Tratamento das Recomendações feitas pela CGU

Tabela 49 - Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas

Recomendações da CGU atendidas			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 713/2014/CGU-Regional/PIO/CGU/PR	2.1.1.1-Fragilidades na Gestão Patrimonial Imobiliária do Sebrae/PI	Informações encaminhadas.
Descrição da Recomendação			
<p>Nº OS: 201308607 – Nº Constatação: 015 – Nº da Recomendação: 001 Implantar rotinas, procedimentos internos formalizados e mecanismos de identificação de riscos na gestão de bens imóveis, procedendo à pesquisa de mercado e a avaliação prévia dos imóveis locados de terceiros, providenciando a devida formalização dos processos de locação, bem como mantendo atualizados e documentados os reajustes e contratos de aluguel.</p>			
Providências Adotadas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>A DIREX do SEBRAE/PI solicitou ainda em 2013 a elaboração de plano de ação à Unidade de Gestão Administrativa para mitigar as fragilidades apontadas no relatório. No tocante às recomendações foram efetuadas as seguintes ações: a) A gestão dos processos de locação foi centralizada na Unidade de Gestão Administrativa, sob a execução do empregado Júlio de Paiva Vieira e supervisão do Gerente Antonio de Pádua Evelin Rodrigues. b) Hoje são formalizados os procedimentos de elaboração e de renovação de contratos de locação de imóveis de acordo com avaliações prévias de mercado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Elaboração, formalização e aplicação da IN 03/2014 que estabelece diretrizes para a contratação e/ou renovação de serviços de locações de imóveis no âmbito do SEBRAE/PI.</p>			

Tabela 49.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Pendentes de Atendimento

Recomendações da CGU pendentes de atendimento			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Descrição da Recomendação			
Justificativa para o não atendimento			
Setor responsável pela implementação			
Não houve ocorrência no período.			

7.3. Medidas Administrativas para apuração de dano ao Erário

Não houve ocorrência no exercício. Nossa estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE conta com

- a) Assessoramento jurídico: 03 advogados e um estagiário na ASJUR;
- b) Controle Interno: 02 analistas e um estagiário;
- c) Estrutura tecnológica: computadores; sistemas corporativos de ERP, Work-flow e gerenciamento eletrônico de documentos.

No exercício de 2014 não houve instauração de Tomada de Contas Especial, nem dispensa de instauração nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012.



8. Informações Contábeis

8. Informações Contábeis

8.1. Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores

As informações relativas as Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores se encontram nos anexos da página 135.



9. Resultados e Conclusões

9. Resultados e Conclusões

Em 2014 o SEBRAE/PI seguindo as orientações definidas nas diretrizes estratégicas divulgadas pelo Sebrae Nacional, estabeleceu com base no cenário de atuação local e no cenário 2022, os principais marcos do planejamento estratégico da organização, bases para o PPA 2014-2017.

As ações implementadas refletiram a estratégia local trazendo em seu contexto o Cenário de Atuação Local, as Prioridades Locais, os Resultados Institucionais, as Metas Mobilizadoras, carteiras de projetos e atividades e medidas de gestão da carteira.

Ressalta-se o engajamento das lideranças da organização no processo de execução do Plano de Trabalho de 2014 foi fundamental para respaldar o trabalho dos gestores, gerentes e colaboradores em geral. Tal comprometimento trouxe à tona da discussão de temas fundamentais para a melhor estruturação do atendimento e o comprometimento da melhoria da gestão estratégica e operacional da instituição, refletidos na implantação da gestão estratégica com base no *Balanced Scorecard* (BSC) e a consolidação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG).

Os programas e projetos implementados retrataram os desafios da Instituição e contaram com a preciosa contribuição, engajamento e visão assertiva dos colaboradores, o que certamente produziu resultados mais consistentes, realistas e alinhados à nova estratégia.

Múltiplas possibilidades/oportunidades foram vislumbradas, tendo em vista o surgimento e crescimento exponencial do microempreendedor individual, além do reiterado papel de destaque das micro e pequenas empresas na geração de renda e emprego no Estado do Piauí.



10. Relacionamento com a Sociedade

10. Relacionamento com a Sociedade

Nas reformas realizadas nas Unidades Regionais o SEBRAE/PI tem realizado as adequações necessárias para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



11. Outras Informações sobre a Gestão

11. Outras Informações sobre a Gestão

O Sebrae/PI participou do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão (PSEG), que durante o ano de 2014 promoveu o 3º Ciclo de Auto-avaliação Assistida, e proporciona no Sistema SEBRAE a aplicação dos Fundamentos e dos Critérios de Excelência baseados na 20ª edição do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade, conceitos reconhecidos internacionalmente por organizações consideradas Classe Mundial, bem como visão sistêmica, foco nos resultados, maior cooperação interna, compartilhamento de informações e aprendizado, identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria, comprometimento das pessoas e medição do desempenho da gestão. A implementação e o desenvolvimento do 2º ciclo do PSEG, foi decisivo para aumentar o nível de maturidade da gestão do SEBRAE/PI.

Segundo o relatório de auto-avaliação assistida de 2014 da FNQ, em relação ao Modelo de Excelência da Gestão, o SEBRAE/PI apresenta enfoques adequados para muitas das questões dos itens dos Critérios de Excelência, sendo que várias práticas de gestão estão em processo de construção ou de melhoria e outras estão previstas para serem implantadas em 2015.

Durante a avaliação são identificados os pontos fortes e oportunidades de melhoria nos seguintes critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informação e Conhecimento, Processos, Pessoas e Resultados.

Como resultado da avaliação de 2014, o Sebrae/PI atingiu 394 pontos, que representam uma evolução na maturidade de sua gestão, onde no início do programa, em 2012, obteve 240 pontos. Na escala de maturidade da Gestão, o Sebrae/PI saiu da faixa 2 para a faixa 4, o que significa que o Sebrae/PI está trabalhando no nível de “Rumo a Excelência”, que é aplicado para organizações que já implantaram um programa de melhoria da gestão em busca do estado da arte.

12. Anexos

12.1. Resolução CDE Nº 005/2014



RESOLUÇÃO CDE nº 005/2014

"Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2014".

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Fiscal datado de 27 de fevereiro de 2015, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2014 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

CONSIDERANDO que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 142ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2014, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Teresina, 27 de fevereiro de 2015


CARLOS-AUGUSTO MELO CARNEIRO DA CUNHA
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

SEBRAE/PI
Serviço de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas do Piauí

Av. Campos Sales, 1046
Cep: 64000-300
Teresina - PI

Telefone: (86) 216-1300
Fax: (86) 216-1390
www.pi.sebrae.com.br

12.2. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria KPMG Auditores Independentes, datado de 26 de fevereiro de 2015, procederam ao exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, Livros e demais Documentos de Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

Teresina, 26 de fevereiro de 2015

ELINE REVERDOSA DE CASTRO SERRA
Presidente

FRANCISCO DE SOUSA NETO
Membro Efetivo

PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA
Membro Efetivo

SEBRAE/PI
Serviço de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas do Piauí

Av. Compos Sales, 1044
Cep: 64000-300
Teresina - PI

Telefone: (86) 216-1300
Fax: (86) 216-1390
www.pi.sebrae.com.br

12.3. Parecer da Auditoria Independente



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Salas 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100
Fax 55 (85) 3307-5101
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI
Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 26 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

12.4. Auditoria Interna




Justificativa para o Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 140 de 15 de outubro de 2014 – DN nº 140/2014 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2014 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 140/2014 não se aplica ao SEBRAE.

A exigência de apresentação de **Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item II do art. 2º da DN 140/2014 e seu respectivo anexo III**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista que à luz do próprio comando, a exigência refere-se a "Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão", o que não é o caso desta Unidade de Auditoria.

Esse fato foi corroborado recentemente pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão proferida mediante acórdão 8512/2013 – 1ª Câmara, que julgou as contas do Sebrae Nacional do exercício de 2007, retirou a exigência de apresentação do referido parecer pela Unidade de Auditoria do Sebrae.

Teresina, 27 de Fevereiro de 2015.


JOSE FERNANDES ALMEIDA NETO
Gerente da Unidade de Controle Interno

SEBRAE/PI
Serviço de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas do Piauí

Av. Campos Sales, 1046
Cep: 64000-300
Teresina – PI

Telefone: (86) 3216-1300
Fax: (86) 3216-1390
www.pi.sebrae.com.br

12.4. Demonstrações Financeira em 31.12.2014

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.551	6.012	Benefícios a emprego de curto prazo	11	345	294
Aplicações financeiras	5	3.454	2.158	Obrigações tributárias	12	563	415
Numerais vinculados a convênios e programas	6	261	418	Obrigações com convênios e contratos	13	261	418
Adiantamentos concedidos	8	216	286	Contas a pagar a fornecedores e outras		100	311
Valores a receber	7	153	177	Obrigações trabalhistas	14	1.434	1.218
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	103	3	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	1.238	584
Outros créditos	3	—	10				
Total do ativo circulante		10.541	9.064	Total do passivo circulante		3.991	3.240
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	5.925	3.184
Depósitos realizados (depósitos judiciais)	15	5.536	3.087	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	481	—
Imobilizado	10	10.189	9.943				
Total do ativo não circulante		15.725	13.030	Total do passivo não circulante		6.406	3.184
				Total do passivo		10.397	6.424
Total do ativo		26.266	22.094	Patrimônio líquido	16		
				Superavit acumulados		11.268	10.306
				Superavit do exercício		199	782
				Ajustes de avaliação patrimonial		4.402	4.582
				Total do patrimônio líquido		15.869	15.670
				Total do passivo e patrimônio líquido		26.266	22.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José de Brito Vieira Filho
Coordenador
CRC-PI 005367/0-1


Mauro José Loredo de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações de resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	17	38.493	32.129
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	17	12.935	10.107
Receitas de empresas beneficiadas	18	1.624	1.752
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	19	425	1.709
Outras receitas operacionais	20	253	922
Total das Receitas		53.730	46.619
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	21	(15.862)	(14.185)
Despesas com serviços profissionais e contratados	22	(24.369)	(19.251)
Custos e despesas de operacionalização	23	(13.046)	(11.602)
Encargos diversos		(440)	(295)
Despesas com provisões		(407)	(78)
Despesas com depreciação e amortização		(794)	(636)
Outras		(80)	(672)
Total de Despesas		(54.998)	(46.719)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		(1.268)	(100)
Receitas Financeiras		1.913	1.075
Despesas Financeiras		(446)	(193)
Resultado Financeiro Líquido	24	1.467	882
Superávit do exercício		199	782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José de Paula Vieira Filho
Contador
CRC-PI 3053670-1


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações de resultados abrangentes


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	199	782
Outros resultados abrangentes:	-	-
Resultado abrangente total	199	782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José de Paula Vieira Filho
Contador
CRC-PI 00536740-1


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocho
Diretor Técnico
SEBRAE-PI

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliações patrimoniais	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.711	5.177	14.888
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	595	(595)	-
Superávit do exercício	782	-	782
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.088	4.582	15.670
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	(180)	-
Superávit do exercício	199	-	199
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.467	4.402	15.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI


José de Palma Vieira Filho
Contador
CRC-PI-005367/D-1

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	199	782
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	794	636
Provisão para perdas com clientes	(57)	(1)
Provisão para contingências	2.741	1.940
Valor residual de propriedade para investimento	-	609
Valor residual de ativo imobilizado baixado	80	63
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas	(256)	(146)
	3.501	3.883
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	81	4
Numerários vinculados a convênios e programas	157	491
Adiantamentos concedidos	70	-
Créditos com o Sistema SEBRAE	(100)	137
Outros créditos circulantes	7	(24)
Depósitos realizáveis a longo prazo	(2.449)	(1.942)
	(2.234)	(1.334)
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados	199	108
Obrigações com convênios e contratos	(157)	(491)
Contas a pagar a fornecedores e outras	(211)	293
Obrigações trabalhistas	216	171
Obrigações com o Sistema SEBRAE	618	442
	665	523
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	1.932	3.072
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(1.120)	(1.606)
(Aplicações) resgates financeiros	(1.040)	21
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(2.160)	(1.585)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	606	(13)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(39)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	567	(13)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	339	1.474
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.351	6.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.012	4.538
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	339	1.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


José de Paiva Vieira Filho
Contador
CRC-PI 00538740-1


Mário José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulisses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delano Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI ("Entidade") é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de Serviço Social Autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, 1046/Centro 64000-300 - Teresina/PI.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense
- Associação Industrial do Piauí - AIP
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI

- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2 e art. 15 § 2).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De

acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2015.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 25).



Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 27).

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

[Handwritten signatures and initials]

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 5% a 50%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 10).

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 19).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço

(Nota Explicativa nº 18).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.



A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 10)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,66% a 4% ao ano
Máquinas e equipamentos	5% e 12,5% ao ano
Móveis, Utensílios e acessórios	10% e 20% ao ano
Equipamentos de informática	6,6% a 50% ao ano
Veículos	11% a 27,5% ao ano
Instalações	10% e 20% ao ano

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 10)

e. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

 1-1-

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 15).

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 11)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí – SEBRAE/PI é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PI reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PI contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 25)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Contas Bancárias (i)	162	205
Aplicações Financeiras (ii)	6.189	5.807
Total	6.351	6.012

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, se encontra a seguir descrita:

Bancos	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil	133	183
Caixa Econômica Federal	3	7
Banco do Nordeste do Brasil	26	15
Total	162	205

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2014	31/12/2013
		Valor Contábil	Valor Contábil
Banco do Brasil	BB Milênio 10	6.189	5.807
Total		6.189	5.807

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Nome do fundo	31/12/2014	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	3.454	2.158
Total		3.454	2.158

6 Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil – Conta-corrente	2	40
Banco do Brasil - Aplicação financeira	259	378
Total	261	418

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/PI, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/PI. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", e detalhada na Nota Explicativa nº 12.

[Assinatura]

7. Contas a receber

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a receber (i)	172	192
Cheques e cartão (ii)	92	39
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	(111)	(54)
Total	153	177

- i. Créditos a receber referente a operações de venda de produtos, cursos e consultorias.
- ii. Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- iii. Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro. A provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores a receber de clientes é realizada para os débitos que estejam vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias de atraso. A Entidade utiliza o relatório interno conhecido como "02.031 Provisão para crédito de liquidação duvidosa – por cliente" gerado no módulo RM Fluxus, para efetuar os lançamentos contábeis e o controle dos clientes em atraso.

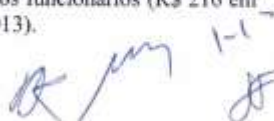
A forma de cobrança de créditos e baixa contábil está disciplinada através da Instrução Normativa nº 02/12

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	2014	2013
Saldo inicial	54	55
Constituição	116	67
Baixas	(59)	(68)
Saldo final	111	54

8. Adiantamentos concedidos

A rubrica adiantamentos a empregados e a terceiros relativos a data-base em 31 de dezembro de 2014 corresponde ao adiantamento de férias dos funcionários (R\$ 216 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 286 em 31 de dezembro de 2013).



9. Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos CSO a Receber (i)	1	-	1	-	-	-
Recursos de CSN a receber	102	-	102	3	-	3
Total	103	-	103	3	-	3

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2014 foi recebido no início do exercício de 2015. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2014 a 2017 e do orçamento de 2014 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.



b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição Circulante	31/12/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSN a devolver (i)	1.201	-	1.201	584	-	584
Empréstimos captados (ii)	87	481	568	-	-	-
Total	1.288	481	1.769	584	-	584

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais – CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-16, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2.014 os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

(ii) Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com previsão de término em junho de 2021.

c. Transações de resultado

Descrição	2014	2013
Contribuição Social Ordinária (CSO)	38.493	32.129
Contribuição Social Nacional (CSN)	12.935	10.107
Total	51.428	42.236

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/PI é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	2014	2013
Remuneração	973	1.056
Benefícios	125	120
Total	1.098	1.176

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

10 Ativo imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Valor em 31/12/2014
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,66 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.585	168	185	1.568
Obras em andamento	-	211	735	-	946
Veículos e Acessórios	11 a 27,5%	682	92	74	700
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.130	77	111	1.096
Equipamentos de Informática	6,6 a 50%	2.100	48	133	2.015
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		15.468	1.120	503	16.085
Total da depreciação acumulada		(5.499)	(794)	423	(5.870)
Provisão p/ perdas - veículos		(26)	-	-	(26)
Total líquido		9.943			10.189

[Handwritten signatures and initials]

11. Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Encargos sociais a recolher	332	282
Consignações da Folha de Pagamento	13	12
Total	345	294

12 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
ISS sobre serviços PJ a recolher	179	127
IRRF sobre salários a recolher	177	130
PIS/COFINS/CSLL Ret. Sobre serv. PJ a recolher	78	77
INSS retido sobre serviços PJ a recolher	55	21
IRRF sobre PJ a recolher	39	38
PIS a recolher	15	13
Outros	20	9
Total	563	415

13. Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Contratos 0626/10 FINEP/PAPPE Integração	251	380
Convênio 001/2013 Care Brasil	10	36
Convênio 001/2013 SEDET	-	2
Total	261	418

[Handwritten signatures and initials]

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

14. Obrigações sobre a folha de pagamento

Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Riscos Trabalhistas	33	25		-
Riscos Cíveis	19	19	18	18
Riscos Fiscais	5.484	3.043	5.907	3.166
Total	5.536	3.087	5.925	3.184

A Entidade, fundamentada pelos seus consultores jurídicos, formalizou pedido com as instituições financeiras com as quais mantém recursos aplicados, requerendo, a partir do exercício de 2003, a não retenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos.

Entretanto, em janeiro de 2010, a Entidade, conservadoramente, passou a reconhecer tais retenções dentro do período de sua competência e efetuou provisão para os rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras incidentes, anteriores aquela data, em montante suficiente às exigibilidades correspondentes aos anos ainda não prescritos.

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos ao processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos) referente a cinco Notificações de Lançamento de Débito – NFLD do período de 1991 a 2001 sobre INSS sobre pagamento de autônomos, INSS sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLD foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remota a perda da Entidade na referida ação.

Em relação às obrigações fiscais – INSS –, a partir da competência de abril/2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados – PF – Parte Empregador, através

de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3 Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 5.484 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI, relativo a data-base de 31 de dezembro de 2014.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/12/2014	31/12/2013
Riscos Trabalhistas	140	140
Riscos Cíveis	50	50
Total	190	190

16. Patrimônio líquido Social

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Superávit acumulado	11.268	10.306
Superávit do exercício	199	782
Ajuste Avaliação Patrimonial	4.402	4.582
Total	15.869	15.670

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

17. Receitas com contribuição social

Descrição	2014	2013
Contribuição Social – CSO	38.493	32.129
Contribuição Social do Nacional – CSN	12.935	10.107
Total	51.428	42.236

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI (IN.37.16)

18. Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2014	2013
Treinamentos	407	317
Consultoria	818	661
Feiras/locação de espaços	209	616
Elaboração de projetos	34	22
Livros e prospectos	4	6
Palestras	8	24
Empretec	144	106
Total	1.624	1.752

São alocadas as receitas provenientes da prestação de serviços para terceiros.

19. Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras Entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/PI.

	2014	2013
Finep/Pappe Integração	160	610
FBB - Projeto 11.166	-	87
FBB - Projeto 12.284	-	713
Cv. 001/2013 SEDET	2	299
Cv. 01/2013 Care Brasil	32	-
Cv. 024/2014 SDR	231	-
Total	425	1.709

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras Entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/PI.

20. Outras receitas operacionais

	2014	2013
Descrição		
Recuperação e restituições	129	103
Aluguéis	9	15
Vendas de imobilizado	44	738
Outras	71	66
Total	253	922

São registradas as receitas com alugueis, recuperações e restituições e venda de imobilizado.

21. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

	2014	2013
Descrição		
Salários e proventos	(7.647)	(6.516)
13º Salário	(760)	(638)
Férias	(1.133)	(961)
Outros gastos com pessoal	(275)	(376)
Encargos Sociais	(3.152)	(2.868)
Benefícios Sociais	(2.895)	(2.826)
Total	(15.862)	(14.185)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

O crescimento apresentado na rubrica acima de 11,82% refere-se ao reajuste linear salarial dos funcionários ocorrido em janeiro de 2014 de 9%, bem como, o reajuste no ticket alimentação de 5,95%. No período de janeiro a dezembro de 2014 houve o desligamento de 3 (três) funcionários (assessores).

22 Despesas com serviços profissionais e contratados

	2014	2013
Instrutoria e consultoria	(15.056)	(11.890)
Serviços técnicos especializados	(1.822)	(2.209)
Manutenção, segurança e limpeza	(865)	(635)
Demais serviços contratados	(6.556)	(4.471)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(70)	(46)
Total	(24.369)	(19.251)

23. Despesas com custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	2014	2013
Despesas de viagem	(3.450)	(3.719)
Aluguéis e encargos	(3.390)	(2.361)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(2.077)	(973)
Serviços gráficos e de reprodução	(1.248)	(633)
Serviços de comunicação em geral	(522)	(487)
Materiais de consumo	(1.088)	(1.054)
Demais custos e despesas	(1.271)	(2.375)
Total	(13.046)	(11.602)

24. Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	1.004	657
Rendimentos Recursos Próprios	503	244
Outros Rendimentos	-	1
Variações Monetárias Ativas	406	173
Subtotal	1.913	1.075
Despesas financeiras		
Variações Monetárias Passivas	(425)	(173)
Subtotal	(446)	(193)
Total receita financeira líquida	1.467	882

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa, objetivando resguardá-los da desvalorização

[Assinaturas manuscritas]

monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

25. Benefícios a empregados pós-emprego

25.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3f, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do Plano	93	43
Valor presente das obrigações atuarias	(46)	(23)
Superávit ou (Déficit)	47	20

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 10, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/12/2014	31/12/2013
Participantes	405	312
Básica	268	201
Serviços Passados	89	97
Voluntárias	48	14
Patrocinador	260	195
Básica	250	187
Benefícios de Risco	10	8
Total	665	507

25.2. Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(23)	(21)
Benefícios pagos pelo plano	-	-
Custos do serviço corrente	(3)	(2)
Custo de juros	(3)	(2)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(16)	2
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de alterações premissas financeiras	(1)	-
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(46)	(23)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	43	37
Receitas de juros	8	5
Ganhos (perdas) sobre ativos do plano (excluindo a receita de juros)	33	(6)
Contribuições do empregador	9	7
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	93	43



Despesa reconhecida no resultado

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Custo do serviço corrente	2	2
Ganhos (perdas) sobre o ativo	33	(6)
Ganho (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(16)	2
Efeito do teto do ativo	(23)	(1)
Retorno esperado dos ativos do plano	(7)	(5)

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2014	31/12/2013
Taxa real anual de juros	11,22% a.a.	11,54% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,18% a.a.	2,10% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00 a.a.	5,00 a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,22% a.a.	11,54% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos – AT-2000M e AT-2000F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e AT-2000F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos – 50% UPM M + 50% UP F (MÉDIA)

Tábua de entrada em invalidez – Tasa 1927 M&F e Hunter

Tábua de morbidez – N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 4.920 para sede social, R\$ 1.745 para cobertura dos veículos e R\$ 3.000 responsabilidade civil e não havendo cobertura para lucros cessantes para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 19 de dezembro de 2015, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 4 e a importância segurada de R\$ 4.920

27. Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

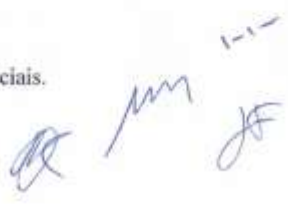
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.



- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.351	6.012
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	261	418
Contas a receber de clientes	7	153	177
Outros créditos		3	10
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	103	3

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de

estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2014, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2014	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	908	908	-	-
Obrigações com convênios e contratos	261	261	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	100	100	-	-
Obrigações trabalhistas	1.434	788	503	143
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.288	1.244	44	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nºs 4 e 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Nota	Nível	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1	6.351	6.012
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	1	261	418


José de Paiva Vieira Filho
Contador
CRC-PI 00536710-1


Maria José Lacerda de Melo
Diretor Superintendente
SEBRAE-PI


Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes
Diretor Administrativo-Financeiro


Delpha Rodrigues Rocha
Diretor Técnico
SEBRAE-PI

